

Marcelo Alario Ennes (Org.)

DIÁLOGOS

processos identitários, meio ambiente,
patrimônio e movimentos sociais




Editora UFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli

VICE-REITOR

Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADORA DO PROGRAMA EDITORIAL

Messiluce da Rocha Hansen

COORDENADOR GRÁFICO

Vitor Braga

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Andrade Carvalho

Antônio Martins de Oliveira Junior

Ariovaldo Antônio Tadeu Lucas

Aurélia Santos Faroni

José Raimundo Galvão

Luisa Helena Albertini Pádula Trombeta

Mackely Ribeiro Borges

Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

Messiluce da Rocha Hansen

Sueli Maria da Silva Pereira

Ubirajara Coelho Neto

Valter Cesar Pinheiro

PROJETO GRÁFICO, CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Jeane de Santana

REVISORA

Jessica Viera da Silva



Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

CEP 49.100 - 000 – São Cristóvão - SE.

Telefone: 3194 - 6922/6923.

E-mail: editora.ufs@gmail.com

Site: www.editora.ufs.br

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora. Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

Marcelo Alário Ennes (Org.)

DIÁLOGOS

*processos identitários, meio ambiente,
patrimônio e movimentos sociais*



SÃO CRISTÓVÃO-SE/ 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

D536

Diálogos [recurso eletrônico] : processos identitários, meio ambiente, patrimônio e movimentos sociais / Marcelo Alarío Ennes (Org.). – São Cristóvão : Editora UFS, 2016.

207 p.

ISBN 978-85-7822-545-2

1. Identidade social – Sergipe. 2. Movimentos sociais. 3. Patrimônio cultural. 4. Áreas de conservação de recursos naturais – Itabaiana (SE). I. Ennes, Marcelo Alarío.

CDU 316

SUMÁRIO



Apresentação <i>Marcelo Alarío Enes</i>	07
Relações de gênero em um currículo de matemática nos anos iniciais: produzindo sujeitos, demandas e desigualdades <i>Jailma dos Santos e Lívia de Rezende Cardoso</i>	17
Percursos e discursos da presença chinesa em Aracaju <i>Allisson Gomes dos Santos Goes</i>	39
As dimensões do migrante na unidade operacional Taquarí-Vassouras <i>Eduardo Alves Neto</i>	59
O Bom Jardim da Serra de Itabaiana <i>Claydivan Wesley dos Santos Souza</i>	79
A relação entre práticas culturais e processos identitários no Povoado Bom Jardim, Serra de Itabaiana <i>Luciane Rodrigues e Edivânia Cristina dos Santos Reis</i>	101
As relações de poder em conflitos socioambientais: representação e análise dos principais atores sociais envolvidos no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana - SE <i>Sheyla Pink Díaz Morales</i>	121

Os oleiros e seus interlocutores próximos: a percepção da diferença entre o trabalho nas olarias e nas cerâmicas <i>Gregório Cerqueira Schettino</i>	143
Museu da Gente Sergipana consumo cultural e construção identitária <i>Mirtes Rose Menezes da Conceição</i>	163
Os movimentos sociais na América Latina e Brasil: um resgate histórico de sua participação socio política <i>Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus</i>	183
Sobre os autores.....	202

APRESENTAÇÃO



Este livro reúne os resultados das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas “Processos identitários e Poder” – GEPPIP. Iniciado em 2010, o GEPPIP resulta do acúmulo das atividades de pesquisa e orientação em nível de graduação e pós-graduação desenvolvidas desde 2007, envolvendo alunos e orientandos dos campi de Itabaiana e de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe. Desde então, temos trabalhado nas interfaces entre a teoria e o empírico de modo a produzir conhecimento crítico e científico.

Ao longo dos últimos cinco anos, o GEPPIP tem reunido estudantes e professores de várias áreas do conhecimento, tais como Ciências Sociais, Comunicação Social, Geografia, Ciências Biológicas, Turismo, dentre outras. A princípio, o grupo se dividia em duas linhas de pesquisa: Processos Identitários e conflitos ambientais e Processos Identitários e migrações. Com o passar do tempo, questões relacionadas ao gênero, à etnia e à violência foram incorporadas e passaram a compor nosso campo de interesse e estudos, dando origem a novas linhas de pesquisa.

Em seu curto tempo de existência, as atividades desenvolvidas pelo GEPPIP têm repercutido tanto no plano local, com o desenvolvimento de projetos e planos de trabalho em nível de iniciação científica e iniciação à extensão, como também em níveis nacional e internacional, por meio de publicações, participação em eventos e, entre os anos de 2013 e 2014, a realização de um estágio pós-doutoral de seu líder junto ao Centro de Estudos sobre Migrações e Re-

lações Interculturais – CEMRI da Universidade Aberta de Lisboa, do qual passou a ser pesquisador colaborador.

Ainda que tematicamente diversos, os capítulos do livro guardam entre si pontos de interseção seja pela base teórica e metodológica na qual o GEPIIP se apoia, seja pelo diálogo permanente entre a teoria e o empírico. No que diz respeito aos autores lidos pelos membros do grupo, destaca-se a importância de Stuart Hall, Kathryn Woodward, Pierre Bourdieu, Ernesto Laclau, Tomaz Tadeu Silva, Dennys Cuhe, Nestor Garcia Canclini, Norbert Elias, Anthony Giddens, dentre outros. Já em relação ao aporte metodológico adotado pelos membros do grupo, destaca-se a contribuição do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo, em especial a ênfase dada à pesquisa qualitativa.

São esses autores e essas referências que criaram a base para a reflexão coletiva sobre identidades e seu diálogo com os vários recortes empíricos dos estudos que deram origem aos capítulos deste livro, uma vez que as identidades tornaram-se um dos principais temas de estudo no vasto campo das Ciências Humanas.

A questão identitária, isto é, os sentidos e significados sociais produzidos pelas interações sociais de pertencimento e alteridade, está no cerne do mundo social e de suas problemáticas. Essa centralidade pode ser visualizada, por exemplo, por meio de conceitos produzidos por diferentes autores e tradições sociológicas como “sociação”, de Simmel (2006); “configurações”, de Elias (2005); “outro generalizado” de Mead (apud BERGER e LUCKMAN, 1985) e a própria ideia de sociedade de Giddens em “A constituição da sociedade” (2003, p. 194).

Por outro lado, o termo *identidade* tem sido crescentemente utilizado de modo polifônico e múltiplo, daí suas variações que vão da autoidentidade até a identidade cultural, passando pela identidade social. Para resumir, podemos dividir esses usos em dois grupos. No primeiro, identidade é sinônimo de característica cultural

de um indivíduo, de um grupo, de uma etnia, de uma região ou de um país. Assim, associam-se gostos alimentares, cores de pele, religiões, e música como expressões da identidade de uma pessoa ou coletividades. No segundo grupo, as identidades não são pensadas como atributos, mas como relação. Nesse caso, identidade deve ser entendida em contraponto com a alteridade, isto é, a partir das relações entre o “eu” e o “outro”.

Os estudos do primeiro grupo nos conduzem quase que invariavelmente a uma perspectiva essencializada e naturalizada das culturas e de suas características. No segundo grupo, encontram-se estudos desenvolvidos, por exemplo, pelos autores mencionados acima, nos quais o tema das identidades na sociedade contemporânea está situado na interface das relações de poder e culturais.

A questão identitária tem sido, por assim dizer, uma das variáveis mais importantes no debate sobre sustentabilidade socioambiental. Muitos estudos (SOUZA, NASCIMENTO, ENNES, 2015; ENNES, 2014; LEFF, 2001; ACSERALD, 2004; DIEGUES, 1996, 2000; ZHOURI, 2010) têm chamado a atenção pelas mudanças que comunidades, tradicionais ou não, sofrem ao serem incorporadas a unidades de conservação ou mesmo passarem a conviver com elas na condição de vizinhos. Essas mudanças reposicionam socialmente essas comunidades face aos seus interlocutores (agentes do estado, proprietários de terra, proprietários de cerâmicas, dentre outros) de modo a, em alguns casos, aumentar as assimetrias políticas e, em outros, diminuí-las.

A questão identitária dialoga como muitos outros temas. Neste livro, ela oferece suportes analítico e empírico para estudos sobre gênero e educação, imigração, patrimônio e movimentos sociais. Em todos esses casos, os autores procuram se distanciar das abordagens substancializadoras e essencializadoras e, assim, em vez de inventariar características sociais e culturais, buscaram compreen-

der como seus objetos são construídos na interseção entre o mundo da política e da cultura.

É por meio dessa perspectiva que se estrutura a ideia dos processos identitários como uma abordagem sobre os processos políticos e culturais que produzem classificação, hierarquização e transgressão social (ENNES, 2013). Essa abordagem privilegia quatro dimensões das relações sociais como constituidoras dos processos identitários: a) os atores sociais envolvidos nos fenômenos estudados; b) normas (leis e costumes) por meio das quais essas relações são travadas; c) os bens e as disputas em curso e d) como combinação desses elementos anteriores, o contexto no qual os atores e suas relações se processam (ENNES, MARCON, 2014).

Desse modo, entendemos os processos identitários mais como uma abordagem ou, ainda, um recorte da interface entre cultura e poder de modo a dar conta das dimensões subjetivas, institucionais e contextuais, bem como das interconexões por meio das quais são produzidas. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que pretende, ao mesmo tempo, abordar o mundo social contemporâneo marcado pelo processo de descentramento, fragmentação, fluidez e hibridismo cultural e as novas dinâmicas e lógicas de dominação e transgressão política, social e cultural.

A organização deste livro e a distribuição temática de seus capítulos refletem a trajetória do GEPIIP. Dentre os seus dez capítulos, cinco discutem as relações entre identidades e a questão ambiental, campo do saber em que o grupo se concentrou nos primeiros anos e no qual gerou um maior número de orientações até o momento. O livro é também constituído por dois artigos sobre migrações para Aracaju; um sobre gênero; outro sobre identidades e patrimônio cultural e, por fim, um sobre movimentos sociais.

O primeiro capítulo, intitulado **“Relações de gênero em um currículo de Matemática nos anos iniciais: produzindo sujeitos, demandas e desigualdades”**, de autoria da Profa. Dra. Lívia de Rezende

Cardoso e de sua orientanda Jailma dos Santos, tem como objetivo analisar as diferenças observadas em sala de aula quanto ao ensino de matemática considerando o gênero dos alunos. As autoras demonstram que os meninos desempenham maior protagonismo do que as meninas no que diz respeito às atividades solicitadas pelas professoras e que essa dinâmica acaba por adequá-los(as) a normas culturais hegemônicas na sociedade.

O segundo e terceiro capítulos estão tematicamente inseridos na linha de pesquisa “Migrações e processos identitários”. O primeiro deles, intitulado, **“Percurso e Discursos da presença chinesa no Brasil”**, de autoria de Allisson Gomes dos Santos Goes, apresenta parte dos resultados do estudo pioneiro sobre a comunidade chinesa em Aracaju. O autor, a partir de um persistente trabalho de campo por meio do qual procurou romper as barreiras culturais com os imigrantes, demonstra que não existe apenas um sentido de ser chinês em Aracaju e que isso depende do processo de “nomeação e contranomeação” que os imigrantes e os aracajuanos estabelecem entre si.

Na sequência, Eduardo Alves Neto, autor do terceiro capítulo, cujo título é **“O migrante na unidade operacional Taquarí –Vassouras”**, analisa as diferentes formas de inserção e participação nos processos de tomada de decisão na empresa considerando a escolaridade e a origem dos funcionários da empresa. O trabalho de Eduardo conclui que se, de um lado, o comando formal - por meio dos cargos de direção- estão nas mãos de funcionários de outros estados, por outro os funcionários nativos - por meio de estratégias de enfrentamento e de simulacros - podem transgredir a estrutura e o fluxo formal de poder no interior da empresa.

O quarto capítulo, **“Bom Jardim da Serra de Itabaiana”**, de Claydivan Wesley dos Santos Souza, inicia uma sequência de textos resultantes de estudos cujo eixo central é a linha de pesquisa **é conflitos ambientais e processos identitários**. Neste capítulo, Clay-

divan, com base em seu trabalho de campo realizado durante um período em que viveu no povoado estudado, descreve com sensibilidade a vida dos moradores no que diz respeito à vida no trabalho e a relação com a natureza de uma comunidade que passou a conviver com uma unidade de conservação como vizinha.

A interseção entre questão ambiental e identidades reaparece no quinto capítulo. Em **“A relação entre práticas culturais e processos identitários no povoado Bom Jardim, Serra de Itabaiana”**, de Luciane Rodrigues e Edivânia Cristina dos Santos Reis. o povoado Bom Jardim é revisitado, ao lado do povoado Serra, como campo empírico de análise sobre as formas de mudanças e de resistência dos conhecimentos tradicionais. Como resultado, as autoras apontam para a permanência, ainda que sob os efeitos da modernidade, de um modo de vida rural e alertam sobre a necessidade do plano de manejo da unidade de conservação não apenas contemplarem os moradores em sua elaboração, mas também como instrumento de mitigação dos problemas socioambientais existentes.

O capítulo número seis, intitulado **“As relações de poder em conflitos socioambientais: representação e análise dos principais atores sociais envolvidos no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE”** de autoria de Sheyla Pink Díaz Morales, apresenta uma interessante abordagem sobre as circunstâncias políticas que cercaram a criação do PARNASI. A partir de uma perspectiva relacional, a autora recupera o embate político entre lideranças políticas, técnicos de órgãos públicos e pesquisadores que lança luz sobre os atores sociais, os motivos e os caminhos trilhados para a implementação da unidade de conservação.

O sétimo capítulo e último dos voltados à questão ambiental é de autoria de Gregório Cerqueira Schettino. Sob o título **“Os oleiros e seus interlocutores próximos: a percepção da diferença entre o trabalho nas olarias e nas cerâmicas”**, o texto procura apresentar as mudanças identitárias vivenciadas por donos e trabalhadores de

olarias no povoado Rio das Pedras no município de Itabaiana, localizado no entorno do PARNASI. Para tanto, o autor procuram confrontar as percepções não apenas dos oleiros, mas também de seus interlocutores mais diretos, como donos de cerâmicas, técnicos de órgãos governamentais e outros moradores do povoado. Em sua conclusão, o autor demonstra que se, por um lado, a implantação da unidade de conservação não criou novos problemas; por outro, provocou a agudização da situação de vulnerabilidade e exclusão socioeconômica dos oleiros.

O oitavo capítulo do livro é de autoria de Mirtes Rose Menezes da Conceição e tem como título **“Museu da Gente Sergipana: Consumo Cultural e construção de uma identidade”**. Nesse texto, a autora articula com propriedade a relação entre consumo cultural e a produção da identidade por meio da criação e desenvolvimento de atividades pelo Museu da Gente Sergipana. Em sua conclusão, Mirtes Rose Menezes, propõe que o Museu contribui para a produção da identidade sergipana ainda que o faça por meio dos mecanismos e caminhos característicos da sociedade de consumo.

“Os Movimentos Sociais na América Latina e Brasil: Um resgate histórico de sua participação sociopolítica” é o nono e último artigo desse livro. Nele, Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus, traça um interessante panorama sobre a trajetória dos novos e novíssimos movimentos sociais com destaque para o Brasil. A autora procura demonstrar que a criação dos Conselhos Gestores municipais, estaduais e federais, na contramão do avanço do neoliberalismo, podem ser considerados uma das principais conquistas desses movimentos.

A organização deste livro, para mim, é motivo de orgulho e de satisfação, pois traduz o esforço de orientação desde 2007, de convívio frutífero com alunos e colegas. O livro - e toda a experiência profissional e acadêmica da qual resulta - é prova de que é factível construir um ambiente de confiança e respeito recíproco. Fico feliz

por materializar os resultados de um trabalho coletivo e compartilhado.

Por último, registro aqui meus agradecimentos a Allisson Gomes dos Santos e a Alexandra Moreira Feitosa pela dedicação, comprometimento e seriedade. Sem a valiosa colaboração na preparação dos originais, este livro não seria possível. Obrigado.

Façam todos uma ótima leitura.

Marcelo Alario Ennes.

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa
“Processos identitários e Poder” – GEPPIP.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BERGER, P. L., LUCCKMANN, T.. **A construção social da realidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ELIAS, N.. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70 2005.
- ENNES, M. A. . Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 43, p. 63-81, 2013.
- ENNES, M. A.; MARCON, F. N. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 12-34, 2014.
- ENNES, M.A. Meio ambiente e pobreza entre populações não tradicionais. **Ciências Sociais Unissinos**, São Leopoldo, Vol. 50, N. 3, p. 244-252, set/dez 2014

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEFF,. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA C. W. S., NASCIMENTO, L. M. B., ENNES, M. A Parque Nacional Serra de Itabaiana: Implementação e Gestão de uma Unidade Conservação e oss Moradores Dos Povoados de Seu Entorno. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 3, n. 3, Set./Dez. 2015.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM CURRÍCULO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS: PRODUZINDO SUJEITOS, DEMANDAS E DESIGUALDADES

Jailma dos Santos
Lívia de Rezende Cardoso

INTRODUÇÃO

“Meninas não gostam de cálculos” e “meninos são predispostos às exatas”. Esses são alguns dos ditos socialmente construídos ao longo dos tempos em torno da aprendizagem da Matemática. Tais ditos provocam marcas, efeitos nos sujeitos escolares, tornando-se, então, imprescindível analisar como se dão as aprendizagens de ser homem e de ser mulher por meio do currículo (PARAÍSO, 1997), em geral, e na Educação Matemática, em particular. Neste artigo, temos como questão de pesquisa: como as relações de gênero interferem no currículo de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Assim, pretendemos investigar como os ditos sobre meninos e meninas provocam efeitos no ensino e aprendizagem de Matemática em um currículo.

Entendemos currículo, aqui, como um artefato que diz como sujeitos “podem ser, como devem proceder e o que devem tornar-se” (PARAÍSO, 2006, p. 97); como territórios culturais “sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer

sua hegemonia” (SILVA, 2002, p. 135). Atentas às disputas culturais, buscamos pelas especialidades demandadas aos

sujeitos e como tais demandas produzem efeitos generificados a depender dos discursos que passam a atuar nesse currículo.

Compreendemos gênero, neste trabalho, como “os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2010a, p. 24). Afinal, a inscrição de gêneros nos corpos “é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (LOURO, 2010, p. 11). Ao concordar com tais definições, importa entender o “modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (LOURO, 1997, p. 22). Importa, assim, demarcar essa categoria como construções. Tais construções são da ordem da performatividade que seria a “reiteração das normas” (BUTLER, 2010b, p. 163).

Ao entender gênero como uma construção cultural que pauta a forma como nos vemos e nos constituímos (LOURO, 1997) e currículo escolar como constituidor de subjetividades generificadas (PARAÍSO, 1997), esta pesquisa inspira-se na análise discursiva de Michel Foucault (2009), para o qual nos colocamos no interior de um discurso ao nível de uma proposição. Nesse âmbito, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos puséssemos a questão do saber, no interior de nossos discursos, este seria a vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história e que rege a nossa vontade de saber.

Na análise do discurso, é necessário mostrar como os diferentes discursos “remetem uns aos outros, organizam-se em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significação que pode ser comum a toda uma época” (FOUCAULT, 2005, p. 134). Ao produzir demandas a professores e alunos no currículo investigado, discursos convidam sujeitos a se posicionarem por

meio de “práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios” (FOUCAULT, 2006, p. 11). Isso corresponde a investigar os modos de subjetivação que “são todos os processos e as práticas heterogêneas por meio dos quais os seres humanos vêm a se relacionar consigo mesmos e com os outros como sujeitos de um certo tipo” (PARAÍSO, 2006, p. 101). Nesse processo, estabelece-se o governo de sujeitos que “implica em certos modos de educação e de transformação dos indivíduos, na medida em que se trata não somente, evidentemente, de adquirir certas aptidões, mas também de adquirir certas atitudes” (FOUCAULT, 1982, p. 02).

Com essa noção de discurso foucaultiano, é possível investigar como a Educação Matemática é atravessada por diferentes discursos generificados, construindo-se papéis diferenciados para alunos e alunas; como saberes e verdades sobre eles e elas são disponibilizados de modo que tais sujeitos sejam convidados a posicionarem-se como sujeitos de tais discursos. Discursos generificados que são históricos e produzem os sujeitos que somos hoje.

Para realizar tal análise em um currículo de Matemática, realizamos um período de observação inspirada nas discussões em torno da etnografia. Segundo Wielewicki (2001), a definição de etnografia em dicionários é bastante vaga: estudo dos povos e de sua cultura. Segundo Junior (2003), a etnografia se interessa pelas culturas. Ao invés de se dedicar a conhecer fatos, a etnografia estaria voltada a compreender como esses fatos são vividos. Nesse processo, um diário de campo é construído com base no registro das vivências, diálogos e acontecimentos em um dado local.

A etnografia foi desenvolvida, então, em uma escola municipal de Moita Bonita-SE, na turma do 5º ano do Ensino Fundamental, no primeiro semestre letivo. Os indivíduos da pesquisa são os 30 estudantes - alunos e alunas - e a professora da referida turma. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram conversas e observações realizadas. Nesta pesquisa, um diário de campo foi construído, no qual

se registrou: as aulas de matemática da professora, as atividades realizadas no quadro e no livro, as conversas ouvidas e realizadas com todos. Para melhor aprofundamento sobre o que pesquisávamos, realizamos análise do livro didático utilizado nesse currículo.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

No que se refere ao conceito de gênero, Scott (2005) afirma que ele foi construído aos poucos, por partes. Porém, segundo a autora, o núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições. Nas palavras de Paraíso (1997), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (PARAÍSO, 1997, p. 27). Parece que a definição de gênero, tal como foi construída por Scott, e que orienta as reflexões deste estudo, realmente, tem grande potencial analítico e, por isso, pode ser usada para examinar diferentes processos sociais. Assim, acreditamos que os efeitos das relações de gênero estão presentes nas diversas relações sociais e institucionais, como a escola e devem ser analisados no interior das práticas correspondentes, como é o caso do currículo escolar (PARAÍSO, 1997, p. 27).

Segundo Louro (1997), as lembranças escolares parecem menos duras atualmente se as compararmos à educação de séculos passados. Mas, hoje, tem-se consciência de que a escola também deixa marcas expressivas nos corpos e ensina a usá-los de uma determinada forma. Ensinam-se meninos e meninas a serem dóceis, discretos, gentis, a obedecer, a pedir licença e a pedir desculpas (LOURO, 1997). Nesse processo curricular de produção de comportamentos, vale destacar, por um lado, que “gênero é campo de silêncio do currículo formal” (PARAÍSO, 1997, p. 24), no sentido de não dar espaço para discussões e desconstruções. Entendemos, por outro lado, que

um “currículo ensina muitas coisas relativas ao gênero” (PARAÍSO, 1997, p. 2).

A literatura sobre a feminização do magistério e os estudos sobre “escolas normais” tratam o magistério como um curso que atende a uma clientela basicamente feminina (PARAÍSO, 1997, p. 29). Assim, pode-se dizer que a Pedagogia é permeada por questões de gênero. No entanto, geralmente, os professores/ as ignoram, talvez porque as questões de gênero não estejam entre os saberes selecionados e considerados legítimos para serem transmitidos às novas gerações (PARAÍSO, 1997, p. 34).

Para Louro (1997), da arquitetura aos arranjos, dos símbolos às disposições sobre comportamentos e práticas, das técnicas de ensino às estratégias de avaliação, tudo opera na constituição de meninos e meninas, de homens e mulheres – dentro e fora da escola –, uma vez que a instituição “diz” alguma coisa não apenas para quem está no seu interior, mas também para aqueles que dela não participam (LOURO, 1997). Tudo isso culmina em uma instituição de desigualdade, ordenamentos, hierarquia e que está estreitamente imbricada com as redes de poder que circulam numa sociedade (LOURO, 1997). De acordo com a autora:

Torna-se difícil, de fato, pensar sobre a escola sem que se considere, articuladamente, todos esses dispositivos, arranjos, técnicas ou procedimentos e sem que se perceba como eles agem sobre todos os sujeitos e, em especial, sobre estudantes e mestres (LOURO, 1997, p. 90).

Tais desigualdades nas relações de gênero dentro da escola marcaram os sujeitos de modo a encontrarmos algumas pesquisas que as denunciam. No currículo dos reagrupamentos escolares, por exemplo, o lugar de quem apresenta baixo desempenho na leitura e na escrita é considerado muito mais esperado dos meninos do que das meninas porque o menino é considerado como possuindo qualidades e características que dificultam esse processo tais como

a desatenção, a desobediência, a desconcentração e a indisciplina. Nesse currículo, uma menina errar, não saber ler, é inconcebível. Ela usurpa um lugar que não é dela, pois o lugar do erro, da defasagem escolar, é reservado ao menino (PARAÍSO e GONÇALVES, 2009).

Costa (2006) relata que desvendar o feminino na construção do conhecimento vem de encontro às preocupações do “Gênero e Ciência” como uma área de conhecimento ainda em construção no Brasil, mas fértil em abordagens e análises sobre a participação de mulheres na ciência, na geração do conhecimento. Lopes (2006) afirma que a ausência das mulheres na ciência diz respeito à predominância de uma ideologia que continua sustentando a objetividade, a neutralidade, a racionalidade da ciência e a existência de poucas mulheres para escrever sobre a relação de gênero e ciência (COSTA, 2006). Tal ideologia perpassa muitos âmbitos sociais, inclusive a escola. Nesse sentido, Cardoso (2011) analisou o currículo de aulas experimentais de Ciências e constatou que há um discurso generificado que produz alunas destinadas ao fazer manual e alunos que raciocinam sobre o que é investigado nessa ciência escolar.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

A pesquisa realizada por Walkerdine (1995) sobre garotas e garotos e a Matemática revelou claramente as formas pelas quais essa relação não é uma simples questão de as garotas fracassarem e os garotos terem sucesso nessa disciplina. Na verdade, pode ocorrer de as garotas se saírem bem e os rapazes, mal. Essa autora argumenta, portanto, que não é que as garotas vão mal em matemática, mas que a “verdade” do desenvolvimento infantil patologiza e define o seu desenvolvimento de uma forma que ele tem de ser lido como ruim (WALKERDINE, 1995).

A pesquisa de Carvalho (2009) procurou perceber o que as professoras consideravam fundamental avaliar e como o faziam nas

séries iniciais. Além disso, a autora avaliou em que medida suas opiniões sobre masculinidade e feminilidade interferiam nesses julgamentos e o que era mais valorizado no comportamento tanto de meninas quanto de meninos. De acordo com os dados, comportamentos ligados à manifestação mais explícita de aspectos da feminilidade também eram, aos olhos das professoras, pouco propícios ao sucesso escolar. Segundo as professoras, esse despertar da sexualidade, como a incorporação de uma série de características de uma feminilidade sedutora, estaria atrapalhando o desempenho escolar (CARVALHO, 2009). Verificou-se, ainda, que as masculinidades e suas características pareciam mais opacas e ainda menos questionadas na escola que a feminilidades. Assim, o bom desempenho escolar só estaria muito frouxamente articulado ao comportamento disciplinado e não se poderia explicar por esse caminho os problemas escolares dos meninos (CARVALHO, 2009).

O desempenho bem sucedido em Matemática consistiria na aquisição de conceitos, estágios particulares de pensamentos lógicos. Nessa visão de aprendizagem, a compreensão real (baseada em conceitos) deve ser contrastada com a obediência à regra ou memorização (WALKERDINE, 2007, p. 8). O ensino da Matemática é abordado de modo diferente conforme seus objetivos enfatizem um lado da distinção ou outro. O lado a ser enfatizado pode depender do que o educador pensa ser a utilidade da Educação Matemática ou de que uso os/as alunos/as farão dela (WALKERDINE, 2007). Nessa educação, então, a distinção “procedimental-propocional” é a base do ponto de vista que afirma que regras são o suficiente para a vida diária. Para entender matemática apropriadamente, uma pessoa necessita compreender sua base conceitual (WALKERDINE, 2007, p. 11).

O sucesso na Matemática é tomado como uma indicação do sucesso em raciocinar. A Matemática é vista como o “desenvolvimento da mente lógica e racional” (WALKERDINE, 2007, p.12) e, por isso, destinada aos meninos. Assim, “as meninas podem ser capa-

zes de fazer matemática, mas uma boa performance não deve ser equiparada a um raciocínio apropriado” (WALKERDINE, 2007, p. 12). Isso ajuda a entender como vem sendo construído o enunciado de que as meninas são o oposto das “ciências duras”, das exatas e da Matemática.

RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM CURRÍCULO ESCOLAR

Neste tópico, desenvolvemos o argumento de que, no currículo das aulas de Matemática investigado, produzem-se diferenças na aprendizagem entre alunos e alunas. Para desenvolver tal argumentação, dividimos o tópico em duas partes. Na primeira delas, discutimos como professora e alunos agem como se os meninos fossem melhores em Matemática. Nesse sentido, trazemos fragmentos do diário de campo para pensarmos como meninos e meninas são efeitos das práticas discursivas. Na segunda parte, discutimos como papéis de gênero são divulgados em atividades, problemas matemáticos e livros didáticos.

Produzindo a diferença

Nesse currículo de aulas de Matemática investigado, pudemos observar que os meninos são produzidos para terem mais facilidade do que as meninas no aprendizado. Eles são estimulados a participarem mais e dizem gostar da aula de Matemática mais do que das outras disciplinas. Os meninos são mais espontâneos na aula de Matemática que as meninas, eles participam mais e interagem uns com os outros. Já as meninas gostam mais das disciplinas de artes e religião, segundo a professora. Assim, observamos, nesta investigação, que a experiência feminina não está como parte integrante do currículo de Matemática. As questões de gênero estão presentes constantemente nas relações em sala de aula (muitas vezes de forma ocul-

ta, para as pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem), como se forçassem as grades do currículo formal (PARAÍSO, 1997).

Em entrevistas realizadas com alunos e alunas do 5º ano, visando averiguar a conformidade ou não com o discurso da professora em relação às dificuldades encontradas na aprendizagem das disciplinas, os meninos dizem que sentem dificuldades em algumas disciplinas como História, Geografia e Redação. Todos que entrevistamos, porém, disseram que gostam muito de Matemática e que não sentem dificuldade para aprender os conteúdos dessa matéria. Os meninos comentam que o assunto de matemática é muito fácil (Diário de Campo). Em outra situação, a professora pediu para os alunos usarem a tabuada para responder uma atividade e um menino disse: “Eu não preciso de tabuada” (Diário de Campo). Os meninos ficam zoando as meninas, dizendo que são inteligentes, quando uma menina errou a resposta no quadro (Diário de Campo). Sentimos que, entre eles, estabelece-se uma competição e que elas, por outro lado, aceitam passivamente essa condição de “menos inteligentes” dita por eles. Ao se considerar como essência natural as características que se destinam a cada ser, produz-se, tal como estudado por Cardoso (2011), meninas como “florzinhas, calminhas, anjinhos e lindinhas” e meninos como “espinhos”, “seres resistentes, fortes e competitivos” (CARDOSO, 2011, p. 9).

Em relação às meninas, elas dizem gostar mais das disciplinas de Português, História e Geografia. Somente uma disse que gostava de Matemática porque “é mais fácil de entender”. As outras falaram que sentem muita dificuldade de aprender Matemática. Na verdade, é certo que o gênero se manifesta de diferentes formas no currículo em ação que investigamos. No entanto, ele é também um campo de silêncio do currículo oficial, pois se naturalizam essas relações e os comportamentos produzidos (PARAÍSO, 1997, p. 28).

Afirmamos, aqui, que essa desigualdade de gênero é naturalizada porque os sujeitos envolvidos nesse processo não observam

que isso é construído por eles mesmos. Um exemplo de que isso acontece é quando a professora deu início à aula com uma atividade de decomposição de números. Em seguida, pediu para que os alunos respondessem no quadro e, como sempre, os meninos foram chamados a participar mais que as meninas (Diário de Campo). Nas observações feitas na sala de aula, notamos que a professora direciona a aula de Matemática para os meninos, chama para responder as atividades no quadro, elabora problemas matemáticos envolvendo os nomes deles e eles gostam de participar das aulas.

Isso está de tal modo naturalizado que a professora não investe nas meninas nessas aulas. Na correção de uma atividade, a professora chamou os alunos para irem até o quadro por fila. Das cinco filas que existem na sala, ela chamou quatro meninos e uma menina e esta não quis ir responder (Diário de Campo). Essa aluna não teve incentivo da professora para ir responder à questão. Quando as meninas não queriam responder, ela não insistia e ficava por isso mesmo, solicitando um menino para responder. Ao solicitar mais os meninos e incentivá-los mais do que as meninas, a professora produz uma diferença. Uma situação parecida foi pesquisada por Cardoso (2011) em aulas experimentais de Ciências. Nessa pesquisa, constatou-se que, ao confirmar o predomínio de escolhas pelas meninas para fazer o experimento e dos meninos para pensar sobre eles, a professora indica que meninos são melhores alunos que meninas (CARDOSO, 2011, p. 15).

No currículo aqui em questão, em outro momento, a professora chamou cinco alunos para o quadro, três meninos e duas meninas (Diário de Campo). Em outra atividade, dos seis itens que a professora passou, dois foram respondidos por meninas e quatro por meninos (Diário de campo). Em uma atividade, da primeira até a quarta questão, a professora chamou os meninos para responderem no quadro. Na quinta, ela fez o sorteio no diário, sorteando uma menina. Ela não quis ir responder e passou a vez para outra

menina, que também não foi responder à questão. A professora fez outra tentativa, chamando outra menina que respondeu não obtendo sucesso. Em seguida, pediu para que um menino respondesse (Diário de campo). Nesse currículo, foi constante: os meninos são a maioria para responder às atividades, pois recebem mais incentivo da professora.

Nas correções da tarefa de casa, quase todas são respondidas pelos meninos. Muitas vezes, é a professora quem os chama e, em outras, eles mesmos se habilitam a ir (Diário de campo). O entusiasmo da professora dando aula é muito bom, ela tem uma interação muito forte com os meninos e está sempre os chamando para prestarem atenção. Ela pergunta oralmente a resposta da atividade, a maioria que responde são os meninos e depois ela chama o menino para responder no quadro (Diário de campo). Em uma dada aula, a professora continuou o mesmo assunto da aula anterior: números romanos. Logo depois, pediu para um menino explicar o que havia entendido. O aluno explicou da mesma forma que a professora tinha explicado na aula passada, que os números romanos são usados para capítulos de livro, mostradores de relógios etc. Ela disse que ele estava de parabéns e que havia entendido o conteúdo (Diário de campo).

Um currículo é, sem dúvidas, um artefato que ensina, transmite e apresenta conteúdos, saberes, conhecimentos, habilidades, competências, culturas, valores, condutas e modos de ser, estar e viver. Trata-se de uma “máquina de ensinar” (GIROUX, 1995, p.87 apud PARAÍSO, 2010) que, ao exercer essa função, governa condutas, produz práticas, inclui e exclui, hierarquiza, normaliza e divide sujeitos entre quem sabe e quem não sabe, quem é bom e quem é mau aluno, quem tem bom e quem tem baixo desempenho, quem segue e quem não segue as regras etc. Ensinar, portanto, é muito diferente de aprender (PARAÍSO, 2010, p.1).

A demanda pelo amor e pelo afeto na educação está espalhada por diferentes discursos e se presta a envolver sujeitos e governá-los (PARAÍSO, 2010). No currículo não é diferente. O afeto é lançado por alguns educadores a alunos e alunas de modo a envolvê-los nas aulas e, assim, fazê-los aprender o que se deseja. Além disso, dessa forma, discentes se sentem mais à vontade para debater os conteúdos nas aulas. No currículo aqui investigado, notamos esse investimento no afeto. No entanto, percebemos nas observações que uma interação da professora é muito maior com os meninos (Diário de Campo). Isto é, a professora investe mais nos meninos e, às meninas, ela não dá muita importância.

Outro exemplo de como isso se opera foi quando a professora iniciou um novo assunto, “ordem e classe”, e pediu para os alunos escreverem no caderno. Logo pediu para que lessem a questão e chamou alguns deles para responder na lousa. No item “a) 4603”, um aluno aceitou responder; “b)76421” foi respondido corretamente por uma aluna; No item “c) 5039004”, uma aluna errou e a professora não fez nenhum comentário (Diário de campo). Quando são as meninas que respondem a atividade e erram, a professora simplesmente as manda voltar e sentar sem explicar onde elas precisam melhorar. O diálogo da professora com as meninas é diferente do que tem com os meninos. Com eles, ela sempre está elogiando pelas atividades feitas. Já com elas, menosprezando, dizendo que eles são melhores.

Assim, o currículo investigado, além de ensinar muito sobre gênero, também opera, nos mais diferentes ensinamentos, com pensamentos e raciocínios generificados que atribuem capacidades distintas a meninos e meninas. Cobram-se, por um lado, “condutas adequadas” e confinam-se certas estudantes a uma compreensão de si mesmas como “problemáticas” e “fora da regra” (PARAÍSO, 2010, p. 3). Por outro lado, alguns estudantes são incentivados a certas práticas a partir do gênero que assumem. Nesse mesmo sentido, em outra pesquisa, constatou-se que, apesar de terem um melhor

índice de aprovação, as meninas são menos citadas como brilhantes e inteligentes por “não terem criatividade, voz própria, autonomia e, portanto, participarem pouco, não serem questionadoras, não terem papel de liderança no grupo” (CARVALHO, 2009, p. 562).

Ao se considerar o sexo que portam os discentes para saber se serão bons ou maus alunos na Matemática, podemos afirmar que o problema de defasagem das meninas ou do sucesso dos meninos nesse currículo analisado é da “ordem do biológico” (CARDOSO, 2011, p.17). Entendemos, assim, que um currículo ensina muitas normas relativas a gênero a partir do sexo biológico que possuem. São as normas que produzem, reafirmam e naturalizam o que é masculino e feminino que, por sua vez, regulam as condutas de homens e mulheres, meninas e meninos nas escolas. Trata-se de um importante espaço social, em que “marcas produtivas de gênero marcam sua presença” (PARAÍSO, 2006, p. 59).

Demandas de meninos e de meninas

Não é somente o aprendizado ou o conteúdo de Matemática que são produzidos de modos diferenciados nesse currículo. Aqui, ensina-se e aprende-se muito sobre gênero e os papéis diferenciados para meninos e meninas na escola. Se os meninos são o foco principal nas aulas de matemática, as atividades e problemas matemáticos divulgados precisaram ser elaborados com um foco naquilo que é entendido socialmente como coisas de meninos. Em nossa sociedade, quando se repete a um menino “empurra ela na gangorra porque você é forte!”, ou quando se escuta de um deles que “eu queimei minha perna na moto, mas não chorei porque homem não chora”, fica claro “que tipo de identidade masculina e feminina tem sido divulgada e disponibilizada por várias instâncias envolvidas na

formação das crianças e na produção de meninas e meninos” (CARVALHAR, 2009, p. 90).

A professora nos disse em entrevista que as situações-problema são do cotidiano dos alunos. Percebemos, no entanto, que a entrevistada faz os problemas envolvendo os meninos mais que as meninas. Em um dos problemas, enunciou-se: “Ricardo tem 320 chaveiros em sua coleção. Genilson tem 53 chaveiros a mais que Ricardo e Josenilson tem 85 chaveiros a menos que Genilson. Quantos chaveiros tem Josenilson?” (Diário de campo). Os nomes usados na situação problema são dos alunos daquela sala.

Em outro problema apresentado aos discentes, afirmou-se: “A escola de Rodrigo está em reforma. Na pintura, foram gastos 570 litros de tinta branca, 28 litros de tinta verde e 185 litros de tinta azul. Quantos litros foram gastos ao todo?” (Diário de campo). Percebe-se que a professora, na maioria das vezes, relaciona situações-problema com o gênero masculino. Porém, não é apenas isso que queremos destacar. Ao usar os meninos em situações-problema, a professora indica o que deve ser considerado como práticas e coisas de meninos. Essas representações da professora “dizem algo sobre esses sujeitos, delinham seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencendo a esse grupo” (LOURO, 1997, p. 98).

Em relação às meninas, poucos exercícios foram construídos. Quando foram, trouxeram marcas do que deve ser considerado como “de menina”: “Uma doceira fez 570 brigadeiros, 350 surpresas de uva e 440 olhos-de-sogra. Quantos doces ela fez?” (Diário de campo). Ou ainda: “Para a decoração da igreja, no dia do casamento de Paloma, foram usados 350 rosas brancas, 5 centenas de rosas vermelhas e 180 rosas amarelas. Quantas rosas foram usadas ao todo na decoração na igreja?” (Diário de campo). Em outro: “Tenho

57 bonecas. Minha irmã tem 11 bonecas a menos que eu. Quantas bonecas temos juntas?” (Diário de campo). Nas situações-problema feitas pela professora, meninos possuem chaveiros e meninas brincam de bonecas, decoram e cozinham, havendo uma separação, portanto, do que é masculino e feminino.

Há nesse discurso generificado um investimento para que meninas sejam do lar, brinquem de bonecas e estejam dispostas ao casamento heterossexual. Há na sociedade inúmeras instituições que se encarregam de garantir a “naturalização” da heterossexualidade. Nesse sentido, família, mídia, igreja e escola, dentre outros, estão preocupados em ensinar padrões heteronormativos a meninos e meninas, homens e mulheres, como se esse fosse um processo “natural” (CARVALHAR, 2009, p.47). Essa construção se dá “em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, simbólicos, representações e práticas” (LOURO, 1997, p. 103). No próximo item, damos continuidade a essa análise acerca de uma produção generificada, mais especificamente no livro didático utilizado.

Produções generificadas no livro didático de Matemática

Por considerarmos o livro didático como o recurso que mais dá apoio à professora e que está em contato com alunos e alunas a todo o momento, comendo, assim, o currículo investigado, optamos por analisá-lo detalhadamente. O livro didático do 5º ano é exposto por várias gravuras e muitas situações-problema que passamos a apresentar e analisar. Na página 11, questão 3, é possível verificar a gravura de um aluno interessado, tirando dúvida com a professora sobre o conteúdo de “ordens e classes”, o que faz a professora explicar tudo.

Na mesma página, questão 4, há uma situação-problema envolvendo jogo de futebol. Nesse caso, utiliza-se do recurso de chamar

a atenção com aquilo que é tido e produzido socialmente como de meninos. Novamente, na página 17, questão 5, e na questão 1 da página 208, o autor do livro utiliza o futebol. Na primeira, coloca a figura de um jornal abordando jogo de futebol para explicar a classe dos milhões: “Qual foi o número de pagantes no Estádio do Morumbi-SP, no jogo Brasil x Uruguai disputado em 21/11/2007 pelas eliminatórias da Copa-2010? Descubra fazendo a composição do número abaixo”. Na outra situação, o autor usa uma situação-problema com jogo de futebol do campeonato da escola e há a figura do time dos meninos. O autor se utiliza, ainda, do futebol nas páginas 50 e 238.

O livro didático do 5º ano explora muito o conhecimento discendente. No entanto, ao focalizar em excesso personagens masculinos, nomes masculinos e utilizar o futebol – bem como corrida de Fórmula 1, carro e caminhoneiro que discutiremos adiante – para explicar os conteúdos, explicita sua intencionalidade de atrair os meninos. Afirmamos isso apoiadas em outras pesquisas que observaram o quanto o futebol é direcionado para meninos em nossa sociedade. Segundo Reis (2011), normas de gênero presentes no currículo pesquisado constituem corpos meninos-alunos que “chutam bolas, garrafinhas, papeizinhos amassados, embalagens de suco, borrachas, lápis e outras coisas que veem pelo chão”; “meninos que trocam figurinhas de jogadores, que desenham jogadores, que leem revistas e livros sobre futebol, que descem ávidos por chutar bolas nas quadras, nos horários de recreio e de educação física” (REIS, 2011, p. 120).

Ao longo do capítulo que aborda o conteúdo “adição e subtração com números naturais” (p. 35), e de maneira semelhante a muitos outros momentos, o autor coloca a figura de meninos apenas. Além disso, quando adultos aparecem em imagens, predomina-se o sexo masculino. Na questão 5 da p. 46, há um problema abordando a profissão de caminhoneiro: “Um caminhoneiro está percorrendo uma distância de 1500 km. Depois de ter percorrido 367 km, ele parou para descansar. Quantos quilômetros faltam para completar a

viagem?”. Do mesmo modo, nas páginas 178 e 194 do livro didático em questão, para explicitar os assuntos de “números decimais” e de “números ordinais”, respectivamente, o autor coloca figuras da corrida de Fórmula 1, explicitando a diferença de tempo entre os corredores e suas posições.

Na página 50, questão 5, há uma situação-problema envolvendo eleição em que quatro candidatos foram inscritos. Desses, três homens e uma mulher, sendo que a candidata ficou em 3º lugar. Na página 51, há uma atividade que demonstra o quanto o autor envolve mais personagens masculinos do que femininos. Dos itens, dois são exclusivamente formados por meninos – que andam de carro ou são caminhoneiros – e o outro é misto – envolvendo uma situação de quantidade de dinheiro. Vemos, com todos esses exemplos, construir performatividades de gênero ou “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2010b, p. 154). Assim, reiteradamente, reforça-se a norma de que meninos são produzidos para certas demandas.

A questão 1 da página 69 tem a figura de uma menina. Esse problema relata compras de bonecas com certa quantia de dinheiro. Vale destacar que esses objetos são produzidos, socialmente, para as meninas adorarem. Nas páginas 124, 137 e 141, o autor cita algumas situações-problema envolvendo meninas. Nelas, uma menina fez pão de queijo, a outra uma torta e a última assou uma pizza. Assim, quando a situação está direcionada a fazer comida ou doces, o autor cita nomes de meninas. Ele destina outro lugar às meninas – além de comprar e cuidar de bonecas – que seria o da cozinha para cuidados e preparos de alimentos. Essa ligação direta entre mulher e espaço privado tem sido estabelecida historicamente. Afinal, em muitas sociedades, “seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução” (PERROT, 2008, p. 109) o que a tornou, embora isso venha mudando atualmente, sempre a rainha do lar, a dona de

casa, mesmo quando passou a exercer profissões no espaço público (PERROT, 2008).

Nos currículos escolares, esses têm sido os papéis destinados às meninas, como observaram outros autores. No currículo de aulas de Ciências, por exemplo, sempre que os educadores se referiam a afazeres domésticos – tais como cozinhar pães, bolos ou pizzas, arrumar a casa e cuidar da família –, as mulheres (em funções como mães, avós, tias e/ou irmãs) eram as protagonistas das ações (CARDOSO, 2011, p. 5). Nesse currículo, uma essência feminina – calma, atenciosa e afeita ao doméstico – é produzida. Tal educação generificada ganha materialidade também nas diferenças entre brinquedos e materiais oferecidos a meninas e meninos, nas histórias contadas ou nas músicas cantadas, dançadas e endereçadas (CARVALHAR, 2010).

Esses papéis diferenciados a meninos e meninas, homens e mulheres, são igualmente expressos nas profissões divulgadas no livro didático pesquisado: caminhoneiro, cozinheira, piloto de avião, piloto de corrida, jogador de futebol, pedreiros, tecelã, agricultor, costureira, arquiteta. Além dessas profissões, a docência também é representada nas imagens. Na maioria das páginas, o autor coloca uma professora para explicar nos balões, direcionando a profissão de professora às mulheres. Segundo Louro (1997), no Brasil, é possível haver algumas transformações sociais que, ao longo da metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes, principalmente dos menores. Professores e professoras, como qualquer outro grupo social, foram e são objetos de representações. Assim, ao longo dos tempos, alinham-se determinadas características. Essas representações não são, contudo, meras descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos, elas são de fato, descrições, que os “constituem” e que os “produzem” (LOURO, 1997, p. 99).

Haveria, assim, a ideia de que, socialmente, a feminilidade é definida como apropriada apenas para algumas áreas do conheci-

mento. Ao desempenhar diferenciados trabalhos, essa essência feminina seria exigida, o que desfaria a “distinção entre os domínios público e privado [na vida das mulheres]” (HARAWAY, 2009, p. 76). Tal exigência pode ser encontrada na perfeita secretária que coloca “flores e que cuida de seu patrão” (PERROT, 2008, p. 115); nas fábricas, como costureiras (RAGO, 2009); nos hospitais, como enfermeiras (PERROT, 2008); ou na professora que cuida e educa com amor (PARAÍSO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aprendizagens em matemática nas séries iniciais vêm sendo construídas há muito tempo. Nessas construções, os meninos são tidos como mais espontâneos e com grande facilidade em aprender os conteúdos de tal matéria. Nas aulas de matemática analisadas, notamos que a professora as direcionam para os meninos, chama-os a responderem as atividades no quadro, elabora problemas matemáticos envolvendo os nomes deles e eles gostam de participar das aulas. Isso está de tal modo naturalizado que não se investe nas meninas nessas aulas. Esse discurso também é reiterado no livro didático utilizado, no qual há grande investimento em dialogar mais com os meninos. Afinal, sabe-se, discursivamente, que “meninas não gostam de cálculos” e que “meninos são predispostos às exatas”.

O currículo investigado, além de operar com pensamentos e raciocínios generificados que atribuem capacidades distintas a meninos e meninas, também ensina muito sobre gênero. Há a ideia de que meninos seriam afeitos a futebol, corrida de Fórmula 1, carros e chaveiros. Por sua vez, as meninas seriam mais ligadas a bonecas, cozinha, decoração, rosas, igreja etc. Nas profissões divulgadas no livro didático pesquisado, também se observou essa produção generificada. Figuras de homens representam profissões, tais como

piloto, jogador e pedreiro. As imagens de mulheres simbolizam a cozinheira, a costureira e a arquiteta.

A educação contribui para o desenvolvimento da criança e do indivíduo. A escola os transforma e os coloca expostos a demandas de meninos e de meninas, adequando-os à sua cultura. Assim, este trabalho buscou mostrar e problematizar, a partir da etnografia em uma sala de aula, as relações de gênero presentes na Educação Matemática e suas implicações no ensino e aprendizagem. O tema escolhido abrange, portanto, vários outros a serem pesquisados, tais como a quem os professores direcionam suas aulas, por que meninos são mais interessados nas aulas de matemática que meninas, como livros didáticos são pensados para atingirem certo público e as relações de gênero no aprendizado das exatas.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b. p. 151-172.
- CARDOSO, Lúvia de Rezende. *Conflitos de uma bruta flor: governo e *quereres* de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental*. In: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 2011. p. 35-56. v.1.
- CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. **Relações de gênero no currículo da educação infantil**: A produção das identidades de princesas, heróis e sapos. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CARVALHAR, Daniele Lameirinhas. **Currículo da Educação Infantil**: sexualidades e heteronormatividades na produção de identidades. In: PARAÍSO, Mar Lucy Alves (Org.). Curitiba: CRV, 2010. p. 31-52.
- CARVALHO, Marília Pinto. *Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas*. **Revista Estudos Feministas**. 2009, p. 554-574.

COSTA, Maria Conceição. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 455-459, jul./dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. **As técnicas de si**. 1982. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fe/tef/floesco/foucault/tecnicas.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista do final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TA-DEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-117.

JUNIOR, Pedro Jaime. Pesquisas em organizações por uma abordagem etnográfica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 435-456, jul./dez. 2003.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 35-61, jul./dez. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo? **Caderno de Pesquisa**, Faculdade de Educação da UFMG, n. 102, p. 23-45, 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e mídia educativa: práticas de produção e tecnologias de subjetivação no discurso da mídia educativa sobre a educação escolar**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas v. 27, n. 94, p.91-115, 2006.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Raciocínios generificados no currículo e possibilidades de aprender. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES

CURRICULARES, 5., Porto, 2010; COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 9., Porto, 2010. **Anais...** Porto-PT, 2010. p. 1-27.

PARÁISO, Marlucey Alves; GONÇALVES, Esfefa Pereira. **A política curricular dos “reagrupamentos” escolares:** práticas generificadas no currículo escolar. IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares, João Pessoa, 2009, p. 1-17.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 578-605.

REIS, Cristina D’Ávila. **Currículo escolar e gênero:** a constituição generificada de corpos e posições de sujeito meninos-aluno. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3. n. 1, p. 11-31, jan./abril 2005.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20. n. 2, p. 207-226, jul./dez. 1995.

WALKERDINE, Valerie. Ciência, Razão e a mente feminina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 07-24, jan./jun. 2007.

WIELEWICKI, Vera Helena G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p.27-32, 2001.

PERCURSOS E DISCURSOS DA PRESENÇA CHINESA EM ARACAJU

Allisson Gomes dos Santos Goes

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a produção da presença chinesa em Aracaju está relacionado a uma questão maior, que é o fluxo crescente de pessoas vindas de diversas partes do mundo para o Brasil na busca, dentre tantos outros objetivos, de uma mudança econômica e social positiva.

Nesta direção, este trabalho é parte de nossa investigação realizada entre 2011 e 2013 no âmbito do curso de mestrado em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. A dissertação teve como objeto de pesquisa a produção da presença chinesa na cidade de Aracaju-SE e pretendeu responder a questão de pesquisa de como era produzida a presença chinesa a partir do campo econômico na cidade.

A hipótese da pesquisa era a de que os processos identitários relacionados ao ser chinês eram construídos de duas formas: a partir de disputas e tensões entre chineses e brasileiros através da inserção dos chineses no campo econômico, e pelo auto-reconhecimento enquanto chineses a partir da origem e da língua comum.

Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa procurou compreender os processos identitários produzidos a partir e na presença de imigrantes chineses em Aracaju. Além deste objetivo principal,

tínhamos como objetivos específicos estudar como se estruturava o fluxo migratório chinês para Aracaju; como eram organizados seus negócios e, por fim, identificar as disputas e tensões que permeavam a relação entre brasileiros e chineses.

A tradição dos estudos migratórios no Brasil foi formada a partir das análises sobre as migrações em massa para o país no século XIX e início do século XX, quando italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses compuseram os grupos imigrantes que desembarcaram em terras brasileiras. A presença desses imigrantes no Brasil suscitou o debate sobre assimilação, integração e nacionalismo. Ao longo do século passado, muitos pesquisadores focaram seus estudos sobre a presença dos imigrantes a partir da questão dos grupos étnicos e, aos poucos, foram abandonando as ideias de assimilação e aculturação. Nas últimas décadas, vemos outros grupos e novos fluxos migratórios para o Brasil que atingem outras regiões além do sul e sudeste, até então, palco das imigrações em massa para o Brasil, como é o caso da região nordeste.

O nordeste brasileiro tem recebido parte destes fluxos principalmente de chineses que se concentram nas capitais e maiores cidades do interior desenvolvendo atividades no setor de comércio, especialmente de produtos importados, restaurantes e pastelarias. A imprensa tem noticiado um crescimento considerável do número de chineses e de seus negócios na região, produzindo novas configurações sociais, econômicas e culturais de grande interesse sociológico.

O trabalho de investigação também propôs um debate sobre identidades e lançou mão da categoria de “campo” do sociólogo Pierre Bourdieu como parâmetro analítico. A noção de identidade poderia ter sido abordada de diversas maneiras, mas fizemos a opção por aquela que se apresenta a partir das relações de poder que, por sua vez, foram entendidas como geradoras de localização, classificação e hierarquização, mas também de contestação e transgressão social (ENNES; MARCON, 2014). A utilização da noção de campo

se justificou por permitir construir analiticamente as disputas e tensões necessárias à produção das identidades. O uso do arcabouço teórico de Bourdieu, a exemplo de campo, não era uma novidade nos estudos migratórios. Um exemplo disso são os estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU- USP) que já utilizava há bastante tempo esse referencial teórico.

A migração chinesa é um fenômeno mundial que se projeta na cidade de Aracaju. Na capital sergipana, além do aumento do número dos chineses, sua presença no campo econômico, particularmente no comércio de produtos importados e de alimentos, é notadamente marcante. Os letreiros com nomes de origem chinesa se espalham pelo centro da cidade. Eles comercializavam eletrônicos, vestuário, artigos para festas e produtos de bazar em geral, além de pastelarias e dos restaurantes que serviam aos brasileiros e aos próprios chineses. Era no próprio centro da cidade que a maioria dos chineses encontra seu lugar de morada. Dois edifícios (“Futuro” e “Jangada”) serviam como lar dos imigrantes e muitos dos apartamentos abrigavam mais de uma família. A presença e as atividades dos chineses no campo econômico, por sua vez, produziam novas relações sociais portadoras de significados identitários.

Diante do quadro empírico e tendo em vista que não pretendíamos fazer um estudo amostral, pareceu mais adequado substituir a noção de amostra pela de *corpus* de pesquisa, ou seja, um conjunto de dados que estavam diretamente relacionados com o nosso objeto de estudo (BAUER; GASKELL, 2002). Dessa maneira, utilizamos procedimentos de pesquisa que foram da pesquisa documental às fontes orais, passando pela observação direta. A pesquisa documental foi feita em *sites* e *blogs*, além de consulta aos jornais impressos no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tendo como objetivo coletar dados sobre a presença dos chineses na ótica da imprensa sergipana. Por outro lado, em relação às fontes orais, foram privilegiadas as entrevistas semipadronizadas e conversas informais com brasileiros e

chineses localizados no contexto do comércio de Aracaju. É importante salientar que devido ao tempo acelerado dos negócios e à desconfiança inerente ao estranhamento produzido pelas circunstâncias em que se dava a inserção dos chineses no campo econômico e das diferenças étnicas e identitárias com o pesquisador, a maioria dos entrevistados não concordou que gravássemos as entrevistas e conversas. Ante essa dificuldade, utilizamos a estratégia de gravar nosso próprio relato com as informações colhidas assim que a entrevista terminava. Deste modo, procuramos assegurar que as informações não se perdessem. Logo após a gravação, transcrevíamos todas as informações e as utilizamos ao longo do trabalho como uma espécie de paráfrase do que os nossos entrevistados disseram.

Também utilizamos a observação direta como procedimento metodológico, pois, procedimento pretendia captar as práticas cotidianas dos agentes da pesquisa que, muitas vezes, eram ocultadas em momentos de entrevistas. Assim, observamos o cotidiano das negociações entre chineses e brasileiros (comerciantes e consumidores), a chegada ao trabalho, a volta para casa, o encontro com outros chineses e o relacionamento com os brasileiros, para além das transações comerciais, como as paqueras e as amizades.

De forma sucinta, pode-se concluir que os processos identitários em Aracaju podem ser entendidos a partir das relações dialógicas. Deste modo, não há somente um sentido de ser chinês. Ser chinês é construído por meio das heteronomeações e das automeações, um jogo no qual os chineses são nomeados e também se nomeiam. Os brasileiros dizem o que eles são e eles, num movimento de contra nomeação, resistem às nomeações presentes como quase um consenso no campo econômico. E, por fim, a presença chinesa vai sendo produzida nas oposições (positivo-negativo) fruto das perturbações que uma presença estrangeira causa, principalmente, no campo econômico.

Este trabalho é resultado do capítulo intitulado “Percurso e discursos da presença chinesa em Aracaju”, capítulo com a maior quantidade de material empírico discutido a partir das leituras e autores propostos. O texto que segue está dividido em três partes: a primeira discute a presença chinesa como um reflexo das migrações internacionais contemporâneas para Aracaju, além dos itinerários migratórios dos chineses, situados entre a imigração e a reemigração, ou seja, uma parte dos imigrantes tem em Aracaju o primeiro lugar de chegada e proveniente da China continental. A parte restante vem de outros estados brasileiros ou mesmo de outros países. A segunda parte do texto trata sobre a produção da presença chinesa a partir do campo econômico, ou seja, como se dão sua localização, inserção e posicionamentos neste campo, particularmente no subcampo do comércio de produtos importados, restaurantes e pastelarias. A terceira e última parte trata dos sentidos de ser chinês em Aracaju, ponto no qual trabalhamos com os discursos dos agentes sociais ligados ao campo econômico construído analiticamente com a finalidade de encontrar estes sentidos. A palavra “sentido” está no plural justamente por comprovarmos que não havia um único sentido de ser chinês na cidade, o que dependia de fatores que estão expostos no texto.

REFLEXOS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS EM ARACAJU E ITINERÁRIOS MIGRATÓRIOS

Os fluxos migratórios contemporâneos para o Brasil têm se projetado não só nas regiões sul e sudeste, mas em todo o país, incluindo nas fronteiras com outros países sul-americanos. São pessoas que querem mudar de vida e fugir da escassez material, das crises econômicas, das guerras ou instabilidades políticas. São muitas motivações, além da pluralidade de nacionalidades. Vários exemplos demonstram que o país tem voltado à cena das migrações interna-

cionais contemporâneas, tal como é a crescente presença chinesa no nordeste e a maciça entrada de haitianos no Acre e em São Paulo.

Dentro da perspectiva de que a migração é um processo, pode-se considerar que a dinamicidade dela não está relacionada somente à questão espacial, de deslocamento, mas de fatores subjetivos, relações sociais e do próprio tempo envolvido no processo. É interessante notar que o tempo opera para consolidar, reconfigurar ou redirecionar o processo migratório, todavia, pode-se cada vez menos falar em pares de oposição imigração/emigração, mas em migração como processo dinâmico, visto que, as pessoas estão a se deslocar muito constantemente, fazendo com que o emigrar e o imigrar estejam cada vez mais entrelaçados.

Em Aracaju, os imigrantes chineses estão inseridos no campo¹ econômico e essa presença não é dada como pronta, mas produzida por meio dos discursos e das movimentações dos agentes (chineses e brasileiros) no campo econômico. A presença chinesa, em se tratando de um elemento novo, permite que discursos sobre “ilegalidade”, “roubo”, “suborno”, “ciúmes”, “preguiça”, constituam uma ideia de presença chinesa e contribuam para a concepção do ser chinês em Aracaju. Por outro lado, o encontro daqueles que se reconhecem como irmãos e conseqüentemente chineses, apresenta-se como outra face da produção identitária, porém isso não ocorre somente por parte dos próprios chineses. Em muitas entrevistas os brasileiros tinham uma ideia de que todos eram parentes, amigos

1 “Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Estas posições são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (situ) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja possessão comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo, e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.)” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

ou conhecidos, que todos tinham a mesma origem e ajudavam uns aos outros.

Encontrar chineses em Aracaju que têm uma experiência migratória (pessoal e familiar) considerável não foi difícil e aqueles com os quais conversamos apontaram para percursos espaciais e sociais migratórios razoavelmente longos. Sobre esses percursos, a primeira coisa que se deve apontar é que Aracaju se apresenta como lugar de imigração para os chineses que estão tanto na China como para aqueles que estavam em outras partes do país, em cidades e estados dos mais diversos, principalmente em São Paulo. Alguns chineses conferem à cidade um lugar de reimplantação, pois partiram de outros estados brasileiros subsidiados pelos contatos que já estavam estabelecidos na capital sergipana, por exemplo, o senhor Chanli (JORNAL DA CIDADE, 2010), esteve em muitas outras cidades até aportar em Aracaju com toda a família. Em outros casos, o imigrante vem diretamente da China por meio das redes de familiares e/ou conhecidos e fazem da cidade seu primeiro lugar de imigração.

Na verdade, o que se vê em Aracaju é uma composição dos itinerários migratórios que perpassam tanto a imigração quanto a reimplantação e que estão associadas quase sempre à questão das oportunidades e a viabilidade da migração. Tanto Chao², que está há mais tempo na cidade, como Sara e seu marido, que montaram seu negócio há pouco mais de dois anos, vislumbraram a oportunidade de emigração e de inserção nas atividades comerciais por meio de contatos pré-estabelecidos. Sara chegou a mencionar em uma de nossas conversas que havia uma “pessoa mais velha na cidade” que passou as informações sobre negócios e moradia.

2 Entrevistados chineses: Bruno, 33 anos, técnico agrícola, vive há 11 anos em Aracaju; Chao, 79 anos, dono de restaurante, vive há 26 anos em Aracaju; Hu, 28 anos, dono de restaurante, vive há 3 anos em Aracaju; Sara, 28 anos, dona de pastelaria, vive há pouco mais de dois anos em Aracaju.

A PRODUÇÃO DA PRESENÇA CHINESA A PARTIR DO CAMPO ECONÔMICO DE ARACAJU

O campo econômico foi o recorte escolhido para investigar a produção de uma presença chinesa em Aracaju. Todavia, o campo econômico mostra-se apenas como um recorte da dimensão dessa presença, mas é um “lugar” a ser explorado e que revela outras faces da imigração chinesa.

As incursões a campo e também as reportagens jornalistas apresentaram vários aspectos sobre a presença crescente dos imigrantes chineses nos negócios em Aracaju. Às vezes, a fala dos brasileiros quando dizem “Eles estão dominando tudo” trazia um espanto por se tratar de algo relativamente recente, mas que se espria por todo o comércio popular da cidade. Outras vezes, a fala demonstrava uma hostilidade porque os comerciantes brasileiros se sentiam em desvantagem nesse jogo de forças. Contudo, falar em dominar ou tomar o comércio ou alguns setores do comércio envolve uma série de disputas que podem ser compreendidos tomando a questão econômica sob a ótica do campo.

O campo econômico é um recorte do espaço social e também um espaço de disputas e “se distingue dos outros campos pelo fato de que as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta da maximização do lucro material individual” (BOURDIEU, 2005, p. 22), porém as trocas nunca são completamente econômicas, pois até mesmo estas trocas dentro do campo econômico são produtos de relações sociais.

Outro fato importante é que, no campo econômico, não estamos lidando com a decisão de um único agente, por exemplo, a decisão dos chineses de se estabelecerem em Aracaju para lograr sucesso ou fazer poupança. Na verdade, o campo econômico existe pelos vários agentes que se encontram nele: chineses, brasileiros (empresários, consumidores), órgãos do governo, associações em-

presariais, etc. que estruturam o campo, ou seja, criam um espaço de disputas (BOURDIEU, 2005).

O modo de inserção dos chineses no campo econômico em Aracaju é semelhante se comparado com outras cidades brasileiras e de outros países. Na escolha do local de estabelecimento o que pesa, sobretudo, é a presença de público ou consumidores que possam consumir seus produtos, àqueles que são específicos de seus negócios.

Falar em inserção chinesa no campo econômico nos remete ao comércio de produtos importados, restaurantes e pastelarias, estes são os principais negócios constituídos e todos legalizados por se tratar de estabelecimentos fixos e de fácil fiscalização pelos órgãos governamentais que cuidam da área econômica. Além disso, as remessas de mercadorias são feitas com um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – próprio e em nome de um proprietário chinês, visto que a legislação brasileira permite que imigrantes possuam negócios próprios, mas passíveis de fiscalização como qualquer outro estabelecimento. Isso não quer dizer que não houvesse condutas ditas “ilícitas” e o medo de conversar com um estudante/pesquisador materializado na negação do pedido de entrevista poderia estar relacionado à presença de tais condutas. Há constantemente o pensamento, por parte do entrevistado, de que aquele com quem se conversa seja um agente público ou investigador que está em busca de irregularidades ou pendências que resultem em sanções.

Na cidade de Aracaju, os chineses estão presentes em atividades econômicas na área circunscrita ao centro comercial onde circula uma grande quantidade de pessoas diariamente, atraídas principalmente pelo comércio popular. Além do comércio popular, o centro concentra alguns órgãos do governo, serviços médicos e é também palco de manifestações culturais e de trabalhadores, aumentando a circulação de pessoas por suas ruas. Nada mais estratégico do que se instalar onde estão os seus clientes, aqueles que consomem os produtos denominados de *xing-ling* por alguns

entrevistados durante o trabalho de campo. Essa opção não é exclusividade dos chineses em Aracaju. Em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, eles também ocuparam as áreas centrais, que até então eram de outras etnias comerciantes (judeus e árabes) e passaram a disputá-las com estas outras etnias (ARAÚJO, 2010). Na Espanha, López (2005), ao abordar a inserção chinesa nas áreas das cidades, faz um balanço de como o comércio étnico chinês se transformou em nicho étnico em pouco mais de vinte anos³, o que ainda não pode ser encontrado em Aracaju.

O centro da cidade de Aracaju é onde se encontra o comércio de importados concentrado em artigos como bolsas, cintos, sapatos, eletrônicos, artigos de bazar em geral, mas ainda há os restaurantes e pastelarias muito frequentados por brasileiros. Dos 23 estabelecimentos identificados, 14 são do ramo de venda de produtos importados e 09 comercializam alimentos (GOES, 2013).

Além das lojas de produtos importados, os estabelecimentos que comercializam alimentos também estão presentes no centro de Aracaju, como já apontamos anteriormente. São poucos lugares, mas conhecidos e frequentados pela população local; a maioria dos frequentadores assíduos do centro comercial conhece esses estabelecimentos e isso pode ser facilmente comprovado pelo número de clientes atendidos diariamente, é um verdadeiro “mar de pessoas” em alguns dias da semana. As pastelarias comercializam alimentos conhecidos dos brasileiros, mas inexistentes da China, como afirma Sara⁴, proprietária de uma pastelaria, que reside em Aracaju há pouco mais de um ano, mas consegue compreender o português.

3 Segundo López (2005) a diferença entre comércio étnico e nicho étnico é que o primeiro concentra comerciantes que vendem suas mercadorias para os próprios imigrantes e o segundo ocorre quando determinada etnia controla um número significativo de estabelecimentos e mão de obra.

4 Muitos chineses adotam nomes brasileiros depois de algum tempo no país, pois, acreditam que isso facilita a comunicação (SILVA, 2008).

Em uma de nossas conversas, indaguei como o marido dela tinha aprendido a fazer aqueles salgados, já que na China não existia esse tipo de alimentação. “Ele aprendeu tudo em São Paulo”, respondeu ela.

Como o caso de Sara e de seu marido, a literatura aponta outros casos de imigrantes que trabalhavam em outras áreas antes de emigrarem e acabaram sendo direcionados para outras atividades econômicas na sociedade de imigração. É o caso dos sírio-libaneses (TRUZZI, 2009), armênios (GRÜN, 1992) e até mesmo dos chineses no Brasil (ARAÚJO, 2010).

Os chineses em Aracaju, embora estejam cercados por vários companheiros de mesma nacionalidade, têm seus estabelecimentos e a lógica dos negócios extracomunitários, ou seja, comercializam produtos importados e alimentos para os brasileiros. No entanto, um dos estabelecimentos - neste caso, o restaurante - serve parcialmente aos propósitos do comércio étnico. Lá, muitos chineses se encontram, conversam em mandarim, língua oficial da China, comem iguarias que só podem ser encontradas na terra natal e compartilham risos e experiências do cotidiano. A hora do almoço se transforma em hora de encontros.

Muitos comerciantes chineses em Aracaju estão se tornando atacadistas, fornecendo suas mercadorias para lojistas e vendedores ambulantes brasileiros. Isso já demonstra uma movimentação no campo econômico, ou seja, se os imigrantes chineses estão se tornando atacadistas/fornecedores de mercadorias, estão alcançando posições melhores, principalmente no subcampo do comércio de importados.

Um aspecto muito interessante das queixas é que os chineses “não cumprem as obrigações sociais” exigidas por todo e qualquer comerciante/empresário no Brasil, o que inclui Aracaju. Todavia, o que vemos nos estabelecimentos chineses referente a transações comerciais (comerciante-consumidor) e fiscais (comerciante-órgãos do governo) é muito similar ao que é praticado pelos comerciantes

brasileiros. Um exemplo é a não emissão de nota fiscal ao consumidor nas negociações de pequenos valores, comum aos estabelecimentos das duas nacionalidades.

OS SENTIDOS DE “SER CHINÊS” EM ARACAJU

Como trabalhamos a categoria processos identitários, não podemos deixar de fora a perspectiva dialógica que envolve o “ser chinês” ou o “fazer-se chinês” em Aracaju. Assim, querer ser e tornar-se se constroem também no diálogo, nos discursos dos agentes sociais, tanto dos chineses como dos não-chineses, neste caso, os brasileiros. Não há um único sentido de ser chinês em Aracaju, pois, como já apontamos, há autonomizações e heteronomeizações, prevalecendo aquela de quem melhor está posicionado na relação de forças.

Quando se pensa e se fala em “chinês”, na grande maioria de vezes se aciona uma homogeneidade para falar sobre quem são e de onde são. Todavia, não foi isso que encontramos nas conversas que mantivemos com eles, embora o “fazer-se” se mostrava presente constantemente. Queríamos saber o que eles pensavam que eram numa terra que talvez não fosse a deles, com pessoas que não compartilhavam dos mesmos costumes que os seus.

Quando perguntei a Sara, em sua pastelaria, o que fazia ela se sentir chinesa aqui em Aracaju, ela respondeu: “Eu ligo para os meus parentes nas festas da China, sempre falo com outros chineses quando passo na rua, mas eles são de lugares diferentes. Me sinto brasileira só no documento”. A condição de provisoriedade talvez seja o que levou Sara a falar dessa forma. Em muitos pontos da nossa conversa, ela me contou que quer voltar e que sente saudade da China “Porque lá tudo é diferente”.

Sayad (1998) aponta o estado provisório do imigrante que vai se prolongando, porém, algumas vezes, o imigrante não se dá conta que o provisório vai se tornando definitivo. Sara disse que queria

voltar para a China, mas em alguns momentos ela também colocava que “Se é pra ficar, vou ficar”. Este é um contraponto, pois as conexões com a terra de origem são cada vez mais intensas devido aos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e transporte. Os imigrantes estão cada vez mais conectados com seus familiares e com seu lugar, assim, o estado definitivo pode ser aceito com mais facilidade ante as “facilidades” de comunicação e deslocamento.

Tais facilidades são apontadas por Hu, um jovem chinês dono de uma pastelaria. Quando fizemos a mesma pergunta, ele respondeu que “Agora tem avião, a gente vai passar as festas lá na China, a gente sempre vai na China”, ou seja, havia uma conexão com o aqui e o lá, talvez muito mais forte do que em outras épocas. Algumas vezes, presenciamos conversas de jovens chineses nos mensageiros eletrônicos (*Skype*, *MSN* etc.) em horário de trabalho, enquanto atendiam os clientes. Em outros casos, mesmo aqueles que comercializam produtos importados, compravam alimentos para ser consumidos entre a família/amigos, pois a dieta brasileira era sempre uma dificuldade apontada por eles. Estas são tentativas de transportar a terra natal para o lugar que se acredita ser provisório.

Predomina a ideia de que eles continuam sendo chineses mesmo fora da China, até porque os contatos com parentes/amigos são mais frequentes que outrora. O sentido de ser chinês também é encontrado no contato/encontro com os próprios chineses da cidade, muito embora a diversidade de origens, costumes, línguas esteja presente e seja evidenciada por eles em alguns momentos.

Essa é apenas uma face, um dos discursos dos chineses em Aracaju. Há ainda o discurso de que ser chinês também é ser brasileiro. Com a mesma pergunta sobre o que seria ser chinês, encontrei o senhor Chao em seu conhecido restaurante oriental na cidade. Sua resposta se resumiu ao seguinte comentário: “Se to no Brasil sou brasileiro e se to na China sou chinês, sou do lado que for. Eu vivo os dois porque a origem a gente nunca esquece”.

Existia na fala do senhor Chao um fator importante que era seu maior tempo de permanência no Brasil, fato incomum entre os imigrantes chineses que estudamos. Esse tempo considerável apontou para uma redefinição de ser chinês, uma hibridização ante o binômio lugar de emigração e lugar de imigração. Seu estado aparentava ser mais definitivo, permitindo que alguns atributos de sua identidade chinesa fossem negociados em favor de uma identidade híbrida, hifenizada.

Em contraponto aos discursos dos chineses estavam os discursos dos brasileiros, agentes sociais que eram parte integrante das construções identitárias. Havia vários discursos e eles estão relacionados com a posição que os agentes ocupam neste campo da produção identitária. Ser brasileiro não significava uma única posição sobre a presença chinesa e quem eles eram, os agentes tinham discursos e posições divergentes dependendo do lugar que ocupavam no campo econômico.

Além de observar a posição que os brasileiros ocupam para compreendermos os discursos, foi preciso abordar o grau em que eles eram “afetados” pela presença dos chineses na perspectiva do comércio, por exemplo, se os brasileiros ouvidos comercializam produtos idênticos ao segmento dos chineses; se eles compravam aqui ou em capitais como São Paulo e Salvador. Estes e outros aspectos foram levados em conta na análise.

Maria, gerente de uma grande loja de produtos importados, definiu os chineses com as seguintes palavras:

Os chineses são pessoas aventureiras, não têm um objetivo definido, têm uma cultura fechada, alimentação própria e não se misturam. Eu acho que tem um grande financiador da imigração. Eles moram atrás das lojas, aqui em frente por exemplo. Quando eu passo nos fins de semana e feriados pra olhar se tá tudo bem na loja, eu vejo muitos deles nas calçadas. As mulheres grávidas vêm, vão e desaparecem (MARIA, gerente de uma loja de produtos importados).

A loja de Maria está localizada em frente a algumas lojas chinesas, ou seja, além de seu discurso de comerciante, no qual os chineses são pessoas fechadas e volúveis (em outra parte da entrevista ela contou que eles não têm lugar fixo), seu discurso era mais enfático por estar próxima deles, eram seus concorrentes. Interessante notar que o adjetivo “aventureiro” era enfatizado e carregava uma conotação negativa para defini-los ante a tensão que se instalava entre brasileiros e chineses.

Maria reiterava que seus costumes (dos chineses) e práticas comerciais faziam com que a concorrência fosse desleal. Esse é um aspecto que permeava outras falas dos brasileiros. Um dos sentidos de ser chinês em Aracaju é ser ilegal, trapaceiro e subornador:

Esses imigrantes chineses compram as mercadorias em grandes quantidades (contêineres) e, com ajuda da burocracia a favor deles, da corrupção, é que eles conseguem comprar toda essa mercadoria da China, fazendo com que a concorrência seja desleal. E a culpa é sempre do poder público, somos irresponsáveis porque permitimos a entrada dessas pessoas (DALVA, dona de uma loja de produtos importados).

A trapaça, segundo ela, tinha origem no subfaturamento das mercadorias, na não emissão de nota fiscal e na falta de garantia das mercadorias que vendem.

Algumas narrativas sobre quem é o imigrante e o chinês escapavam às formas prevalecentes, tais como encontramos numa loja de produtos importados localizada no antigo Hotel Palace. Neste trecho, há alguns estabelecimentos chineses, dentre eles uma pastelaria chinesa muito movimentada. Na loja, entrevistamos a proprietária, Dalva, que respondeu prontamente aos nossos questionamentos sem se incomodar com a temática, fato incomum entre os nossos interlocutores. Dalva disse que vivera uma experiência parecida em São Paulo e em Aracaju

Os chineses são pessoas trabalhadoras, muito corretas, cumprem suas obrigações enquanto comerciantes, pagam impos-

tos, registram seus funcionários, não atrasam salários. É uma inovação. Eles trazem novidades, trazem mercadorias diretamente da China e se o Brasil não tem inovação, os próprios chineses trazem da China para o Brasil e para Aracaju (DALVA, dona de uma loja de produtos importados).

Essa era uma visão de que o imigrante e, particularmente, o chinês seria modernizador, partindo do ponto de vista do circuito global de mercadorias. Assim, se eles trazem “novidades” para Aracaju, ajudam a inovar o comércio.

No que concerne aos relacionamentos interétnicos (namoro, casamento), eram mencionados de forma mais direta nas entrevistas, todavia, os imigrantes chineses se mostravam abertos ou fechados de acordo com o tempo de permanência na cidade, muito embora alguns atributos aparentemente mostravam-se inegociáveis.

Perguntado sobre namoro e casamento com as brasileiras, Bruno, outro jovem chinês, foi direto em sua resposta com um sorriso no rosto: “Não tem diferença entre mulher brasileira e mulher chinesa, mas não quero me amarrar agora. É como os brasileiros, né? É só ficar”. Já o seu amigo Hu deu uma resposta diferente: “Na China, quando se casa é pra toda vida. Lá, o filho tem só um pai e só uma mãe, diferente do Brasil que as pessoas casam várias vezes. Não casaria com mulher brasileira”. Nesse nível de integração, os relacionamentos interétnicos são “impossíveis” de acontecer, são inimagináveis, já que é preciso manter as tradições, manter-se chinês.

A mesma pergunta foi feita a Sara, porém, com relação à sua filha. Qual seria sua opinião se a menina, quando crescida, quisesse casar com um homem brasileiro? “Casar com chinês! Porque brasileiro é preguiçoso”.

A dimensão das relações interétnicas nos faz retornar ao jogo identitário, entre dizer o que sou e o que o outro é. Brasileiro é preguiçoso e diferente do chinês, portanto, não serve para casar com sua filha, mesmo que ela quisesse.

Nos discursos dos brasileiros, essas questões surgiram com mais expressividade. Algumas das pessoas com as quais conversamos em entrevista ou até informalmente manifestaram ora seu apoio, ora sua antipatia com a possibilidade de integração. Roberta, uma ex-empregada dos imigrantes chineses, disse que “Eles não se interessam em se integrar, em fazer parte do Brasil, comem somente a comida deles com aqueles pauzinhos, frutas. As crianças eles mandam pra China quando têm dois anos pra serem educadas lá.”. Ela ainda coloca que o mais importante é o capital e que eles são amigáveis quando querem ser. Na visão de Roberta, se eles mantêm os costumes da China, incluindo enviar as crianças para serem educadas lá, algo que está presente em vários grupos imigrantes, eles estavam sinalizando que não querem “fazer parte do Brasil”.

Presenciamos muitos momentos como esse, mas também, ouvimos comentários de que os chineses estão “Aprendendo a ser brasileiros”. Ouvimos de funcionários e de um representante comercial que a falta de organização nos negócios e o “relaxamento” com prazos e pagamentos contrastam com a “verdadeira organização dos chineses”. Assim, “os chineses estão absorvendo o jeito de ser brasileiro e se integrando”, diziam alguns dos entrevistados.

Por fim, queremos dizer que Aracaju se insere no contexto das migrações internacionais a partir da imigração e reimigração dos chineses que estão por todo o centro comercial da cidade. Ainda é preciso colocar que na relação dialógica, exploradas nos discursos de chineses e não chineses, existem disputas e tensões que fazem emergir os vários sentidos de ser chinês em Aracaju e que são partes do que chamamos de processos identitários.

Como colocou Woodward (2008) em seu trabalho sobre sérvios e croatas na antiga Iugoslávia, ambos se reconheceram como diferentes, com ajuda de marcadores materiais e simbólicos, a partir das disputas ocasionadas pela guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicidade de polos econômicos na atualidade cria cenários que permitem a atração de agentes sociais que não faziam parte da cena social dos estados e cidades nordestinos. De Salvador a Teresina, a população imigrante tem chamado a atenção pelo seu acréscimo nos últimos anos e a inserção destes imigrantes no campo econômico com relativa força.

Aracaju também se insere nesse contexto atual da imigração chinesa, ainda que não seja com a mesma força presente em outros estados. Porém, reiteramos que se projeta em Aracaju um fenômeno mais amplo, que é o da migração chinesa. Entre percursos de imigração e reimigração, os chineses vão chegando e constituindo seus negócios com base no *know-how*, muitas vezes passado por parentes e amigos através das redes de solidariedade constituídas entre eles.

Sendo os imigrantes chineses um novo elemento no cenário social da cidade e, principalmente, no campo econômico, sua inserção provoca embates pelas posições associadas à obtenção da vanguarda deste campo, ou melhor, dos subcampos nos quais eles estão inseridos: comércio de produtos importados e alimentação. Daí parte a ideia de uma presença chinesa, construída nesses embates e como expressão dos processos identitários.

A presença chinesa vai sendo produzida nas oposições (negativo-positivo) fruto das perturbações que a uma presença estrangeira pode causar. O medo da “dominação” chinesa e o sentimento da perda de espaço no campo costuram uma presença polarizada na oposição positivo-negativo entre os entrevistados. Se, de um lado, temos a identificação da presença chinesa com base na negatividade, por outro se observou que a presença chinesa também está assentada na ideia de modernização e novidade sob a qual repousa a disposição à abertura a outros grupos imigrantes.

A produção identitária chinesa em Aracaju pode ser entendida a partir dos discursos dos chineses e dos brasileiros. As relações dialógicas presentes nos processos identitários permitem considerar que não há somente um sentido de ser chinês, mas vários sentidos. Ser chinês é construído por meio das heteronomeações e das automeações, um jogo no qual os chineses são nomeados e também se nomeiam. Os brasileiros dizem o que eles são e eles, num movimento de contra nomeação, resistem às nomeações presentes como quase um consenso no campo econômico.

Nos encontros e churrascos de fim de semana, nas ajudas aos “irmãos” e nas redes de solidariedade constituídas, os chineses se sentem em Aracaju como tais, um movimento de construção, pois aqueles com quem conversamos são de regiões com línguas ou dialetos diferentes e até de costumes díspares. Fora da China, ou seja, em Aracaju, as relações intragrupo concebem esse sentimento de pertença que fornecem elementos para a construção de ser chinês, apesar da presença de uma concorrência histórica que alguns entrevistados apontaram.

A relação entre o problema e hipótese de pesquisa e o capítulo apresentado neste trabalho se concentra nas proposituras sobre a construção do ser chinês em Aracaju a partir da investigação dos percursos ou itinerários migratórios e dos discursos dos agentes que compuseram o campo econômico, aquele delineado pelo pesquisador em seu ofício: chineses, não chineses (brasileiros), imprensa, representantes de instituições de classe.

Para estudos futuros, seria interessante observar com mais precisão as mudanças no campo econômico e a inserção desses imigrantes e de seus descendentes em outros campos sociais. Como sinalizou o senhor Chao, em uma das entrevistas, ele servia como uma espécie de intérprete e contato para os chineses que estavam chegando, o que pode ser um indício de uma tímida organização.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marcelo Silva. Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, território e identidade através da prática comercial e religiosa. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 32, p. 221-240, 2010. Disponível em: <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/77>. Acesso em: 17.02.2012
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15-57, 2005. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Bourdieu_O-campo-econ%C3%B4mico.pdf> Acesso em: 17.02.2012
- BOURDIEU, P., WACQUANT, L. J. D. Réponses; pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.
- ENNES, M. MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan/abr 2014, p. 274-305.
- GRÜN, Roberto. **Negócios & famílias: armênios em São Paulo**. São Paulo: Ed. Sumaré, 1992.
- GOES, A. G. S. G. Processos identitários e a produção da presença chinesa em Aracaju. São Cristóvão, SE, 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2013
- JORNAL DA CIDADE. 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=74545>> Acesso em: 24.11.2012
- LOPEZ, Amelia Sáiz. La migración china en España: características generales. **Revista Cidob d'Afers Internacionals**, n. 68, 2005
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Ed. Edusp, 1998.
- SILVA, Marcos de Araújo. Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco. 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes: 2008.

AS DIMENSÕES DO MIGRANTE NA UNIDADE OPERACIONAL TAQUARÍ-VASSOURAS.

Eduardo Alves Neto



INTRODUÇÃO

O presente texto analisa a relação entre origem e nível de escolaridade dos funcionários e a produção de desigualdades entre os que são migrantes e nativos dentro da hierarquia funcional da Unidade Operacional Taquarí - Vassouras (UOTV), da empresa Vale Fertilizantes em Sergipe. Como hipótese, proponho que os postos de trabalho com melhores posições no quadro de funcionários são em sua maior parte compostos de funcionários cuja origem escolar e geográfica são de fora de Sergipe e, portanto, vivenciaram processos migratórios, fator pelo qual se diferenciam em termos de formação escolar quando comparados aos nativos. É a partir desse cenário que ocorre a análise das relações sociais estabelecidas em virtude da qualificação escolar específica (*expertise*) e os cargos do “*chão de fábrica*”¹.

IDENTIDADES E MIGRAÇÃO

Desse modo, os saberes (teóricos e práticos) de trabalhadores nativos e imigrantes necessários para o processo produtivo da

1 Expressão usual no ambiente fabril e utilizada por um dos entrevistados para se referir aos trabalhadores com menor qualificação e que atuam diretamente nas atividades da unidade como, por exemplo, mecânicos e eletricitas.

empresa interferem nos processos de legitimação e *transgressão* da hierarquia. Essa dinâmica, em sua complexidade, colocou questões sobre a produção de identidades culturais de uma perspectiva individual e coletiva de como compreender as dinâmicas de diferenciação e desigualdades sociais imersas num contexto da flexibilização contemporânea.

Portanto, pensamos a tríade identidade, diferença e desigualdade por meio do contexto de migrações e de suas conexões interdependentes (estruturais) entre as instituições sociais (como família, universidades e empresas), os atores sociais (migrantes e nativos), os bens simbólicos (saberes sobre os processos produtivos), e as regras e normas formais e informais (regras da empresa e códigos de conduta e relacionamento implícitos) nessas relações de trabalho.

Partimos assim para um exame das relações entre trabalhadores imigrantes e nativos com base nos processos identitários conforme proposta enunciada por Ennes e Marcon (2014) – *atores, bens, regras e contexto*. – No caso estudado, o bem disputado é o “saber” que tem origem em títulos escolares e na experiência profissional. Os migrantes e nativos são os atores sociais que agem de modo a obedecer ou transgredir a lógica institucional da Vale.

Desse modo, um dos objetivos da pesquisa consiste na reconstrução analítica das relações para conhecer de modo mais aprofundado a origem e o processo de contratação dos funcionários da empresa, os fluxos formais e informais das decisões sobre o processo produtivo, bem como a dinâmica de dominação, subordinação e transgressão entre os funcionários envolvidos no estudo.

Dessa maneira, para conduzir a pesquisa procuramos estabelecer algumas das interações que ocorrem em função da escolaridade e os cargos ocupados tidos como expressão dos processos identitários. É neste sentido que apontamos não para as diferenças étnicas, mas para as diferentes posições econômicas estruturantes da oportunidade de ensino qualificado no Brasil, na oportunidade de ensi-

no, e de empregabilidade imersos na complexa realidade brasileira. Desse modo, a predefinição das ocupações nos cargos gerenciais que ultrapassam as barreiras da localidade, comprimindo as territorialidades locais, enfatiza certas preferências, não só por motivos de qualificação técnica como também em um procedimento de globalizar as contratações na contramão para reafirmar as diferenciações regionais e até mesmo culturais.

Assim, a noção de identidade instrumentalizada aqui se situa na conformidade das ciências sociais em *lato sensu*, e a entendemos como uma concepção que parte do nível simbólico da vida social, de modo que a presente análise das relações entre os funcionários da UOTV são mediadas não só pelo processo identitário, mas conjuntamente nos processos que têm origem em demandas do mercado de trabalho local e global contemporâneos, ou seja, dos fluxos migratórios, e, portanto, ressurgentes da dimensão de que “a migração dos trabalhadores não é obviamente nova, mas a globalização está estreitamente associada à aceleração da migração” (WOODWARD, 2000. p 21) e por sua vez mais flexíveis.

Para os fins desse trabalho, entendemos que os processos identitários resultam da construção das definições individuais de si mesmos e das representações que se vinculam numa posição na estrutura social que podem ser entendidas como “fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individualização”. (CASTELLS, 1999. p 23).

Por sua vez, as migrações internas no Brasil possuem dinâmicas próprias e adequadas ao contexto socioeconômico e da reestruturação social que o país vem sofrendo nas últimas décadas, mesmo que conservando algumas especificidades regionais. No entanto, a dinâmica socioeconômica do país também corrobora com a mundialização do capital e, deste ponto de vista, a Vale representa uma das principais empresas brasileiras transnacionais.

Ademais, por funcionar de acordo com a lógica da mundialização financeira e informacional, a empresa Vale Fertilizantes em Sergipe é, também, expressão do processo de globalização, pois, neste caso, as fronteiras do mundo do trabalho em um contexto migratório transcendem a regionalização, permitindo-nos, com a devida prudência, estabelecer as conexões entre o processo de globalização e de migração, mesmo que inter-regional.

As relações entre os trabalhadores migrantes da UOTV podem ser pensadas como expressão de processos identitários, pois outros indivíduos que vivenciam o fenômeno migratório em outros contextos podem apresentar similitudes ou diferenças a depender das correlações de força entre os atores sociais envolvidos. As particularidades dos trabalhadores migrantes da UOTV se expressam, também, na escala do microcosmo social, dimensão da realidade social investigada a ser analisada a seguir.

É importante salientar a origem da existência de regras particulares entre os atores sociais que compõem o microcosmo social da UOTV, dentre nativos e migrantes, que está, por sua vez, associada aos recursos estratégicos (e trajetórias sociais) consolidados a partir dos processos biográficos baseados nos marcadores sociais assimétricos diante das oportunidades e acesso aos conhecimentos formais e informais.

A identidade do trabalhador migrante é constituída de formas “classificadoras” de hierarquização e pressupõe a condição germinal das relações de transgressão, que são objetivadas de maneira ambivalente pelos funcionários migrantes e nativos já “marcados” pelas desigualdades existentes na origem social e de escolaridade.

O fenômeno causa impacto tanto no lugar de origem como no local de destino, remodelando as estruturas sociais tanto em nível econômico ou cultural com a hibridização e formação de identidades plurais. Conforme explica Woodward, “A migração é um processo caracterizado por desigualdades” (2000).

Acerca das desigualdades entre trabalhadores migrantes e nativos, é possível compreender os desníveis dos acessos aos bens materiais e aos simbólicos a partir de uma perspectiva relacional binomial de modo que “identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética” (CUCHE, 1999. p 183).

Ao lado da discussão dos processos identitários, a noção de *habitus*² se adequa como base analítica para compreender as relações entre migrantes e nativos na UOTV, por incluírem um conjunto de práticas sociais produzidas tanto no plano material quanto simbólico que orientam os sujeitos.

De acordo com a perspectiva aqui adotada sobre processos identitários, as relações entre os trabalhadores nativos e migrantes são orientadas por regras que se estabelecem, em primeiro plano, de acordo com as imposições burocráticas da hierarquia funcional da UOTV. Tal como a proposição analítica de nosso objeto de estudo, outra maneira de analisar as relações entre trabalhadores migrantes e nativos por meio das ideias de “jogos” e sistemas de configurações que caracterizam as relações do cotidiano tendo como palco principal os microcosmos.

As dimensões entre o que é macro e o que é micro dentro das ciências sociais estão associadas, sobretudo, aos tipos de relações e estruturas que são estabelecidos nos limites da vida cotidiana e que, antagonicamente, mesclam-se em uma formação disposta em rede com padrões de organização estruturadas ou não, em interações que perpassam nas bases da mobilidade seja esta horizontal, vertical, positiva ou negativa.

Sendo assim, a problemática de forma genérica trabalhada ao longo deste estudo estabelece em sentido amplo investigações que

2 “[...] espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço [...] a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado”. (BOURDIEU, 2007. P. 62)

se associam aos novos movimentos migratórios na contemporaneidade, em específico no Brasil, bem como as suas redistribuições e rumos que são focalizados a partir da ótica de uma releitura dos conceitos imersos no debate sobre a culturalidade.

Deste modo, a questão migratória tem como recorte empírico os funcionários migrantes na Vale em Sergipe e as suas relações de convivência com os funcionários nativos, tendo o viés da escolaridade em função dos postos de trabalho como fatores “condicionantes” para o entendimento dos conflitos e disputas simbólicas que são estabelecidos ao longo do convívio imerso no mundo do trabalho, com ênfase nas questões biográficas e identitárias sofridas ao longo das trajetórias pessoais de indivíduos que tiveram Sergipe como destino de seu processo de migração e, principalmente, a cidade de Aracaju, motivados principalmente por fatores educacionais e de emprego.

Nosso estudo se preocupou também em avaliar, em certo ponto, as dimensões das redes sociais de integrações sociais pelo que se apresenta na noção de campo e *habitus* na sociologia bourdieusiana e, a partir desse referencial teórico, podemos dizer que o alto nível de formação escolar é fator constituinte da diferenciação entre processos identitários dos migrantes urbanos em Aracaju que são empregados na Vale em Sergipe.

De certo ponto de vista, o mérito analítico consiste na tentativa de dobrar e contornar certas dificuldades encontradas ao longo desta investigação com o apoio de pesquisa do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, de modo a considerar não somente os dados primários de caráter quantitativo, como também a busca pela percepção reflexiva do próprio fenômeno migratório em si, com múltiplas realidades, identidades e fatores sociológicos dispostos pelas infinitas heterogeneidades sociais.

O esforço que se deu em um primeiro momento de partir das noções de trajetórias sociais e estratégias de vida para se compreender

processos dispostos em redes e configurações de luta e conflitos de cunho identitários e ao mesmo tempo por mobilidade. Dessa maneira, o suporte obtido a partir das leituras dos estudos culturais, a exemplo do Canclini, apresentou soluções e ideias a partir do viés de avaliar os objetos pelas suas diferenças identitárias, pelas suas desconexões estruturais e pela desigualdade socioeconômica das oportunidades, perante alguns aspectos da vida, a exemplo do ensino.

Apesar destes, foi de suma importância a compreensão metodológica de campo social para a roupagem do modelo analítico, bem como a concepção de hibridização para que se tornasse possível situar as tradicionais posições dos atores sociais que se envolvem pelo conflito numa perspectiva intercultural.

Neste sentido, como aponta Canclini, o melhor foco não é em si a hibridização, mas o processo pelo qual esta se dá de maneira individual e coletiva, sendo, portanto, estratégias de reconversão e mobilidade que se desenvolvem com a identidade e mobilidade.

Foram utilizadas também as assertivas de Cuche ao tomar as hierarquias sociais e históricas como fundamentos importantes para análise das identidades, tendo este estudo optado por essas dimensões ao figurar em seu esboço analítico a noção processual e biográfica das identidades culturais envolvidas.

Assim, afirmamos que, se a cultura é uma produção histórica, as relações entre funcionários nativos e migrantes se dão de maneira histórica em cada forma de diferenciação e de distinção social, uma vez que os acessos às relações que se estabelecem no microcosmo social da UOTV se dão, sobretudo, em função da desigualdade.

Esta histórica desigualdade, quando posta em um nível macro analítico, elucida que existem interações dispostas no nível do simbólico e, também, da própria estrutura social. Assim, cada indivíduo que se encontra no quadro de funcionários da Valecompõe a configuração social a partir das tensões e conflitos, sendo estes identificáveis

quando se diferenciam em dois momentos: primeiro, pelo percurso biográfico em nível de escolaridade e, em segundo, pela função que se ocupa dentro da estrutura social da empresa. O que nos leva a perceber que um grupo é dominante e outro dominado, desiguais e dispostos em confronto, disputa e negociação direta ou indiretamente.

Pois as funções ou “papeis” sociais dos envolvidos neste estudo são marcados por um sistema de símbolos fundamentados nas relações e posições de diferença e desigualdade simbólicas que se estruturam na hierarquia funcional, e se reestruturam no âmbito das convivências cotidianas de afinidade. Neste sentido, teremos a disputa pelos bens simbólicos como ferramentas para a interação social.

Consiste, portanto, na reprodução social (da aldeia global) de modo geral nas afinidades cotidianas imersas no recorte empírico que postam o “saber hegemônico” em confronto do “saber não hegemônico”, ou seja, o do tradicional e do científico como parte das biografias identitárias, e assim se concretiza os dilemas da diversidade e desigualdade social.

No estudo empreendido, verificou-se que as desigualdades associadas às trajetórias dos informantes qualificados em termos de tempo de formação e origem geográfica se cruzam com os processos de seleção de pessoal acionados em diferentes momentos e fases da UOTV por sua direção superior.

As assimetrias que se elucidam pelas desigualdades que compõem cada marco individual de trajetória se apresentam em objetivismo e subjetivismo que configuram as ações de interações entre os indivíduos de cargos gerenciais e os que ocupam os cargos intermediários.

Como veremos, a dinâmica social analisada é originária da dimensão simbólica e relacional entre os atores sociais e se materializa em torno das disputas sobre os saberes legítimos do processo produtivo observado no interior da empresa. Nesse sentido, esse processo está associado à disputa por bens simbólicos entre fun-

cionários migrantes mais escolarizados, posicionados em cargos de chefia e de gerência, e funcionários nativos menos escolarizados e situados no “*chão de fábrica*” pela causalidade de oportunidades contingenciais.

Porém, além dessas regras evidentes e pré-definidas, o estudo pretende analisar as não institucionalizadas, ou seja, aquelas que orientam as ações, principalmente de trabalhadores nativos, como forma de resistência e recusa à hierarquia institucionalizada que, em geral, está sob o controle dos trabalhadores migrantes. Esta situação é, portanto, constituída por um embate produtor de fronteiras simbólicas e pela tentativa de equacionar uma relação assimétrica de poder entre as partes envolvidas.

MUDANÇAS POPULACIONAIS RECENTES EM SERGIPE

As transformações que ocorreram nas últimas décadas na estrutura populacional, mais especificamente nas dinâmicas migratórias próprias do contexto analisado neste estudo, decorrem da reestruturação socioeconômica com base nas readequações do eixo econômico em Sergipe.

Como exemplo desta readequação, podem-se citar os setores econômicos da indústria e dos serviços como sendo os mais influentes para as cifras que põem a capital sergipana em 13º lugar no ranking entre as capitais com maior renda *per capita*, sendo, conseqüentemente, a 2ª posição dentre as capitais do nordeste, como podemos evidenciar na tabela abaixo;

Quadro 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita 2005-2009.

Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita, segundo os municípios - 2005-2009 ¹						
	A preços correntes (1 000 R\$)					Per capita (R\$) 2009 ²
Capitais	2005	2006	2007	2008	2009 (1)	
Aracaju-SE	5 197 568	5 633 122	6 268 972	6 759 420	7 069 448	12 994,38
Recife-PE	16 324 073	18 316 659	20 689 607	22 470 886	24 835 340	15 903,18
Salvador-BA	22 532 509	24 139 423	26 772 417	29 393 081	32 824 229	10 948,50

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Os dados quantitativos que foram divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE entre os anos de 2000, 2004 e 2009, complementam os dados obtidos com a pesquisa do CSEM e elucidam a evolução da capacidade do estado sergipano na absorção do fluxo migratório. Nestesentido, podemos dizer que a capital do estado, por ser a região metropolitana, é a que mais absorve os imigrantes, mesmo sendo apenas como local de moradia enquanto as atividades econômicas são exercidas no interior.

A redução das diferenças econômicas entre as regiões brasileiras e, sobretudo, o desenvolvimento da região nordeste nos leva a abandonar a antiga posição de pensar o movimento migratório enquanto um processo de evasão populacional do campo nordestino para a urbanidade do sudeste. Pois, neste sentido os fluxos migratórios para o nordeste nos dias atuais já superam o fluxo para o sudeste em termos de atratividade demográfica. (BAENINGER, 2000).

Além disso, historicamente, os processos de industrialização³ e urbanização no Brasil estão associados à dinâmica demográfica da população e dos fluxos migratórios. Assim, como em Sergipe, podemos destacar a implementação dos polos industriais nos setores petroquímicos e de mineração como elementos fundamentais para a elevação da eficácia migratória no estado.

Considerando a região metropolitana de Aracaju⁴ como fator de hierarquização urbana no estado, é importante lembrar que, apesar da UOTV se localizar fora da zona metropolitana, relaciona-se diretamente com a RMA⁵, pois a influência econômica e espacial se dá através de uma horizontalidade do processo produtivo e, conseqüentemente, do capital humano, contribuindo assim para o surgimento de empresas de apoio logísticos em Aracaju, e também pelo grande número de funcionários da unidade que estabeleceram residência nos bairros na grande Aracaju. Ressalta-se que o setor industrial contribui para o desenvolvimento econômico da RMA e, assim, podemos situar as ações socioeconômicas da Vale como um dos fatores de atratividade de contingente migratório em contextos urbanos.

Dessa forma, a realidade encontrada pelos fluxos migratórios em Sergipe, especialmente na sua capital, é semelhante à observada nas demais metrópoles nordestinas, que desde a década de 1970 têm observado um crescente grau de absorção de migrantes graças ao crescimento socioeconômico da região.

- 3 No caso de Sergipe, podemos destacar a importância do setor de produção e mineração do potássio em Sergipe, com a implementação da mina e usina de beneficiamento da Vale Fertilizantes na Unidade Operacional Taquarí-Vassouras em qual município alavancou a atratividade de mão-de-obra mais qualificada migrante.
- 4 Como resultado do processo de crescimento, a lei estadual de nº25 de dezembro de 1995 criou a região metropolitana que passou ser constituída por Aracaju, como sede, e pelos municípios de Barra dos coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.
- 5 RMA (Região Metropolitana de Aracaju).

A importância econômica, as condições de vida da capital e as distâncias reduzidas do estado são importantes fatores para a explicação da reconfiguração socioespacial a partir da convergência dos fluxos migratórios para Aracaju. Essa dinâmica está baseada, assim, no desenvolvimento das forças produtivas e de novos postos de trabalho que se expandiram nas últimas décadas com o crescimento industrial de Sergipe, processo no qual a UOTV ocupa um lugar de destaque ao lado de grupos empresariais como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) e Petrobrás, que é a principal unidade no ramo industrial no Estado.

Estes fatores podem ser entendidos a partir do fato de que, no Brasil, ocorrem os processos de industrialização que estão muitas vezes associados aos processos de urbanização, que, por sua vez, estão ligados diretamente à nova dinâmica migratória nacional e, por assim dizer, acaba por criar um novo perfil do migrante urbano em Sergipe, o qual foge da clássica ordem de migrantes ligados ao processo tradicional da saída do campo para a cidade.

Em Sergipe, tornou-se possível observar como alguns grupos de migrantes convergem entre si os elementos que são implícitos à economia local, bem como as disposições pessoais objetivadas e estrategicamente adotadas em seus processos biográficos de maneira geral. Por exemplo, o desenvolvimento socioeconômico de Aracaju não foi acompanhado pelo crescimento da formação de mão de obra qualificada. Assim, a evolução da oferta desses postos de trabalho voltados a profissionais mais especializados não pode ser atendida com mão de obra local⁶.

6 Um exemplo dessa defasagem e urgência de demanda de trabalhadores migrantes é o caso das vagas de professores universitários em Sergipe. O crescimento rápido das universidades após o boom de 1996 com as instituições particulares atraíram especificamente professores migrantes para ocupar os postos de trabalhos mais deficitários de pessoas capacitadas às instituições de ensino. (SCARDIDI, 2008).

Se a migração se dá por meio da busca da mobilidade social, esse processo pode ser vivenciado por um movimento de ascensão positiva ou negativa entre as relações sociais e econômicas como uma espécie de jogo, no qual os atores são os elementos necessários para promover a mobilidade social de forma individual ou familiar a partir de um conjunto de regras dispostas que são estruturadas e estruturantes das estratégias de vida e dos percursos biográficos do ator social.

Os processos identitários que se configuram diante das relações que se dão através de redes e processos sociais refletem as transformações da estruturação da sociedade com viabilidade a reconstruções identitárias em contexto de migração, esses processos acontecem na relação entre os migrantes e nativos no âmbito das próprias instituições⁷.

Embora o volume de migração dentro do Brasil esteja desacelerando desde o ano de 1999, como aponta o IBGE, significa dizer que temos a característica a partir da redução de migrantes entre as regiões do país, ou seja, há menos fluxos inter-regionais do que os fluxos intra-regionais. Desse modo, os fatos nos levam à reflexão acerca do processo migratório diferenciado, que pode ser associados não só como as migrações de retorno, como também por inversões migratórias de pessoas mais qualificadas para ocupar carências de mão de obra especializada.

Segundo o IBGE, a principal razão para esse novo perfil no deslocamento populacional nas últimas décadas se dá pela perda da capacidade de atração da região Sudeste, o que é evidenciado com um saldo negativo no índice de eficácia migratória nos anos de 2004 até 2009, avaliados pelo PNAD.

7 Os modos em que se estrutura a ação é o reflexo direto das partes da própria estrutura social e sua disponibilidade de ações possíveis dando ênfase assim às relações sociais baseadas na diferença e desigualdades que acontecem segundo uma lógica estrutural e estruturante ou, digamos, pela construção de um *habitus* social.

Entretanto, a região nordestina continua a perder população, só que em números menos expressivos que nas décadas anteriores e, no que consta a modalidade de migração de retorno, Sergipe está em 4º lugar. No entanto, o estado é considerado ainda como uma área de rotatividade migratória, isto é, o índice de entrada e saída da população tem números semelhantes. De acordo com o censo de 2010, o índice de eficácia migratória em Sergipe é de 0.0157⁸.

As migrações para Aracaju seguem a tendência da diminuição do volume de migração nacional e vivencia um processo de desaceleração desde a década de 2000, como aponta o IBGE. Essa tendência coincide com o aumento de fluxos considerados tipicamente como migrações de retorno, as quais envolveram cerca de dois milhões de migrantes entre os anos de 2004 a 2009.⁹

A redução da atratividade de cidades situadas na região sudeste levou a uma redução do índice de eficácia migratória entre os anos de 2004 a 2009 conforme aponta a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) realizada nos respectivos anos.

A região nordeste continua a perder parte de sua população por fatores de emigração. No entanto, estes fluxos têm sido cada vez menores considerando as décadas anteriores. No que diz respeito à migração de retorno, em âmbito nacional, o estado sergipano está entre as principais unidades da federação em número de migrantes tipicamente caracterizados nesta modalidade.

A dinâmica migratória do nordeste para outras regiões do Brasil favoreceu a reestruturação de regiões metropolitanas, bem como o arrefecimento para emigrações e, por outro lado, observou-se um

8 O Índice de Eficácia Migratória varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo a -1, significa maior evasão populacional. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória.

9 Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2009; Censo Demográfico 2000.

período de expansão para a atratividade de mão de obra migratória com maior especialização escolar.

Por outro lado, a capacidade de absorção de populações nas últimas décadas tem se urbanizado, pois desde a década de 1980 podia-se observar a reestruturação socioespacial do nordeste com as mudanças das estruturas produtivas industriais e campesinas, de modo que, como afirma Baeninger (2000), foi a década em que pela primeira vez a população rural nordestina diminuía em relação à população que vivia em centros urbanos e especialmente cidades propriamente nordestinas.

Os dados abaixo são elucidativos quanto à dinâmica migratória para Aracaju nos últimos 50 anos.

Quadro 2 - Migrantes para Aracaju, segundo região de origem.

Regiões	1970	1980	1991	2000
Nordeste	85,7	90,27	89,8	96,2
Sudeste	11,5	7,27	8,3	2,9
Sul	1,6	1,14	0,5	0,4
Centro Oeste	0,5	0,62	0,9	0,2
Norte	0,3	0,18	0,4	0,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Quadro 3 - Migrantes, segundo estados (NE) de origem.

Origem	1970	1980	1991	2000
MA	0,5	0,2	0,3	0,6
PI	0,4	0,2	0,3	0,5
CE	1,1	1,0	0,9	1,1
RN	1,1	0,5	0,4	0,6
PB	1,8	0,6	0,6	1,2
PE	10,1	4,0	3,4	4,2
AL	45,4	11,7	8,9	12,7
SE	8,4	70,6	72,5	65,4
BA	31,0	11,3	12,7	13,6

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Assim, é possível perceber que a forma intra-regional do processo migratório ocorrido em Sergipe se deve à maioria dos migrantes que tomaram Aracaju como lugar de destino procedia, sobretudo, do interior do estado, como também dos estados circunvizinhos, Alagoas e Bahia.

Ainda com base em dados empíricos, é possível estabelecer algumas características dos migrantes urbanos em Aracaju. Ressaltamos que estes foram obtidos através da pesquisa realizada pelo CSEM e compilados no artigo “Origem e Destino: mudanças na vida de migrantes em Aracaju/Se” (ENNES, 2011), os quais mostram que a composição do contingente migratório em Aracaju é primeiramente por indivíduos do próprio estado seguidamente por migrantes nordestinos, sobretudo de Alagoas e Bahia.

Assim, elucida-se a permanência das características das migrações intra-regionais, tendo como importantes fontes originárias as migrações de estados vizinhos, ou metrópoles regionais, como, por exemplo, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

O ato de emigrar é dado geralmente pela busca da melhoria de vida e as dificuldades surgidas na mobilidade social e geográfica formam uma gama de situações que são geralmente contornadas pelo indivíduo com o apoio das redes de solidariedade, no desistido e na origem socioespacial, ou mesmo enquanto um fruto das ações qualificadoras de profissão, uma vez que muitos são cooptados por empresas.

Neste sentido, de acordo com os dados coletados, cerca de 51,6% dos entrevistados apontaram a procura do emprego/trabalho como a principal causa da decisão de migrar. Por outro lado, temos 26,5% dos que responderam afirmando que a decisão de migrar foi dada pela busca do estudo ou formação profissional. Assim, as trajetórias sociais destes ocorrem no cotidiano e foram motivadas por ações que se orientam na busca de melhorias sociais e econômicas e por meio dessas vivências, que muitas vezes acabam por remodelar as condições identitárias originais.

Ao tomarmos como uma variável importante as condições escolares como marcadoras dos percursos biográficos individuais e coletivos em fluxos migratórios, é evidente que as principais razões da migração estão associadas à busca pela oportunidade de escolaridade e formação, que se torna um perfil idealizado, característico dos processos vivenciados pelos migrantes em Sergipe, de modo que possuir ou qualificar a situação escolar é a busca pela eficácia para a promoção e melhores chances na condição de migrante. Pode-se então compreender, de acordo com o gráfico que logo se segue, a relação entre a proporcionalidade dos funcionários da UOTV em razão da competência escolar, bem como a origem destes. Há, no entanto, certa defasagem em números entre os funcionários com o ensino médio e os que possuem grau superior ou pós-graduação em termos regionais.

Assim como em um estudo sobre a origem dos professores da Universidade Federal (SCARDINI, 2008), o quadro geral das motivações dos migrantes que trabalham na UOTV está associado à necessidade de especialização acadêmica no quadro produtivo de fertilizantes químicos e mesmo nas atividades industriais de maneira geral no estado de Sergipe.

Os fatores que constituem as desigualdades estão relacionados às disputas pela legitimação dos saberes no interior da empresa, muitas vezes forjado por simulacros pelos nativos, mas que podem gerar conflito e desobediência às regras formais.

Nesse sentido, as próprias oportunidades de ensino são fronteiras simbólicas que em si só refletem uma dinamicidade social de conflito em que cada contexto biográfico se representa. A relação social construída na base de demarcadores sociais localiza as fronteiras que estão imersas na fluidez contingencial e, por isso, pensaremos a construção da identidade de maneira processual de acordo com as biografias envolvidas e pelos estigmas que se baseiam nas desigualdades, bem como a dimensão relacional desses marcadores.

O próprio tempo de imersão no processo produtivo da UOTV consiste em uma fronteira demarcada por fatores de localização na base política da relação social que se estabelece, uma vez que há uma inversão ou transgressão das regras como, por exemplo, um engenheiro precisar de um posicionamento moral de um subordinado.

As disputas se estabelecem num panorama de contexto ou configuração social (ELIAS, 2005) e se baseiam nas interdependências entre os atores sociais que se envolvem nas disputas pelos bens simbólicos e pelo acesso lógico da legitimidade moral do saber prático enquanto forma de negociação e transgressão entre os diferentes e desiguais percursos biográficos.

“No caso das identidades, também está em disputa o poder de nomear, autoneamar-se e aceitar ou resistir à nomeação imposta pelo outro” (ENNES, MARCON, 2014). Atribui-se, assim, as diferenciações e construção de termos como, por exemplo, os que definem os “peões” ou “chão de fábrica” para designar os funcionários que são terceirizados e estão na linha de frente do processo de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões acima realizadas, é possível dizer que há distanciamentos e desigualdades no que diz respeito à tomada de decisões mesmo entre os trabalhadores migrantes, o que pode ser visualizado entre aqueles que possuem apenas o “nível técnico” e os que possuem curso de graduação como, por exemplo, os engenheiros. Mais do que isso. Com a pesquisa, foi possível identificar técnicos migrantes que já possuem curso superior em diversas áreas do conhecimento, mas não exercem ou não foram assimilados pela Vale com posição e status que condiz com a sua formação. Então, é possível que um técnico tenha conseguido se formar em, por exemplo, engenharia de produção, mas que ainda permaneça no cargo de técnico de segurança do trabalho.

Essa diferenciação amplia as tensões entres os técnicos e os que possuem cargo de gerência e supervisão. Estes, por sua vez, foram contratados no início de suas carreiras por programas de ingresso na Vale em diferentes localidades do país.

As normas geralmente colocam em conflito os atores em busca pelo bem em disputa, gerando, portanto, as classificações e ampliam as resistências dos subordinados no enfoque político contra os que pertencem ao grupo dominante. Essas dinâmicas sociais precisam ter normas e regras que são orientadoras de sentido das ações individuais ou coletivas e, no caso da UOTV, está imersa na organização da estrutura produtiva entre cargos e funções preestabelecidas.

É a partir da criação de normas que questionam as relações de poder. De maneira ambivalente, as identidades entram em conflitos no sentido de disputa e o que se segue são estratégias sociais como formas de conflitos, disputas, negociações e assimilações dos processos identitários e biográficos.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...*Belo Horizonte: Abep, 2000a.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70 2005.
- ENNES, M. A. Origem e destino: mudanças na vida de migrantes em Aracaju/SE. In: SILVA, D. D. da; MARINUCCI, R.; SANTIN, T. (Org.). **Vidas em**

Trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos. Brasília: CSEM, 2011, p. 171-195.

ENNES, M. A., MARCON, F. N. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias* [online]. 2014, vol.16, n.35, pp. 274-305. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP & A, 2006. 102 p.

HALL, S.; SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2003.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2009; **Censo Demográfico 2000**.

IBGE. Censo Demográfico 2000. **Migração e Deslocamento:** resultado da amostra. Censo demogr., Rio de Janeiro, p. 1-158, 2000 ISSN 0104-3145

PNAD, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2004. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/brasil/tabbr2_1.pdf>: acesso em <23. 12. 2010>.

SCARDINI, M. L. **Professores migrantes em Aracaju:** múltiplas sociabilidades. São Cristóvão, SE, 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72.

O POVOADO BOM JARDIM DA SERRA DE ITABAIANA

Claydivan Wesley dos Santos Souza



*Eu nasci ouvindo os cantos das aves de minha serra e
vendo os belos encantos que a mata bonita encerra
foi ali que eu fui crescendo, fui vendo e fui aprenden-
do no livro da natureza onde Deus é mais visível o
coração mais sensível e a vida tem mais pureza.*

Patativa do Assaré, Arte Matuta

INTRODUÇÃO

Os desafios contemporâneos revigorados pela alarmada crise ambiental despertaram o interesse científico para o emblemático processo em que se apoia a relação entre ambiente e sociedade. Nesse sentido, não se pode falar em um campo do conhecimento exclusivo, visto que, além da complexidade de aspectos envolvidos, as concepções e teorias formuladas são construtos sociais e dizem respeito a contextos diferenciados nos limites da relação natureza-cultura-ambiente-sociedade. O objetivo desse trabalho foi identificar a construção dos elos entre a comunidade do Bom Jardim e a Serra de Itabaiana. O povoado Bom Jardim está localizado em Itabaiana, no estado de Sergipe, fincado na costa oeste da Serra de Itabaiana. A Serra de Itabaiana, nos dias atuais, conforma o Parque Nacional Serra de Itabaiana- PARNASI, institucionalizado em 15 de

junho de 2005, e inserido entre os municípios de Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D'ajuda, Laranjeiras e Campo do Brito.

O método utilizado foi o qualitativo de acordo com a abordagem de Richardson et al (1999). Para delimitar melhor o método qualitativo, a etnografia foi o procedimento metodológico escolhido, pois a pesquisa etnográfica em suas diversas possibilidades se constitui no exercício do olhar e do escutar impondo ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se apresenta (ROCHA; ECKERT, 2008). Bem como foi realizado o levantamento bibliográfico, com destaque para os trabalhos do Núcleo de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA/UFS e o Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPIIP/UFS, e este último ainda se destaca por ter realizado importante pesquisa quantitativa sobre as características gerais dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana.

Este artigo foi dividido em uma breve introdução sobre a temática e, em seguida, por subitens que abordam a importância da cidade de Itabaiana para o contexto sergipano, apresentando o povoado Bom Jardim em seus aspectos gerais e religiosos para, assim, adentrar propriamente nos elos entre a comunidade e a Serra de Itabaiana. Por fim, o que não quer dizer conclusões definitivas, as considerações finais.

A IMPORTÂNCIA DE ITABAIANA NO CONTEXTO SERGIPANO

As comunidades do entorno do PARNASI não constituem um todo homogêneo. São parte, não obstante suas peculiaridades, de um contexto maior. Deste modo, para tentar compreender como vive a comunidade do Bom jardim é preciso se reportar ao município

de Itabaiana, considerado um dos mais importantes no estado de Sergipe.

O município de Itabaiana se acha assentado sobre a formação geológica singular denominada de Domo de Itabaiana (BISPO, 2013). Integra a chamada região de transição entre o litoral úmido e o sertão semiárido sergipano e faz limite com os municípios de Frei Paulo, Ribeirópolis, Campo do Brito, Areia Branca, Moita Bonita e Malhador.

Essa localização privilegiada foi decisiva para toda a formação histórica, socioeconômica, política e cultural de Itabaiana. Segundo Bispo (2013), o vocábulo Itabaiana tem origem na expressão indígena It'aba'u'one que quer dizer “serra morada dos homens de onde vêm as águas”. A expressão se impunha ao conjunto de serras baixas, especialmente na parte leste, compreendidas entre as serras do Quizongo, Itabaiana, então Itabaiana-açu ou Itabaiana Grande e, Comprida, com seus apêndices do Bauzinho e do Boqueirão.

Originalmente, a ocupação territorial de Itabaiana se deu a partir da doação de uma sesmaria ao português Ayres da Rocha Peixoto, casado com uma neta de Caramuru, e seu domínio correspondia a uma grande área que abrangia os interflúvios dos rios Japarutuba e Sergipe. (LOPES et al, 2007).

Não obstante, o desenvolvimento do município de Itabaiana guarda uma íntima relação com a utilização dos recursos naturais, muito responsáveis pela fixação do povoamento, pois, principalmente, terra e água, atraíam o interesse de muitos.

A religião católica também contribuiu muito para o povoamento, uma vez que a integração social foi bastante relacionada à Igreja, a qual acabou por construir um conjunto de ações que influenciaram toda a organização social das localidades. De acordo com Sabourin (2009), a constituição de comunidades em torno da produção agrícola e da religião se reproduziu em diversas regiões no nordeste do Brasil.

O fervor da religião ajudava a demarcar os símbolos religiosos que continuam vivos até hoje: igrejas, cruzeiros, missas, terços e procissões, foram logo se estabelecendo como momentos de louvor, os quais deveriam ter lugar de destaque físico para exaltar e demarcar as dimensões da vida comunitária.

Com generosa fonte de recursos naturais, ao pé da serra, surgiu o sucesso dos hortifrutigranjeiros, transformando Itabaiana no principal fornecedor de tais produtos em Sergipe, caracterizando-se pela policultura, com destaque para as culturas de feijão, amendoim, milho, mandioca e hortaliças (batata-doce, coentro, tomate, pimentão, cenoura, cebolinha etc.), desenvolvidas, principalmente, em pequenas propriedades e também nos perímetros irrigados dos projetos Jacarecica I e Ribeira, e o açude da Marcela, o pioneiro. (BISPO, 2013).

Itabaiana é, também, considerada uma rota comercial, por ser um importante eixo intermediário entre Aracaju e o sertão sergipano. Tem o maior comércio dentre as cidades do interior do estado com oferta de produtos variada e abundante. Em Itabaiana, comercializam-se produtos de alta tecnologia ou de médio valor agregado como os caminhões, à miudeza de armarinhos. (BISPO, 2013).

Dessa forma, há um relevante destaque para a feira:

A produção agrícola municipal é escoada para a cidade, com a finalidade de serem comercializados pelos produtores. Este escoamento é realizado principalmente nos dias de feira e nas quinta, quando ocorre o comércio em atacado, sendo distribuídos para outras cidades do agreste, para a capital sergipana, bem como, exportados para outros estados, particularmente os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco. (CARVALHO, COSTA, 2009).

O itabaianense carrega a fama de ser conhecido como um exímio comerciante e, impulsionado por essa habilidade, conseguiu transformar a cidade em uma referência regional de comércio, tendo, principalmente, nos dias de feira, volumoso fluxo de pessoas em seu comércio.

A feira de Itabaiana tem um alcance espacial considerável, pois atrai consumidores dos municípios circunvizinhos, principalmente de Moita Bonita, Ribeirópolis, Macambira e Campo do Brito. Contudo, a feira atrai também consumidores da região do Cotinguiba, a exemplo de Laranjeiras e de Maruim, e da própria capital, Aracaju, assim como da porção centro-ocidental do estado: Carira, Nossa Senhora da Glória, dentre outros, chegando a alcançar os municípios de Coronel João Sá, Cícero Dantas, Paulo Afonso e Geremoabo, situados na Bahia. (CARVALHO, COSTA, 2009).

Há também na cidade um expressivo comércio de lojas de ouro¹ e a frota de caminhões é a maior de Sergipe. Contemporaneamente, do ponto de vista econômico, Itabaiana apresenta forte diversidade, indo desde a tradicional atividade agrícola, tendo como base a agricultura familiar, até as atividades tipicamente urbanas, como o importante polo cerâmico estadual, que fornece artefatos granfíticos e outros insumos para indústria da construção civil. (CARVALHO, COSTA, 2009).

Entretanto, apesar de todo o desenvolvimento exposto, Itabaiana ainda carrega as marcas de um contexto político² excludente e permeado por relações de dominação. Dantas, (1987) ao estudar o município da década de 1940 até meados da década de 1980, observa uma história política marcada por competições entre grupos e facções políticas, por vezes sangrentas, ancoradas no que denominou em mutações do coronelismo³.

-
- 1 A fama de “terra do ouro” em Itabaiana vem dos tempos coloniais em que se acreditava que havia minas de ouro e prata, em suas terras, mas nunca encontradas.
 - 2 Considera-se ser apenas uma breve e superficial análise do contexto político, posto que este não é o objetivo do trabalho exposto.
 - 3 Dantas (1987) conceitua o coronelismo como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação.

Considerando os rastros do coronelismo, Dantas (1987) ainda acrescenta que um dos fatores para o desencadeamento das relações de dominação política em Itabaiana foi a natureza da produção agrícola familiar, sobretudo em regimes de baixo nível de participação política ou de forte tradição de exclusão popular. Como a população não tinha muitas alternativas, a saída era procurar proteção junto aos chefes políticos, os quais ao serem interpelados foram estabelecendo laços de subordinação e engendrando relações de dominação e dependência pessoal. (DANTAS, 1987).

Essas peculiaridades do contexto político itabaianense não colaboram para compor um quadro definitivo sobre a realidade do município e de seus povoados, mas ajudam a compreender uma história política que exerceu forte pressão social sobre sua população.

A apresentação de algumas das características do município de Itabaiana não permite dizer que todos seus povoados as compartilham do mesmo modo e na mesma intensidade, mas aponta alguns indícios gerais a serem considerados no estudo do Povoado Bom Jardim.

O BOM JARDIM

Como pensar no povoado Bom Jardim e não se remeter imediatamente aos elos com a Serra de Itabaiana, com Itabaiana? No trajeto de 9 km de estrada de chão⁴ que separa o centro de Itabaiana do povoado, a cena de fundo é sempre a mesma: a Serra de Itabaiana em sua plenitude.

À medida que se aproxima do Bom Jardim, a paisagem vai gradativamente crescendo aos olhos de quem a contempla em tamanho e beleza. Aliás, segundo relatos dos moradores do Bom jardim, é naquele lado que a Serra se apresenta mais bonita, exuberante e dadivosa.

4 Durante o verão, a estrada fica esburacada e no inverno muito lamacenta.

Figura 01: Chegada ao Bom Jardim vista em vários ângulos e distâncias

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

De acordo com depoimentos dos comunitários mais antigos, netos, bisnetos e tataranetos de Vitório José de Jesus⁵, o Bom Jardim era uma área desabitada até meados do ano de 1852⁶ e a primeira intenção foi a de cultivar as terras situadas às margens de uma grande serra. Assim, a agricultura foi se desenvolvendo na terra descoberta acompanhada do plantio de árvores frutíferas.

As famílias do povoado se constituíram a partir dos descendentes do Sr. Vitório, que, ao fixar residência na localidade, formou família com dez filhos. Além disso, sua presença no local atraiu o interesse de amigos e parentes para o Bom Jardim⁷. Após algumas décadas, os filhos das famílias alocadas no povoamento começaram a casar entre si, criando novas famílias.

5 Atribui-se a Vitório José de Jesus o início do povoamento do Bom Jardim.

6 Segundo o histórico local, essa foi a data da primeira ocupação do Bom Jardim.

7 Não há qualquer informação ou indício sobre a naturalidade de Vitório José de Jesus, considerado fundador do povoado.

Hoje, os moradores locais contam com entusiasmo que há filhos do Bom Jardim espalhados por todo o Brasil:

Todo canto que você for tem alguém de do Bom Jardim... É em Santos, São Paulo, Rio de Janeiro... Tudo trabalhando, vendendo, negociando... (Zé da Luz, agricultor).

O valor atribuído ao trabalho é motivo de orgulho: “*já nasce com o itabaianense, tá no sangue trabalhar*”, falam os nativos.

Ainda que ninguém permaneça exatamente igual ao que foi no passado, é possível perceber traços comuns: os homens mais velhos, em geral, carregam características físicas próprias de pessoas que se dedicaram a vida inteira ao trabalho. São homens que apresentam uma postura muito séria, às vezes sisuda, cismada e intolerante a qualquer ato que venha denegrir sua reputação de homem trabalhador, honesto e viril. Em contrapartida, são pessoas muito hospitaleiras, generosas e que não dispensam um bom bate papo, tampouco se furtam do direito de saber das notícias em primeira mão e discuti-las.

Em relação às mulheres, é difícil vê-las andando pelas ruas do povoado. São exímias donas de casa ou trabalham na cidade (as mais jovens), são reservadas, religiosas e dedicadas à família.

A juventude foca o olhar de trabalho para Itabaiana⁸ em suas possibilidades de emprego e não apresentam tanto interesse em dar continuidade ao trabalho na agricultura.

8 É muito comum ouvir relatos de pessoas que, durante os períodos difíceis em razão da falta de chuva, escassez de alimento ou fascínio pela prosperidade, foram tentar a vida no sul e sudeste do país. Porém, hoje não se observa mais (ou pouco se observa) dentre a juventude tal perspectiva. No máximo, alguns jovens contam que durante o verão eles se deslocam até as cidades do litoral paulista, a exemplo de Santos, para vender picolé durante toda a estação e fazer uma pequena reserva financeira que raramente conseguiriam em terras sergipanas devido às consequências negativas na economia local durante o verão seco.

Como é que eu vou casar trabalhando na roça? E no ano que num chover? É melhor trabalhar fichado em Itabaiana. Dá mais segurança! (Euclides, agricultor).

Esse interesse dos jovens por um emprego fixo, em detrimento do trabalho que acreditam ser incerto na agricultura, tem gerado, nos pais e avós, um sentimento de medo e preocupação:

Nós da roça, hoje, “tamo” preocupado! Se num mudar a coisa, quando chegar meu neto vai passar fome... Cê sabe por quê? Quanto tá o salário mínimo hoje? Vamos botar 700 reais... Hoje meu filho tá em casa de barriga cheia. Porque, eu planto...se num tiver dinheiro pra comprar eu relo um milho faço cuscuz, tiro um litro de leite da vaca, arranco uma macaxeira e como, vou pra feira levo coentro se não vender eu levo pra comer, levo alface se num vender eu levo pra comer, boto o feijão pra vender, sobra um litro eu boto pra comer! Ali eu num comprei... Quer dizer... minha feira fica barata! Mas ter 700 R\$ pra tudo... Como é que vai viver? Vai passar fome! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Essa preocupação talvez não seja apenas uma concepção de vida tradicionalista, preocupada em manter firme e inalterada a convivência comunitária. No primeiro momento, realmente, a satisfação imediata da alimentação familiar é o fundamento basilar da preocupação com o trabalho, contudo os comunitários mais experientes do Bom Jardim entendem que na dinâmica de vida contemporânea são apresentadas e desejadas novas perspectivas de vida e trabalho, as quais a juventude tem suscitado interesse em alcançar, embora precise ter melhores requisitos de qualificação escolar para acompanhar a vida fora do Bom Jardim, para não ter que se submeter ao subemprego, medo dos pais e avós.

Na tabela 01 são apresentados níveis de escolaridade, segundo a amostra de questionários aplicados no povoado Bom Jardim.

Tabela 01: Nível de escolaridade no Bom Jardim

ESCOLARIDADE	N.	%
Não alfabetizado/a	3	5,0
Ensino Fundamental Incompleto	32	53,3
Ensino Fundamental completo	9	15,0
Ensino Médio Incompleto	10	16,7
Ensino Médio Completo	2	3,3
Graduação	1	1,7
Pós-graduação	1	1,7
NR.	2	3,3
Total	60	100

Fonte: GEPPIP, 2012

A preocupação com o pouco interesse dos jovens pela agricultura e com a pouca escolarização encontra respaldo nos rumos contemporâneos da sociedade, os quais não se pode simplesmente ignorar. Para Giddens (2002), as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem nos hábitos e costumes tradicionais em seu impacto global alterando radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afetando os aspectos pessoais da existência humana.

Deste modo, são perceptíveis no Bom Jardim modos de vida não completamente novos, mas com novos significados.

A RELIGIOSIDADE NO BOM JARDIM

Existem elementos enraizados na vida coletiva social de algumas comunidades que tendem a segurar os indivíduos em suas concepções mais profundas de existência. Contudo, mesmo com esses

elementos fixadores, as alterações nos modos de vida são constantes, interferido decisivamente nos processos de significação do mundo produzidos pelos indivíduos. Bem como, os espaços não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento se misturam. (CANCLINI, 2003).

A religião católica é um elemento fortemente presente ao longo da formação e povoamento do Bom Jardim⁹ e ainda influencia muito a vida social, sendo os comunitários religiosos ou não.

Segundo Sabourin (2009), muitas comunidades existem em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que as constituem. Os valores religiosos constituem uma das principais referências comuns do Bom Jardim.

Já em 1931, os moradores do povoado sentiram a necessidade de construir um local onde pudessem fazer suas orações e celebrações religiosas periódicas. Movidos por este sentimento, um grupo de quatro homens¹⁰ iniciou a construção da capela em honra a Nossa Senhora, pois acreditavam vir dela a inspiração revelada por meio de sinais, sonhos e outras manifestações. Acreditavam ser desejo da própria Nossa Senhora que se construísse, naquele pé de serra, uma casa de oração.

Contudo, embora considerando a presença muito forte da religião católica na comunidade, não podemos definir os moradores apenas por esse aspecto, ou mesmo dizer que a religião continua influenciando da mesma forma os moradores do Bom Jardim, pois autores como Hall (2002), Castells (2000) e Canclini (2000) entendem

9 O catecismo ensinado às crianças é datado desde o ano de 1915, bem como a realização de missas, mesmo ocorrendo ocasionalmente e sem capela.

10 Lourenço José de Jesus (o doador do terreno), Francisco José de Jesus, Brasilino Bispo de Jesus e Cândido Bispo de Jesus. Todos da mesma família.

a identidade relacionada à ideia de processo, ou seja, como algo em movimento e em construção, algo que não está dado e acabado, não é imanente ao seu portador, pois é uma construção que ocorre por meio de inter-relações e não pode ser pensada como um atributo isolado e independe de sujeitos individuais ou coletivos.

Percebendo certamente uma mudança dos sentidos religiosos no Bom jardim, há uma grande preocupação de alguns comunitários em manter viva a fé religiosa na comunidade, em manter a integração social da comunidade pela religião, conservando no mês de setembro: a novena do Imaculado Coração de Maria, entre outros rituais.

A SERRA DE ITABAIANA E O BOM JARDIM

De acordo com Canclini (2009), não existem elementos culturais permanentemente estáticos, daí a importância de estudos sobre a recepção e apropriação de bens e mensagens nas sociedades contemporâneas. Com base nessa ideia, nada continua igual ao que foi no passado, imóvel, estável. Desta concepção também se ressalta a importância de contemporaneamente analisarmos os elos entre a comunidade do Bom jardim e a Serra de Itabaiana.

A Serra de Itabaiana sempre foi mais que um lugar onde sucessivas gerações viveram diferentes formas de contato com a natureza. As características do município de Itabaiana e do Bom Jardim já elencadas estão relacionadas, direta ou indiretamente, com todo o patrimônio material e imaterial produzido a partir das relações da comunidade do povoado com a Serra de Itabaiana.

A comunidade do Bom Jardim cresceu brincando e se encantando com a Serra, o que passou a fazer parte da história do seu povo.

Subia a serra pra tomar banho no “poço das moças”! A gente caminhava mais ou menos duas horas a passos firmes. Cruzava a “floresta” de árvores com mais de 15 ou 20 metros, gigantes, que sequer era possível ver um raio de sol. Cruzava riachos de

águas geladas e vez por outra se deparava com cobras gigantes, pebas... Tempo bom... (Antônio Gomes, Comerciante).

Os depoimentos também revelam elos de dependência, principalmente dos recursos naturais da Serra da Itabaiana. Para a comunidade do Bom Jardim conseguir se fixar no pé da serra, suprir a necessidade da água potável era uma questão importante. E embora a povoação contasse com fontes de água doce e pequenos riachos¹¹ para garantir o abastecimento local, houve a necessidade de construir uma pequena represa¹², sobretudo para resguardar os períodos de estiagem. A pequena represa e uma caixa d'água atendiam as necessidades de uma média de 30 famílias à época¹³.

A água que abastece a represa advém de nascentes do alto da serra, desce a bica da serra¹⁴, escorre por entre a superfície rochosa, desaparece durante um determinado trecho¹⁵ e reaparece já próximo à pequena barragem.

A Serra de Itabaiana, em sua exuberância, encanta com a beleza de suas matas verdes, terra fértil e ar puro de uma natureza também pura em seu estado natural.

11 Esses riachos se formam apenas em períodos de chuvas.

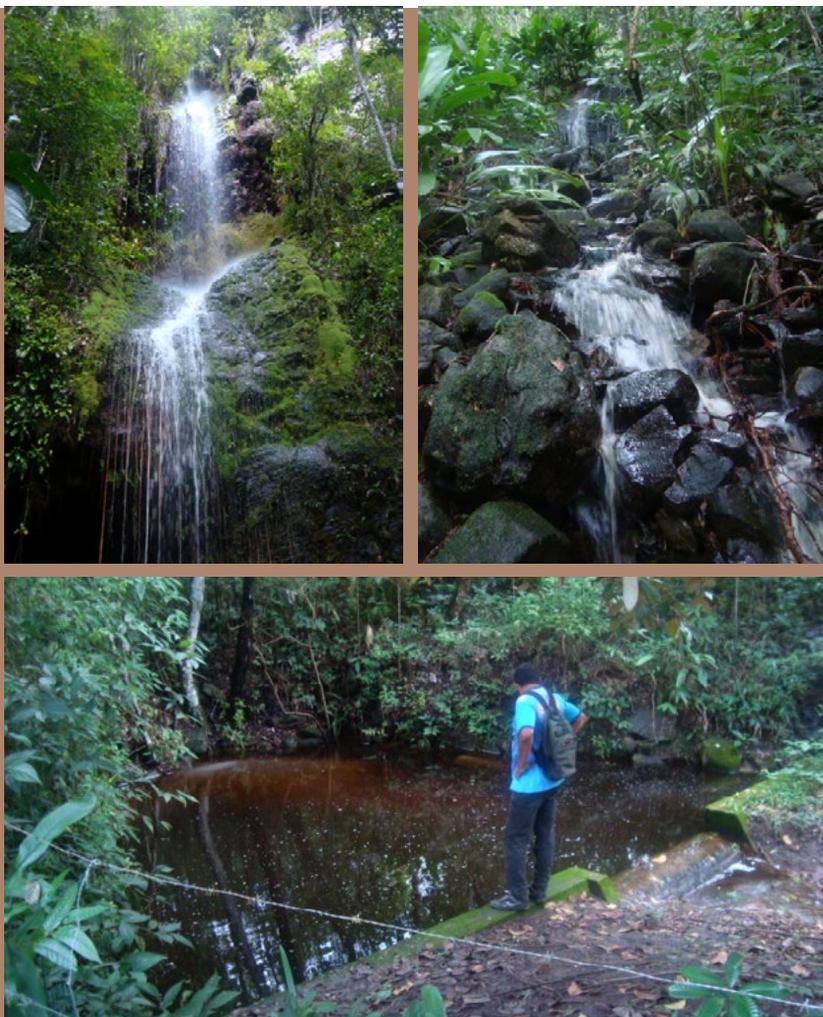
12 Represa Tabatinga.

13 Segundo relatos dos moradores a represa foi feita entre as décadas de 1960 ou 1970. Não foi encontrado registro oficial da construção.

14 A bica da serra é uma cachoeira de inigualável beleza, que durante o inverno faz jorrar generosa quantidade de água, transformando-a em um dos principais locais de lazer do povoado.

15 O fato de a água sumir por entre as falhas rochosas e reaparecer adiante, desperta no imaginário coletivo a ideia de que tal fenômeno é um mistério de Deus.

Figura 02: No lado superior esquerdo da figura, a cachoeira da bica que se forma de uma nascente de rio no alto da Serra de Itabaiana, na parte superior direita o percurso que faz entre as pedras até chegar à represa Tabatinga, parte inferior.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Todo esse encantamento permite que boa parte do misterioso caminho percorrido pelas águas da Serra de Itabaiana permaneça secreto e nem os mais experientes moradores conseguiram descobrir:

Eu já fui um dia no verão, você chega e vê água até aqui... eu fui pra ver onde ela passava, rodei, rodei e num consegui ver onde ela se esconde... Ela se some e vai aparece cá em baixo, quase num passa nem pela represa. É um mistério! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

A ideia de uma natureza pura, guardada por sagrados mistérios, permite até descuidos com a própria saúde da comunidade, pois é consenso de que a água fria de visualização turva e meio amarelada que chega às torneiras nasce cristalina e vai ganhando esse aspecto devido ao longo percurso por entre raízes, rochas e bananais.

A água nasce limpinha, cristalina... pode subir na nascente que você vai ver! A sujeira dela é natural, fica daquela cor por causa do pozinho das bananeiras, por causa das rochas, das raízes. (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

A água que abastece o povoado não tem tratamento. Da barragem, via tubulação, ela chega *in natura* nas casas e em muitos lares é consumida sem fervura ou qualquer outra forma de tratamento.

Eu gosto! Num sei se você observou?! Essa água é muito gostosa... Eu pego e tomo do jeito que ela vem. Num tô nem aí! Já peguei barriga d'água duas vezes. Dizem que é da água sem tratamento, mas... (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

Apesar das doenças, dos casos de esquistossomose¹⁶ em razão do consumo da água sem tratamento, os moradores acreditam que a água é de excelente qualidade, pois nasce da serra preciosa.

É uma água sadia! Ela cai hoje e amanhã já tá na casa. E também lá num tem lixo, tá livre de fezes... A sujeira dela é natural! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

16 Doença conhecida regionalmente por “barriga d’água”.

O sistema de água implantado no povoado Bom Jardim é uma exceção no município de Itabaiana. Apesar de ter havido, em tempos passados, uma tentativa de implantar a rede pública estadual (DESO), a comunidade não demonstrou simpatia pelo projeto com receio de ter que pagar por este serviço, uma vez que jamais fora cobrada alguma taxa pelo uso da mesma e ainda mais sendo de boa qualidade, como acreditam ser.

Para a distribuição da água a comunidade conta com a colaboração da Prefeitura Municipal, que disponibiliza um funcionário em tempo integral para operar o rústico sistema de abastecimento. Este funcionário é nativo da comunidade e organiza suas atividades conforme lhe convém¹⁷.

A distribuição de água em tempos de racionamento segue um rígido controle. São quatro linhas independentes que distribuem a água para todo o Bom Jardim, cada trecho das linhas é abastecido durante três horas, conforme dizem os moradores: desce na *banhuela*, ou seja, pela força da gravidade.

No Bom Jardim, sempre que uma nova casa é construída, o morador se dirige ao responsável pela operação do sistema de distribuição de água, pede a autorização e este indica o local exato por onde passa a linha, sendo o material comprado pelo próprio morador.

Durante muito tempo esse sistema funcionou satisfatoriamente, porém vale ressaltar que o projeto inicial era para abastecer 30 casas. Hoje, com cerca de quatrocentas casas, o Bom Jardim já tem o seu abastecimento de água comprometido. Foi então que surgiu a necessidade de se pensar em alternativas complementares.

17 Alguns moradores afirmam que ele privilegia o abastecimento da rua em que mora. Pois sendo a distribuição racionada e fracionada, a primeira rua a receber água nas torneiras é a dele.

A construção de três poços tubulares profundos foi a alternativa pensada para suprir a carência de água. Esses poços¹⁸ foram construídos através da Prefeitura Municipal e, também, via verba de subvenção disponibilizada por um deputado estadual natural de Itabaiana e toda água disponibilizada através dos sistemas locais é destinada ao consumo doméstico.

Dessa forma, não se vê no povoado qualquer tipo de agricultura irrigada, até porque seria pedir demais da natureza que, por vezes, se confunde com uma natureza divina.

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A SERRA DE ITABAIANA

Os elos com a Serra de Itabaiana ainda vão além. Povoam um imaginário que enriquece e alimenta as múltiplas apropriações culturais e os múltiplos sentidos atribuídos, os quais podem ser expressos através das variadas interpretações do que se faz do ambiente.

A Serra de Itabaiana é perpassada por várias histórias, por várias maneiras de se contar o mesmo fato. Existem elementos que compõem a realidade socioeconômica contemporânea que vem desde tempos remotos e ainda interfere no cotidiano local. Foi na serra de Itabaiana que se construiu o imaginário de Itabaiana “terra do ouro”.

A região de Itabaiana passou a fazer parte do ideário e da cobiça portuguesa já no século XVII, em consequência da notícia que o Brasil seria rico em ouro e prata. A Serra de Itabaiana deve a Belchior Dias Moréia, nascido na Bahia em 1542, ousado explorador, a fama de guardar escondido rico filão de prata, as famosas “minas de prata” na Europa, a partir da descoberta de ouro, prata, pedras preciosas e salitre numa excursão no sertão do rio Real...A história das minas de prata da Serra de Itabaiana, nunca descobertas, sempre aguçaram o imaginário social dos sergipanos e surgem na literatura, não raro, como importante capítulo da história de Sergipe. (SANTANA, 2002).

18 Os poços possuem vazão que variam entre mil e dois mil e oitocentos litros/hora.

Muito embora não se conhecesse o local exato, por dois séculos, clandestinamente, aventureiros de todos os tipos subiram pelo leito pedregoso do Rio das Pedras, conhecido como Boqueirão do Ouro, penetrando a serra em busca de riqueza fácil, contudo, ou não tiveram sorte ou procuraram no lugar errado. (BISPO, 2013).

Devido à construção das lendas sobre fortunas, provavelmente encontradas no pé da serra, seja ouro, prata e, posteriormente, dinheiro, várias histórias povoam o imaginário da comunidade do Bom Jardim sobre a Serra de Itabaiana.

Uma história muito contada é que existe um tesouro ainda enterrado, pois se acredita que existiu um homem muito afortunado chamado Martin Cascavel, que oferecia trabalho para todos, era um homem muito apto para os negócios e sempre precisava de gente para trabalhar em suas terras. Cascavel possuía muito dinheiro e, como não havia bancos nem cofres, guardava sua fortuna em botijas, no pé da Serra, onde possuía terras. Até hoje, há pessoas que escavam o solo naquelas imediações à procura da fortuna, contam alguns moradores.

Perpetuada no imaginário popular, a lenda das minas de prata não foi esquecida ao longo dos séculos e, como fruto desse legado, a Serra de Itabaiana também é depositária da lenda do “carneiro de ouro¹⁹”. Até hoje, o sonho de encontrar riqueza na serra continua vivo pelo menos na memória de quem vai a Itabaiana comprar ouro, acreditando ser uma riqueza genuinamente nativa.

A alusão à Serra de Itabaiana como gigante atesta sua desmensura em meio à geografia da região e esse domínio sobre a paisagem inculcaria também um domínio sobre o imaginário: a serra pode ser avistada

19 O observador que detivesse na imagem do carneiro de ouro projetada na serra talvez não se apercebesse que, por meio de uma curiosa refração, estaria mirando o distante palco das minas de prata, através de uma senda que uniria o presente ao passado. (SANTANA, 2002).

numa perspectiva mais distante, mantendo visível e soberana nos quatro pontos cardeais do estado de Sergipe. (SANTANA, 2002).

Não obstante, as representações religiosas também se fazem presentes na construção desse imaginário. A Serra de Itabaiana foi palco de cobiça para instalação de símbolos religiosos para abençoar todo o estado, pois deveria ser a tradição religiosa proporcional à serra, grandiosa.

A ideia original de uma cruz vem do Frei João Evangelista, que numa procissão em 17 de abril de 1887, realizada na serra, conduziu e lá instalou uma cruz. O cruzeiro da Serra. (SANTANA, 2002).

Sob a proteção divina, acreditava-se que as nuvens²⁰ seguravam a Serra, impedindo-a de cair sobre a comunidade do Bom jardim.

Deste modo, os aspectos sociais, econômicos e culturais do município de Itabaiana e do povoado Bom Jardim se misturam à composição do imaginário sobre a Serra de Itabaiana. Sendo assim, parece não haver divisórias, visíveis e/ou invisíveis, com o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elos da comunidade do Bom jardim e a Serra de Itabaiana são fortes e múltiplos e constantemente ressignificados, mesmo que à primeira vista pareçam resguardados de qualquer interferência ao longo do tempo. São necessários estudos científicos neste âmbito, pois, de acordo com Leff (2010), a questão ambiental é uma problemática eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais.

Sendo assim, os elos descobertos revelam parte da história do próprio povoado e de uma construção indissociável que não se desfaz por decreto. Não obstante, os elos observados só são re-

20 As nuvens numa ilusão de ótica pareciam coladas à Serra.

conhecidos diariamente no cotidiano local, os quais podem ajudar aos gestores ambientais a prevenir importantes e possíveis alterações socioambientais.

REFERÊNCIAS

- BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar**: quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp, 2000.
- _____. **A Globalização imaginada**. Tradução Sérgio Molina, São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt, 2ª Ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, de M.D; COSTA, J.E. **A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE**: uma abordagem preliminar. Revista Scientia Plena. Vol.5. Núm 9, 2009.
- DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/Programa editorial, 1987.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo et al. **Impactos do Pronaf B nos municípios de São Cristóvão e Itabaiana, estado de Sergipe: para além da dimensão econômica**. UFRN/IICA/NEAD/FUNTEC, 2007.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. tradução de Sandra Valenzuela, 5ª Ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et all. **Pesquisa social. Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, A.L., ECKERT, C. Etnografia. Saberes e práticas. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 31, p. 1, 2008.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, V. B. **Serra de Itabaiana: Das Brumas do Imaginário à Cerca Invisível**. São Cristóvão, 2002. 122 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós-graduação e Estudos do semi-árido. Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano, 2002.

A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO POVOADO BOM JARDIM, SERRA DE ITABAIANA

Luciane Rodrigues
Edivânia Cristina dos Santos Reis

INTRODUÇÃO

Diversas abordagens sociológicas contemporâneas se debruçam sobre o modo de vida urbano; questões como a influência das culturas de massas, a globalização, consequências ao meio ambiente, conflitos étnicos, imigração, dentre outras, vêm tomando conta desse tema tão influente na atualidade. A vida rural, no entanto, vem perdendo espaço, como podemos ver no manual “Sociologia” de Anthony Giddens (2004), em que tal tema nem aparece nos títulos e subtítulos do sumário. Esse fato nos faz refletir sobre a relevância do tema urbanidade na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, no que pode estar sendo subestimado na oclusão do tema rural. Acreditamos que, no Brasil, o contexto rural ainda é bastante presente e reflete as influências da sociedade contemporânea, interferindo na vida das pessoas que moram em áreas ainda caracterizadas pela relação com a natureza, seja pela agropecuária, seja pela presença de áreas de proteção e Unidades de Conservação (UC). Nosso objetivo, aqui, é analisar aspectos da sociedade contemporânea no contexto de criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, principalmente no

que se refere às suas implicações para o enfraquecimento de práticas culturais no povoado Bom Jardim.

Por influência da globalização, característica da sociedade contemporânea, o espaço rural não pode mais ser visto como separado da vida urbana, mostrando a complexidade das discussões a respeito dos processos identitários no campo. Da mesma forma que a vida urbana é influenciada por uma indústria cultural-tecnológica, a vida no campo também se caracteriza por processos de hibridação, tanto no âmbito cultural-ambiental, como no político-econômico. Canclini (1990) nos disponibiliza uma metodologia de análise ao que ele considera hibridação: um processo de multiplicação de oportunidades, que ocorre em “condições históricas e sociais específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que às vezes operam como coações” (p. xxix). Para o autor, embora a hibridação tenha laços com a mestiçagem e o sincretismo, a influência de processos intensos de interculturalidade migratória, econômica e midiática, desde o final do século XX, tomou proporções específicas. Como característica da hibridação, podemos apontar “formas particulares de conflito geradas na interculturalidade recente em meio à decadência de projetos nacionais de modernização da América Latina” (p. xviii).

No contexto de hibridação no entorno da Serra de Itabaiana, onde existe um parque nacional, analisamos processos que geram “novas estruturas, objetos e práticas” (p. xix), reconhecendo os limites desses processos naquilo que “não se deixa, ou não quer ou não pode ser hibridado” (p. xxvi). Através da reunião de diversos estudos sobre práticas culturais realizados nessa região, mais especificamente no povoado Bom Jardim, analisamos de que forma as características da sociedade contemporânea, os significados das demandas, de novos saberes, da legislação, dos direitos mediados pelo consumo, das relações de poder, que algumas vezes se configuram como fronteiras, tanto no âmbito cultural-ambiental, como no político-econômico, vêm transformando a vida das pessoas. Ao

mesmo tempo, nos interessa entender a presença, permanência e luta por conhecimentos tradicionais nesses povoados e a relevância da criação do parque para a difusão, conservação e valorização desses conhecimentos.

Ao abordar questões socioambientais, a análise das leis, normas e processos de institucionalização, em suas relações com os atores sociais neste contexto, consideramos as transformações identitárias que vêm ocorrendo no que diz respeito ao processo de criação e manutenção da Unidade de Conservação “Parque Nacional da Serra de Itabaiana” (PARNASI). Um de nossos objetivos é reconhecer como se colocam as relações de poder, que podem influenciar de forma opressora a vida das pessoas que moram no entorno dessa e de outras UCs:

Muitas das práticas conservacionistas, como a implantação de parques nacionais e reservas naturais são marcadas pelo autoritarismo de muitas das instituições governamentais e de várias organizações não governamentais conservacionistas nacionais e internacionais. Essas práticas conservacionistas muitas vezes desrespeitam os direitos civis das populações locais, promovendo o seu deslocamento forçado das áreas transformadas em parques e ignorando seu vasto conhecimento e práticas de manejo de florestas, rios, lagos e ambientes costeiros (DIEGUES 2000, p. 16).

Entendemos que nas sociedades contemporâneas o contexto rural não se define por sujeitos que apresentam uma identidade essencialmente do campo, considerada como permanente e, de certa forma, imutável. Partimos da perspectiva de abordagem dos processos identitários para explicar como se constrói a dinâmica de relações entre atores sociais, as normas e o contexto deste local, com a presença de políticas ambientais e de transformações sociais por influência dessas políticas, “inventando” o imaginário coletivo.

Os processos identitários – vistos como processos, pois a “identidade” é considerada inacabada, aberta, fragmentada e, até mesmo, contraditória (HALL 2014, p.28) – são construídos socialmente e não individualmente. A noção de contexto serve como um pa-

râmetro de análise para os processos identitários, abrangendo os marcadores culturais, as regras e a moral dos costumes, as fronteiras materiais e simbólicas, que produzem diferença e, ao mesmo tempo, sentimento de pertencimento (ENNES & MARCON, 2014). O contexto é visto em seus aspectos: i) situacional, quando revela as circunstâncias em que ocorrem as interações sociais, “tanto no que diz respeito à liberdade e autonomia dos participantes quanto às formas de coerção social” (p.286); ii) relacional, quando se remete à complexidade das dinâmicas sociais nos níveis cultural, político e econômico; e iii) contrastivo, quando as fronteiras e marcadores sociais/simbólicos se tornam evidentes (HALL 2014; ENNES & MARCON, 2014). Na abordagem dos processos identitários, o contexto, produzido por relações entre atores, é considerado em seus aspectos sociais, políticos e culturais que, na contemporaneidade, “são caracterizados pelo descentramento, pela fragmentação e pela efemeridade” (ENNES & MARCON 2014, p. 277). Consideramos que tanto os aspectos culturais como os políticos e os econômicos são necessários para se analisar a vida social; a desmembração dessas dimensões pode esvaziar a análise, já que estão interligados na construção dos processos sociais.

A sociedade contemporânea, associada à globalização do século XX, trouxe aspectos que, embora não sejam novos, multiplicaram-se de maneiras nunca vistas anteriormente: o acesso a maior variedade de bens culturais e materiais, a complexificação das instituições sociais, que visam processos de consumo coletivos (como, por exemplo, nas escolas e nos serviços de lazer, transporte e turismo), os conflitos consequentes da exploração depredatória do meio ambiente, dentre outros aspectos, que caracterizam uma lógica de funcionamento ou um estilo de vida diferente da época anterior, a modernidade.

Contudo, diversos autores ainda chamam esta época de moderna, como, por exemplo, Hall (2014), que, ao utilizar a expressão “modernidade tardia”, explica que o que se acredita ser a contem-

poraneidade ainda é subsequente à modernidade, ainda respeita e organiza a sociedade de acordo com uma lógica comercial e científica que se inicia na época do Renascimento, se desenvolve e se especializa até os dias atuais. É o caso, também, de Giddens (1990), que utiliza a expressão “consequências da modernidade”, para explicar que ainda estamos vivendo a lógica da sociedade moderna, extremamente “racionalizada”. E, também, é o caso de Bauman que, aludindo ao Manifesto Comunista, utiliza a expressão “modernidade líquida”, nas palavras do autor, em entrevista à Maria Lúcia Pallares-Burke:

(...) a vejo como uma condição que ainda se mantém eminentemente moderna nas suas ambições e *modus operandi* (ou seja, no seu esforço de modernização compulsiva, obsessiva), mas que está desprovida das antigas ilusões de que o fim da jornada estava logo adiante. É nesse sentido que pós-modernidade é, para mim, modernidade sem ilusões. Diferentemente da sociedade moderna anterior, que chamo de “modernidade sólida”, que também tratava sempre de desmontar a realidade herdada, a que agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo está agora sendo permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de alguma permanência. Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora da “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna: como os líquidos, ela caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma (BAUMAN apud PALLARES-BURKE 2004, p.321-322).

Dentro dessa discussão polêmica e ampla sobre a sociedade contemporânea, podemos encontrar algumas tendências de pensamento, como o perspectivismo, a interdisciplinaridade, a complexidade e a crítica ao objetivismo da Ciência. Entendemos que a contemporaneidade ainda não se estabeleceu tanto como pensamento e estilo de vida, quanto como organização institucional, mas é possível enxergar aspectos de uma nova lógica, como se estivéssemos num período de transição. Ainda que não consolidadas, tais tendências permitem abordar a época em que vivemos, alguns dilemas filosóficos e conflitos sociais com uma lógica própria. O pensa-

mento contemporâneo seria caracterizado, assim, por um conjunto de ideias que pertencem a uma lógica que englobaria a estética e a organização de instituições sociais: a necessidade de se separar “cartesianamente” a filosofia da ciência e da religião não se aplica mais tal como historicamente ocorreu no pensamento moderno.

A Ciência Moderna, que ainda vigora nos dias atuais, desenvolvida em laboratórios, ou em plataformas interativas (como dos *games* e dos robôs), que utiliza como metodologia protocolos matemáticos – estatísticos, computacionais e de engenharia – não é a única ciência possível. De acordo com o pensamento contemporâneo (Heidegger, Peirce, Nietzsche, Wittgenstein, Saussure), o método da Ciência Moderna, objetivo e experimental, não pode garantir o conhecimento seguro, primeiramente porque o conceito de *verdade absoluta* que essa noção implica é questionável e, além disso, a Ciência foi degenerada pela sociedade capitalista, voltada para a técnica e para uma lógica de consumo, em detrimento das melhorias para a humanidade (Marx, Weber, Lévi-Strauss).

Os métodos da Ciência Contemporânea podem ser ilustrados pelas etnociências (etnologia, etnografia, etnoecologia, etnomatemática, etnossemiótica), que têm uma base fenomenológica e partem da perspectiva etnológica – a possibilidade de haver diferentes explicações metafísicas e epistemológicas para o universo em que vivemos – e não mais antropológica – uma mesma visão antropocêntrica do universo. Se os seres humanos não são os mesmos, suas explicações sobre o mundo também não devem ser as mesmas e o que está por trás dessa diferença é exatamente o método que se utiliza para explicar os fenômenos vivenciados.

O pensamento contemporâneo, de forma geral, caracterizado pela abordagem relacional, isto é, que explica o conhecimento sobre o mundo a partir de um contexto histórico-filosófico, considera que o sujeito não se explica por si só, nem o objeto se explica por si só, mas a ação dos sujeitos no mundo ao longo do tempo é

que constrói o objeto; este, portanto, não é estático, nem completamente exterior ao sujeito, já que a ação dos sujeitos interfere no que se entende por mundo ou sociedade. Ao mesmo tempo em que o sujeito se define, ele define o objeto social. Contudo, o objeto social não é tão simples como essa afirmação pode parecer, já que o sujeito é influenciado/restringido pela sociedade. No entendimento sobre a sociedade contemporânea, está a noção de sujeito contemporâneo e nesta encontramos embutida a noção de identidade. Na atualidade, a identidade se afasta de uma perspectiva essencialista, tornando-se, em contraste, um conceito caracterizado pela pluralidade e diversificação.

Para Bauman (2005), “a identidade varia num movimento entre algo que escolhemos (que queremos pertencer) e algo que nos é imposto (que somos identificados como tal), independentemente de nossas escolhas” (p. 44-45). Partimos de uma visão de construção dos processos identitários como algo dinâmico, ou seja, que está em desenvolvimento e, portanto, inacabado, resultante das relações entre os atores sociais, as normas e o contexto. Na região da Serra de Itabaiana, analisamos o contexto através da presença de políticas ambientais e de transformações sociais por influência dessas políticas, que operam na construção simbólica, isto é, no imaginário coletivo.

Estudos no povoado Bom Jardim mostram alguns processos de transmissão da cultura, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criaram no passado e se recriam no presente. Mostram como os diferentes atores sociais se tornaram ou se tornam parte de um grupo social, como é o caso do grupo da igreja, do grupo de idosos, do grupo de mulheres, dos grupos dos “arrancadores de inhame” (ENNES & NASCIMENTO, 2009), entre outros. As pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações, em suas histórias de vida, de suas famílias, do lugar de onde vieram e onde moram, do jei-

to como criam seus filhos, falam e se expressam, enfim, constroem suas identidades dentro de um contexto.

Embora seja prioridade da gestão das Unidades de Conservação a preservação do meio ambiente, ela não pode ir de encontro ao uso que a comunidade faz historicamente do Parque, pois isso intensifica os conflitos. Através das pesquisas que vêm sendo realizadas nesse contexto (BOTELLI 2010; ENNES, 2010; NASCIMENTO & ENNES 2009; SANTANA 2002), identificamos que a comunidade do entorno do PARNASI não se sente parte do processo de criação do Parque. As pessoas não sabem o que é uma UC, nem um plano de manejo, sabem que existem transgressões de regras para certas práticas, contudo esse conhecimento está mais relacionado ao medo da punição do que a um processo de apropriação e reconhecimento dos valores que essas regras representam.

Existe um paradoxo nos processos de criação de UCs, principalmente no que se relaciona às práticas indevidas que fornecem algum tipo de renda para a comunidade do entorno. Por um lado, as pessoas rejeitam as regras, permanecendo as práticas consolidadas ao longo de um tempo em que não existia a UC. Consideramos este um fenômeno de resistência, já que existe a transgressão das normas/leis, com consequências de marginalização e a não adaptação ao sistema vigente. Por outro lado, práticas culturais são enfraquecidas, desvinculando a comunidade, principalmente os jovens, do processo de preservação de um ambiente que fazia parte dos processos identitários das pessoas.

PRÁTICAS CULTURAIS NO POVOADO BOM JARDIM E A CRIAÇÃO DE UM PARQUE NACIONAL

Diversos trabalhos vêm sendo realizados nos povoados no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), analisando transformações nos processos de organização social, especificamente ligadas à criação e manutenção do parque. Em 1990, essa

área foi designada como Estação Ecológica, categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de proteção integral, que permite a entrada somente de pesquisadores ou visitação de cunho educacional, ambas requerendo autorização, nesse tipo de unidade é proibida a visitação pública. Nesse período, a unidade de conservação abrangia uma área de 288,53 hectares. Em 2005, a região da Serra de Itabaiana, um complexo de diversas serras, foi decretada Parque Nacional, com 7.966 hectares. Essa região faz a transição da mata atlântica à caatinga, através do semiárido agreste, “na qual coexistem espécies da fauna e flora de ambos os ecossistemas, distribuídas por entre formações vegetais fechadas e abertas” (CARVALHO e VILAR, 2005, p. 9). A presença de espécies endêmicas e em extinção nessa região a tornam de alta relevância nos critérios de conservação brasileiros, assim como sua indiscutível riqueza hídrica, abrigando as nascentes dos rios Poxim e Cotinguiba, além de riachos que formam o rio Jacarecica, que abastece diversas cidades.

As vegetações do estado de Sergipe já sofreram em torno de noventa por cento de desmatamento (idem, p. 122) e sua preservação se torna de alta prioridade para garantir o bem estar da população com relação ao clima, qualidade do ar, recursos hídricos, biodiversidade, fertilidade do solo, entre muitos outros fatores. Contudo, os estudos na área de meio ambiente que mostram o levantamento da biota, relevo, recursos hídricos, diagnósticos de desmatamento e espécies em extinção, entre outros, não citam a interação histórica da população do entorno com as serras. Qual o conhecimento que essas populações têm da região e quais são de fato os elementos que colaboram com sua depredação? Infelizmente, os estudos ainda não são capazes de mostrar a relevância das populações locais para a preservação ou depredação deste ambiente natural. Entendemos que os critérios de conservação seguem uma lógica que ignora os fatores históricos desta região, que implica a participação das popu-

lações que ali vivem há centenas de anos¹. Os critérios de conservação dos parques em áreas de proteção seguem, no geral, critérios internacionais de proteção quando se referem à visitação pública, explorando o potencial turístico, como por exemplo, a manutenção do parque através da cobrança de taxa de entrada. Entretanto, esta não é uma boa perspectiva no caso do PARNASI, que, além de não ser cercado e de isso não estar no planejamento administrativo do parque², a população não concorda em ter que pagar para visitar uma área que sempre fez parte da vida das pessoas, de seus costumes, de seus processos identitários.

Se formos analisar a interação do público com as fronteiras do PARNASI, observamos que ela ocorre, em sua maioria, por dinâmicas que caracterizam o cotidiano das pessoas, como a passagem para se transportar de um lugar para o outro, a agropecuária, os costumes religiosos, a caça, o extrativismo, que desconsideram a “cerca invisível” (SANTANA 2002), que delimita exatamente onde começa e onde termina o parque. O turismo sistematizado é presente, com excursões de escolas e visitação de turistas de fora da região, principalmente vindos da capital, mas está longe de ser organizado, já que as pessoas não utilizam como regra a portaria do parque para visitar os poços, riachos e cachoeiras que existem na região e não têm acesso às informações a respeito das espécies protegidas e em extinção. Além disso, a segurança é um problema constante, pois o parque não conta com recursos financeiros para poder exercer uma boa vigilância e, também, não pode contar com o apoio dos muni-

- 1 Sem considerar o uso que as populações nativas faziam do lugar, mas considerando, principalmente, sua interação com brancos e negros, estes trazidos em condição de escravidão, no período de colonização do Brasil. A presença de negros no povoado Bom Jardim se remete, assim, a esse período.
- 2 Integrantes do GEPIIP buscam participar do processo de criação do Plano de Manejo, coordenado pelo ICM-Bio (Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA). Essa informação decorre das discussões realizadas nos encontros para organizar o plano.

cípios em que se situa, já que eles têm seus próprios problemas de segurança.

Percebemos, assim, que tanto os critérios nacionais de conservação de áreas de proteção ambiental, do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, vinculado ao MMA) e do ICM-Bio, como os da administração municipal e estadual não têm uma metodologia adequada para reconhecer as verdadeiras características ambientais, que não são somente ecológicas, mas – em nossa visão, principalmente – são *socioambientais*.

Estudos de outras regiões tropicais no mundo, como na África e na Índia (Diegues 2000), mostram que as características ambientais das florestas estão necessariamente ligadas à interação com as populações locais, que desenvolveram, ao longo dos séculos, técnicas de manejo que passam de geração em geração através de transmissão oral e práticas do dia a dia. Mesmo aqui, na floresta Amazônica, existem estudos arqueológicos de manejo da floresta que defendem a tese de que as características do solo são fruto de ações antrópicas, a chamada Terra Preta de Índio. Na região da Serra de Itabaiana não deve ser diferente; sem precisar de análises mais profundas de formação do solo, vemos resquícios de pasto, com a presença de gramíneas que aparecem em descampados e, embora não sejam mais, em geral, utilizadas como pasto, estão adaptadas ao ambiente e controlam o reestabelecimento da vegetação original. Ainda está por ser feito um levantamento dos saberes tradicionais de manejo do solo na região, entretanto, podemos afirmar que a prática da agropecuária é um costume na região, tanto no que diz respeito à sobrevivência econômica, como à dinâmica cultural das famílias, como por exemplo, a presença dos quintais produtivos (BOTELLI, 2010).

Um estudo realizado no povoado Bom Jardim se refere às transformações de práticas culturais, como o zabumba e o reisado (“Unidade de conservação e práticas culturais” – PIBIC, UFS, 2013), e refle-

te sobre o enfraquecimento dessas manifestações folclóricas como resultante de uma lógica de funcionamento que, desde a modernidade, segue princípios de adaptação a normas “racionalizadas”, isto é, princípios de organização hierárquica que burocratizam a regulamentação de bens públicos e, ao mesmo tempo, pressionam a um estilo de vida consumista. O processo de criação do PARNASI, por meio de um decreto presidencial, regulamenta o funcionamento e modo de convivência com uma área de proteção, fundamentando-se em outros regulamentos, normas e leis, sem que se respeite um processo realmente democrático, isto é, participativo com a sociedade atingida por tal regulamento. Embora exista um processo de organização do plano de manejo que prevê a participação da comunidade em uma de suas etapas, a regulamentação da UC é anterior a esse plano e a metodologia utilizada ainda não dá conta de perceber as características socioambientais que sugerimos aqui.

Diante disso, cabe analisar a importância da simbologia, das referências, das construções identitárias que as manifestações culturais representam para os moradores. A paralisação das manifestações folclóricas no povoado Bom Jardim pode ser considerada uma expressão da “crise de identidade” de seus moradores (SANTOS, 2012), afetando principalmente os mais jovens. Cada sociedade cria suas expectativas em torno da juventude, procurando imprimir nestas suas normas valores, crenças, modos de comportamento e vislumbrando, através desse investimento, a sua continuidade no tempo. No caso de populações tradicionais, o desejo é de que a juventude incorpore o valor cultural das manifestações folclóricas de onde mora, de modo a promover a integração e continuidade desse grupo. Contudo, as características de organização social tradicional vêm se alterando na sociedade contemporânea.

Entendemos que o fenômeno da “crise de identidade” pode ser considerado reflexo da globalização, que em contraposição à dinâmica de continuidade de uma população tradicional, impulsiona os

processos de organização social a certa descontinuidade (GIDDENS, 1990), o ritmo e as informações recebidas de outras partes do globo promovem mudanças, sem que elas se consolidem, pois mudam novamente e desalojam o sistema social de forma a des/re/caracterizá-lo. No exemplo de enfraquecimento cultural que analisamos, o caso do povoado Bom Jardim, novos valores são incorporados pela juventude, que tende a buscar “melhores” condições de vida trabalhando na cidade de Itabaiana. Desse modo, enfraquecem-se também a disponibilidade e a motivação, não só dos jovens, para se dedicar às práticas culturais como o zabumba e o reisado, tradicionais deste povoado.

Além disso, a juventude sofre com outras influências do mundo globalizado, que acabam contribuindo para o desprezo da cultura da sua região, como é o caso das culturas de massa, que exercem forte controle sobre os jovens. Típico produto da indústria cultural, que tem como principal objetivo entusiasmar para o consumo da cultura como uma mera mercadoria, fazendo com que as pessoas percam sua individualidade e o respeito por suas características individuais – de classe, etnia, região, e até mesmo de país - que são tratadas como um todo razoavelmente homogêneo (ARANTES, 2006).

A assimilação e aceitação da juventude aos produtos culturais se apresentam, também, como resultado de uma educação capitalista, que historicamente tem sido utilizada pelas classes dirigentes como um meio de dominação ideológica. A educação capitalista parte da perspectiva de que a educação deve ser livre de valores, defensora de uma suposta neutralidade no processo de apresentação da realidade (FREIRE, 1987). No caso do povoado Bom Jardim, estudos revelam que as escolas localizadas no entorno do PARNASI não trabalham o novo contexto de normas, regras e jogo de poderes que estão se desenvolvendo ali (MENDONÇA, 2010). As escolas não partem de uma realidade social, mas de um plano nacional que, embora mais recentemente busque dar conta da multiculturalidade

no Brasil, ainda reproduz os princípios de organização hierárquica que burocratizam a regulamentação dos bens públicos, mostrando disparidade e desarranjo com a realidade local.

Outro fator que analisamos como característico da sociedade globalizada é o maior acesso aos meios de comunicação (televisão, jornais impressos, Internet), que historicamente são utilizados por grupos dominantes, exercendo o controle e a vigilância sobre as camadas mais pobres e, principalmente, sobre a juventude, que é um dos públicos mais atingidos. Assim como para boa parte da população brasileira, a dependência dos moradores do povoado em relação à televisão como fonte de informação e entretenimento contribui para a perda do domínio do discurso, tornando as pessoas sem propriedade para argumentar sobre fatos recorrentes, até mesmo em sua localidade. Os meios de comunicação das culturas de massas promovem informações mediadas pelo consumo e não apresentam possibilidades de crítica, nem de participação política com relação aos fatos (BOURDIEU, 1997).

A discussão da formação cultural de um grupo e da construção de seus processos identitários mostra a soma de questões políticas e econômicas, que recria velhas relações de poder e tende a reproduzir as relações de subordinação e dominação. Os velhos e os novos atores sociais participam das relações em condições de desigualdade:

As culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independente uma das outras, o que não corresponde à realidade (CUCHE, 1999, p. 143).

As relações sociais se constroem de forma desigual, passando por um processo de hierarquia no qual, de diversas formas, toda sociedade se transforma com as pressões da globalização, entretanto, as pessoas que mais sofrem com suas restrições e consequências são aquelas mais pobres.

Em meio a este contexto de conflitos socioambientais, é possível enxergar estratégias de enfrentamento diante da nova realidade. No caso do Bom Jardim, podemos citar, por exemplo, o extrativismo, a caça e atividades agrárias, que podem ser consideradas formas de resistência, já que existe a transgressão das normas/leis, com consequências de marginalização, e a não adaptação ao sistema vigente. Entendemos que são as contradições internas ao sistema social que possibilitam o entendimento de seus conflitos e as potencialidades de sua superação.

Outro estudo realizado no povoado Bom Jardim, fruto do projeto de extensão universitária “Questões de gênero e o audiovisual: contribuições para o fortalecimento de mulheres camponesas dos povoados Serra e Bom Jardim – Itabaiana/SE”, que tem o objetivo de sensibilizar os participantes com debates a partir de filmes temáticos sobre a questão das desigualdades entre homens e mulheres. Os participantes são principalmente mulheres, mas também homens, adultos que mostram certo grau de organização da comunidade com relação ao conhecimento que têm uns dos outros e a segurança com que expressam suas opiniões. Analisamos que, embora não exista a participação comunitária no processo de implantação do PARNASI, fato que afeta as condições de vida das pessoas que moram no seu entorno, existe o potencial social-cognitivo para que esta população seja parte desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de se buscar entender as novas construções de relações de poder no que diz respeito à institucionalização do processo de implantação do PARNASI, percebemos que ela passa pela questão política, quando a distribuição dos poderes se concentra na mão daqueles que detêm os elementos que permitem ou dificultam a participação da comunidade. Esta, por sua vez, não se apropria desse processo, já que não se sente parte dele, mas também não o respeita,

principalmente no que se refere à mudança de atitude com relação às práticas que lhe geram renda ou algum tipo de *status*, como é o caso da caça. Contudo, boa parte daqueles que tiravam sua renda (principalmente) da agropecuária e do extrativismo teve que abandonar suas práticas, não só por conta da institucionalização do parque, mas por questões socioambientais, como a perda do valor à vida no campo, que afetam de variadas formas toda a sociedade.

O processo de criação e manutenção do PARNASI, em nossa análise, apresenta tanto aspectos da modernidade, como a pressão para a urbanização – no Brasil, mal organizada –, a racionalização e a burocratização das instituições sociais, voltadas para o tratamento do bem público como mercadoria, como, também, aspectos da contemporaneidade: o acesso a informações e produtos de toda a parte do globo, a organização da sociedade em redes (complexificação das relações) e o enfrentamento de conflitos sociais provocados por questões ambientais. Outros costumes, como as práticas culturais, também são influenciados por este processo, enfraquecendo-se e, até mesmo, extinguindo-se, dando lugar a identidades supérfluas, mais diversificadas e massificadas.

A implantação do PARNASI se caracteriza pela proteção da natureza desconectada da proteção dos direitos da população, que há muito desenvolve suas atividades culturais e econômicas nesse território. Nesse sentido, sugerimos que a visão socioambiental vai de encontro ao estabelecimento de leis ambientais – antes mesmo de elaborar um plano de manejo – que não prestem atenção às comunidades que se estabeleceram nas áreas de proteção há muito tempo.

Com relação aos processos identitários no povoado Bom Jardim, entendemos que o modo de vida rural ainda é uma realidade da comunidade, a proximidade com a natureza e um estilo de vida voltado para o campo, com atividades agropecuárias – tanto para a geração de renda, como para o autoconsumo – e extrativistas de produtos da floresta. Contudo, não consideramos comunidades ru-

rais como isoladas e de cultura estática, elas sofrem influências da cidade, do consumismo, das normas e modos de vida urbanos, do comércio etc. Identificamos, assim, aspectos de um modo de vida rural, como um estilo de vida mais lento, de contemplação e interação com a natureza, a tentativa de manutenção de expressões culturais tradicionais, como o reisado, a presença de benzedadeiras, as casas de farinha, entre outras.

Atentamos para algumas questões socioambientais que poderiam possibilitar a participação da comunidade no processo de desenvolvimento do plano de manejo. Primeiramente, a visão de prevenção no lugar de punição relacionada à questão de segurança dentro do parque: como é possível evitar para que certas práticas não aconteçam mais? Nesse sentido, é importante pensar que algumas dessas práticas estão relacionadas à geração de renda, ou à ausência dela (no caso da agropecuária e do extrativismo), e à falta de expectativa dos jovens (casos de roubos e violência, geralmente com o uso de motocicletas, o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas), que podem ser administradas com uma ética didática, ou seja, orientadora, tanto na sinalização e infraestrutura do parque como na formação dos funcionários de monitoria e vigilância.

É preciso, ainda, incentivar parcerias e projetos com os poderes público (prefeitura, governo estadual, escolas, universidade), privado e do terceiro setor (associações, ONGs, empresas de turismo, escolas, universidades), no sentido de criar alternativas de geração de renda e de lazer para que essas práticas não ocorram mais. O encaminhamento para essas alternativas seria parte de uma política de gestão que, de forma contínua, isto é, através de um processo de diálogo e levantamento de demandas que surjam da própria comunidade, possa efetivamente realizar um planejamento participativo.

As estratégias participativas devem olhar a relação de outras iniciativas com a comunidade (por exemplo, associações comunitárias, ONG Centro da Terra, Parque dos Falcões, projetos escolares e univer-

sitários), pois elas já têm uma relação estabelecida com as pessoas que moram nesse território. Chamamos a atenção, assim, para o papel que o plano de manejo pode exercer para amenizar as desigualdades sociais, não só do ponto de vista econômico, mas também, do cultural e político. A necessidade da construção de um novo modo de ver a relação entre comunidades e áreas de proteção é urgente, principalmente no que concerne um modo de vida sustentável, que represente uma relação sadia entre o homem e a natureza.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. (14ª ed.). São Paulo: Brasiliense. 2006.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.
- BOTELLI, A. A. K. **O uso das plantas medicinais nas comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE**. Dissertação de mestrado. PRODEMA-UFS. 2010.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidade**. México: Grijalbo. 1990.
- CARVALHO, C. M. de & VILAR, J. C. (coords.). **Parque Nacional Serra de Itabaiana** : levantamento da biota. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Ibama. 2005.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC. 1999.
- DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, NUPAUB-USP, HUCITEC. 2000.
- ENNES, M. A. “Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE”. **CERU**, 2, 21, 1, 129-144, 2010.
- ENNES, M. A.; NASCIMENTO, L. M. B. & OLIVEIRA, M. S. Arrancar Inhame: entre a ilegalidade e a resistência”. **Scientia Plena**, 5, 11, 2009.
- ENNES, M. E. & MARCON, F. “Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder”. **Sociologias**, 16, 35, 274-305, 2014.

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.
- GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity. 1990.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia** 4. ed Porto Alegre: Artmed, 2004
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. In: HALL, S.; HELD, D. & MCGREW, T. **Modernity and its future: understanding modern societies**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2014.
- MENDONÇA, M. M. de. “Identidade, poder e meio ambiente: parque nacional serra de Itabaiana”. **Relatório parcial**. PICVOL, UFS. 2010.
- NASCIMENTO, L. M. B. & ENNES, M. A. “Áreas de conservação ambiental e comunidades: é possível conservar seu ambiente e suas identidades?”. **Anais do V Fórum Identidades e Alteridades**. GEPIADDE/UFS-Itabaiana. 2011.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext. Acesso em 05/11/2014. 2004.
- SANTANA, V. B. **Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário à cerca invisível**. Dissertação de Mestrado. PRODEMA-UFS/NESA. 2002.
- SANTOS, M. A. M. dos. **Parque nacional serra de Itabaiana: (re) criação de identidades**. Relatório final, PICVOL, UFS, 2012.

AS RELAÇÕES DE PODER EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA/SE

Sheyla Pink Díaz Morales

INTRODUÇÃO

É na perspectiva de que a linguagem representa um importante instrumento do poder simbólico que o presente trabalho objetiva analisar a participação dos atores sociais envolvidos no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana - PARNA-SI, pela ótica da mídia local e percepção deles dentro do processo. O trabalho tem como principal fonte de pesquisa a dissertação “Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: Uma Abordagem sobre as Relações de Poder na Institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE-Brasil” (MORALES, 2011).

A metodologia para elaboração do artigo considerou a pesquisa em acervos bibliográficos e jornalísticos. Ainda foram aplicadas entrevistas com dois analistas ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA/SE; o líder comunitário e presidente da Associação de Moradores do Rio das Pedras; o presidente da Associação de Ceramistas de Itabaiana e vice-presidente do Sindicato de Ceramistas do estado de Sergipe; a prefeita

municipal de Itabaiana; o gerente de uma cerâmica no povoado Rio das Pedras em Itabaiana e uma pesquisadora e professora da Universidade Federal de Sergipe.

O PODER SIMBÓLICO

Para Pierre Bourdieu (1991, *apud* LEE, 2006), a linguagem é um dos principais instrumentos do poder simbólico, uma vez que através dela os interesses dos grupos dominantes são transmitidos pela violência simbólica.

De acordo com Thompson (1991, *apud* IHLEN, 2005), as relações de poder se dão em um campo que normalmente é entendido como um espaço estruturado de posições que são determinadas pela distribuição de diferentes tipos de recursos ou capital. O capital pode ser específico para um determinado campo e relativamente inútil em outros campos. Assim, a importância dada ao sujeito só é compreendida dentro do campo que este está inserido, quer seja um campo religioso, político, acadêmico, econômico, social, dentre outros. E, ao mesmo tempo, como coloca Ihlen (2005), cada um desses campos pode ser parte de um ou vários outros campos maiores, ou conter subcampos dentro de si. O campo ambiental configura bem essa realidade, uma vez que, em seu contexto, podem existir subcampos como o político, econômico, intelectual, cultural e social, e dentro destes funcionar diversos tipos de capital.

Ainda de acordo com Ihlen (2005), o campo seria um espaço multidimensional, no qual as posições são também classificadas por um sistema multidimensional, levando em consideração o volume global do capital que possuem e a composição do capital. Em outras palavras, o peso relativo dos diferentes tipos de capital no conjunto total de seus ativos.

O campo aqui tratado será nomeado de campo força. Assim, há uma luta contínua para manter ou alterar a distribuição, ou con-

verter o tipo de capital no campo de forças. E essa concorrência de interesses dará origem aos conflitos, e toda a lógica do campo. As relações de poder neste sistema serão expressas pela distribuição do capital. (BOURDIEU, 1998 *apud* IHLEN, 2005). Quanto aos tipos de capital, Bourdieu (1997) dará relevância ao capital intitulado de simbólico, que é, senão, qualquer tipo de capital “com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e reconhecimento”.

Sobre as estruturas simbólicas, Bourdieu (2007b, p. 7) coloca que o poder simbólico se dá pela cumplicidade e pelo estado de desconhecimento do sujeito:

[...] é necessário saber descobri-lo, onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2007b, p. 7).

É possível, ainda, aplicar os conceitos das relações de poder e das lutas simbólicas ao estudo do conflito ambiental em Unidades de Conservação, já que a participação política e social está presente neste campo. Dessa forma, as ações e atitudes dos agentes no campoirão, obrigatoriamente, desenvolver e exercer o poder dentro de um grupo, político ou social, através da influência (BOURDIEU, 2007b).

Os conflitos ambientais em Unidades de Conservação se inserem no que Bourdieu (2007b) retrata de campo de força, ou campo político ou campo de lutas. Lugar que gera na concorrência produtos políticos, problemas, programas, análise, comentários, conceitos, acontecimentos, onde os cidadãos comuns devem fazer suas escolhas.

Pierre Bourdieu (2007b) faz referência às produções simbólicas como instrumentos de dominação, tomando conceitos da tradição marxista quanto aos sistemas simbólicos e suas produções estarem relacionados aos interesses das classes dominantes. As ideologias, neste sentido, servirão a interesses particulares, mas sendo apre-

sentados como universais. Bourdieu (2007b) afirma que o poder simbólico se faz na presença no desconhecimento e cumplicidade do agente que o sofre, pela violência simbólica. Este efeito ideológico existe em diversas culturas. Nas Unidades de Conservação, este efeito é sentido pela adoção e aplicação das noções ambientalistas e desenvolvimentistas no campo pelos agentes.

Neste exercício teórico sobre as relações de poder e as lutas simbólicas, Bourdieu (2007b) diz que o poder simbólico é quase como mágico, pois consegue “obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização”. Esta mobilização só é exercida quando se é reconhecido. Ainda, nesta esfera da dominação pelo poder simbólico sobre determinado grupo ou agente, Bourdieu (1983) emprega o termo *allodoxia* para designar o fato de tomar uma opinião por outra, com fins a construir uma própria opinião, contudo, sem consciência de classe, sujeitos assim, à manipulação de discursos. Por isso, como citado acima, a linguagem é um dos principais instrumentos do poder simbólico.

O efeito *allodoxia* se deve por um lado ao fato de que os produtores de opinião manipulam inconscientemente os *habitus* de classe, por comunicações que se instauram entre corpos de classe sem passar pela consciência, quer do emissor ou receptor (BOURDIEU, 1983, p. 193).

Enfim, é no âmbito das lutas simbólicas que os indivíduos serão movidos no campo pelo interesse. Mas, de alguma forma, é possível haver um ato desinteressado neste campo de forças?

Este questionamento foi levantado por Bourdieu (1997) e causou espanto em muitos. Tal questionamento desmistificou uma visão encantada das condutas humanas. Um dos grupos no qual Bourdieu mostrou como espaço de interesse foi o universo intelectual, que por excelência seria o lugar de desinteresse.

Para postular as condutas humanas como atos interessados, Bourdieu (1997) soma ao seu intento sociológico a filosofia clássica ao aceitar o “princípio da razão suficiente”. Neste princípio, os agentes não agem de forma “disparatada”, sem sentido, tampouco são orientados pela razão.

Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais; podem ter condutas às quais podemos dar razão, como dizem os clássicos, a partir da hipótese de racionalidade, sem que essas condutas tenham tido a razão como princípio (BOURDIEU, 1997, p. 138).

Pode-se, sociologicamente, descobrir a razão “para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que possa compreender a partir de um princípio único” (BOURDIEU, 1997, p. 138). Assim, nenhum agente social realiza atos gratuitos, sem serem motivados.

Apesar da noção de interesse ter sido repudiada por alguns, nada possui de tão grave, uma vez que representa, somente, que o jogo merece ser jogado, ou seja, que seu investimento no jogo possui sentido. Nos diversos campos, seja ele político, burocrático, científico ou artístico, tende a manter em suas relações a *illusion* (BOURDIEU, 1997).

Dessa forma, as condutas humanas ocorrem em espaços de jogo e seus agentes o compreende. Neste espaço de jogo, não basta somente entendê-lo, mas também prevê-lo.

A MÍDIA E O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A mídia exerceu um papel fundamental na democratização e popularização da temática ambiental, que, antes, restringia-se somente a um setor da sociedade, a comunidade acadêmica, e não a grande massa. Foi possível criar e ampliar arenas de debates sobre as problemáticas ambientais e o futuro planetário. Os termos “desenvolvimento sustentável”, “equilíbrio ambiental”, “consciência

ambiental” “educação ambiental”, “criação de áreas protegidas”, passaram a ser presentes na realidade da sociedade.

Se, nos últimos anos, ocorre uma maior discussão e compreensão acerca dos impactos ambientais, parte disso resulta do reflexo do trabalho midiático.

A mídia é percebida como uma forte fonte promotora de mobilização. Ainda, é capaz de construir, desconstruir ou reconstruir sistemas de relações sociais. Dessa forma, sua influência (força) pode equilibrar, ou não, um determinado campo de força já existente.

Sabe-se que a mídia se configura como uma potente ferramenta na formação de opinião pública, uma vez que gera grande impacto e influência na produção da subjetividade humana. Através de seus padrões estratégicos de transmitir a informação, por vezes, unidirecionando sua mensagem, age diretamente na construção do pensar e agir das pessoas, estabelecendo sobre elas sua visão de mundo.

A cultura da comunicação de massa possui um discurso ideológico capaz de modificar comportamentos. De acordo com Silva e Santos (2009), ela acaba por substituir valores, desta forma influencia e transforma grupos e contextos sociais, elaborando novos sentidos simbólicos destituídos de valores e verdades. Não seria um equívoco mencionar que a mídia ainda pode ser considerada ‘quarto poder’. Sua notória dominação social leva a crer que, atualmente, vive-se numa sociedade midiática.

É certo que a cultura midiática influencia e domina o inconsciente do interlocutor, contudo, pensá-la somente por um viés negativista é precipitado e errôneo, uma vez que não se pode negar sua história e contribuições. Contribuições estas que se fazem quando realiza o resgate histórico e análise de discursos de determinado processo, como o da institucionalização do PARNASI.

A pré-institucionalização do PARNASI: o período da esperança verde

Para melhor compreensão do processo político de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana reconstruído pelos jornais, o estudo optou por dividir em duas fases: pré-institucionalização e pós-institucionalização. Nestas duas fases os atores sociais envolvidos são distintos, classificados nos termos de dominantes e dominados, e o campo socioambiental muda conforme o jogo. Esta análise buscou o embasamento teórico nas contribuições conceituais sobre relações de poder de Pierre Bourdieu (2007a; b).

Cabe nesta análise situar que os agentes envolvidos no processo político de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana, tanto da primeira como da segunda fase, compuseram as esferas política, acadêmica, burocráticas, econômica e militante por meio das homologias.

Neste processo, de 2004 a junho de 2005, os principais atores citados nos jornais foram: gerente executivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Sergipe; prefeita de Itabaiana; prefeito de Areia Branca e analista ambiental do IBAMA.

A primeira fase mostra um grupo dominante composto por agentes atuantes na carreira política-partidária, burocrática da administração pública e acadêmica, possuidores de capital político e escolar. Na segunda fase, os agentes da esfera acadêmica deixam o grupo dominante, uma vez que o campo mudou conforme o jogo e as forças atuantes da carreira política-partidária e burocrática da administração pública permanecem, somando-se a estes novos agentes.

A primeira fase é marcada pelo discurso de que a Estação Ecológica não se enquadrava como uma categoria adequada à realidade da Serra de Itabaiana, devendo ser legitimado o discurso de criação de um Parque Nacional. A partir daí os agentes dominantes investi-

ram para que a sua visão de mundo, bem como a visão da sua posição no mundo, orientasse a prática no campo.

Através dos conceitos sobre lutas simbólicas de Pierre Bourdieu, nota-se no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana que as posições dos agentes dominantes naquele espaço foram decididas pelo volume global do capital. Assim, a luta política mostrou que o conhecimento e competência técnica foram fatores determinantes para a legitimação dos discursos.

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social [...] os agentes detêm o poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 2007a, p. 145).

Na primeira fase, os agentes representados pelo poder local, universidade e órgão burocrático, eram mais capitalizados; e, por isso, englobaram o grupo dos que detinham maior força. Com isso foi mantido um sistema capaz de orientar as práticas dos proprietários de cerâmicas e olarias, comunidade e Ong's.

A institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana foi constituída mediante interesses e lutas políticas (simbólicas) com habilidades de conservar ou transformar a realidade social pela formação das próprias representações.

Se pela teoria bourdieusiana é sabido que o interesse leva a investir, ou seja, a entrar e se manter no jogo; assim, pode-se dizer que a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana teve como interesse articulador o prestígio político-partidário.

Em discurso na tribuna da Assembleia a deputada Estadual Maria Mendonça pediu que o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), agende uma audiência com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assinar o decreto que transforma a Serra de Itabaiana em Parque Nacional. Com essa medida a área ganhará investimento, pois a Secretaria Estadual de Turismo já dispõe de investimentos reservados para aplicar na área (PARQUE I; PARQUE II, 2004, p. A.).

Entretanto, esse interesse hegemônico não excluiu outros interesses de tomarem parte no jogo, como o ambiental:

O Parque da Serra de Itabaiana gera otimismo para todos aqueles que desejam ver aquela área preservada, principalmente para as populações que moram próximo a serra. [...] Antes mesmo desse reconhecimento os sergipanos já entendiam a área como um parque e por isso muitos deles trabalhavam no sentido de proteger aquele espaço. Agora com a situação legalizada, o interesse em proteger vai aumentar (SANTANA, 2005, p. B-1).

A maior preocupação dos ecologistas é em relação à proteção da serra e o que poderá ocorrer com ela no futuro. Diante disso, a analista ambiental do IBAMA, Valdineide Barbosa de Santana, esclareceu que é preciso trabalhar no sentido de proteção da fauna e flora que são remanescentes de Mata Atlântica” (SANTANA, 2005, p. A-9.).

Assim, é possível perceber que ligados ao processo de institucionalização do PARNASI estavam diversos interesses que moviam o campo de disputas conforme a participação dos atores no jogo. Dessa forma, pode-se dizer que a primeira fase representou a luta simbólica por um bem comum, a criação do Parque Nacional, pelos atores sociais motivados por interesses diversos.

O enfoque político-partidário da fase pós-institucionalização do PARNASI

Após o período da esperança verde da primeira fase, seguiu-se uma segunda fase marcada por uma forte atuação de caráter político-partidário. Os atores sociais envolvidos nesta fase eram os representantes do Governo do Estado de Sergipe; da superintendência do IBAMA/SE e do movimento associativista e sindical de Ceramistas de Itabaiana e do estado de Sergipe.

Assim, visto pela ótica das pesquisas nos jornais, a segunda fase do processo político de criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, que compreendeu a pós-institucionalização, teve dois aspectos

que chamaram a atenção: 1 - especulação de desemprego em massa e fechamento de cerâmicas e olarias; 2 - manifestações acusatórias de cunho político-partidário pelo governo do estado.

Nesta fase, os jornais noticiavam um profundo descontentamento e crítica quanto ao processo de institucionalização do parque pelo governo do estado; representado pelo então governador João Alves Filho, do Partido da Frente liberal (PFL). Na ocasião, formou-se por parte da força do PFL de Sergipe uma retaliação ao governo federal petista, declarando que a criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana geraria desemprego, já que os ceramistas seriam prejudicados, e que o governo do estado de Sergipe teria ficado de fora do processo de discussão.

Assim, tomando a frente das discussões, assumindo sua posição de militante petista e representando o governo federal, o superintendente executivo do IBAMA em Sergipe, Márcio Macedo, declarava que o Parque em nada prejudicaria os ceramistas. A matéria do dia 14 de outubro de 2005, do Jornal da Cidade, publicou a declaração do superintendente executivo do IBAMA/SE na época, Márcio Macedo, questionando a atitude do governador João Alves Filho, uma vez que ele se manifestava contra a criação do Parque, mas era a favor da revitalização do Rio São Francisco, atribuindo tal atitude à briga política (IBAMA DIZ QUE RESERVA NÃO VAI PREJUDICAR CERÂMICAS, 2005, p. B-12).

Dessa forma, pôde-se observar pelas declarações que as discussões sobre o parque não mais se apresentavam em um discurso ambientalista, mas político-partidário formado entre petistas e pefelistas, no qual o IBAMA representava o partido dos trabalhadores (PT).

[...] o governador mostra desconhecer que o que está na agenda do mundo moderno é o desenvolvimento sustentável. A preservação dos recursos naturais passou a ser uma premissa fundamental em qualquer modelo de desenvolvimento (MACEDO, 2005, p. B-12).

Neste momento, surge um grupo que durante a primeira fase da institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana não havia sido citado pelos jornais e tampouco se pronunciado, sendo composto pelos donos de cerâmicas e olarias de Itabaiana.

A partir da segunda fase, tal grupo passou a chamar a atenção da mídia sergipana, uma vez que o governo do estado da época alarmava quanto à questão do desemprego. As manchetes passaram a anunciar: “Olaria terá que sair da Serra de Itabaiana” (ZANELLI, 2005, p. B-3).

De acordo com os jornais, as cerâmicas estavam instaladas na região desde muito tempo e que a comunidade teria crescido ao redor delas. Nisso, a fumaça e fuligem provocadas pela fabricação dos blocos passaram a prejudicar os moradores. E, assim que o parque foi criado, o IBAMA passou a controlar o uso e a exploração da área do entorno dessa UC (ZANELLI, 2005, p.B-3).

Ainda de acordo com o jornal, no perímetro do parque só existia uma cerâmica, que seria desativada, e o seu proprietário indenizado (ZANELLI, 2005, p. B-3). Nesta mesma matéria, o presidente da Associação de Ceramistas de Itabaiana e vice-presidente do Sindicato de Ceramistas do estado de Sergipe, Augusto César Santos foi citado.

A então analista ambiental do IBAMA, Valdineide Santana, foi citada na matéria esclarecendo que o órgão não proibiria “as atividades e a ocupação do entorno”, mas que faria o controle de acordo com as normas ambientais e que o parque não prejudicaria a atividade ceramista. “A legislação ampara a preservação e o uso comercial. O IBAMA não quer conflito e vai dar atenção para retirar a licença e regularizar a atividade” (ZANELLI, 2005, p. B-3).

A mesma afirmava que, desde 1989, a extração de materiais dentro do parque já era proibida, por isso o objetivo seria o da “educação ambiental, o estudo, a preservação e o ecoturismo” (ZANELLI, 2005, p. B-3).

Segundo o mesmo jornal de 23 e 24 de outubro de 2005, o MPE realizou uma audiência com empresários do setor (ZANELLI, 2005, p.B-3). O promotor do Ministério Público Estadual em Itabaiana, Marcel Peres de Oliveira, que na época tinha acabado de entrar na promotoria daquela região, afirmou que a maioria das cerâmicas estava sem licença da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA. Dentre os problemas observados por ele, estava a ausência do uso de filtros nas chaminés das cerâmicas. Ainda de acordo com o jornal, o MPE estava mapeando todas as cerâmicas e olarias do município. Na época, a associação de ceramistas se responsabilizou em fornecer uma lista de todas as cerâmicas e olarias que, até então, atuavam no município.

De acordo com a entidade, existiam 17 empresas funcionando em Itabaiana. Das dezessete, quatro estavam regularizadas; outras oito já haviam iniciado o processo junto à ADEMA e ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral; outras três fariam a regularização até início do próximo ano, ou seja, em 2006; e as duas restantes não se pronunciaram.

Diversas foram as matérias publicadas sobre o desemprego em Itabaiana e a crise nas fábricas de cerâmicas e olarias. Apesar de a classe empresarial ceramista ter sido inserida nas discussões sobre as consequências que o parque levaria ao setor industrial de Itabaiana, é notório que sua participação foi marcada por pouca capacidade de intervenção no momento da implantação do Parque.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana durante todo o ano de 2005 e 2007 foi notícia nos jornais e, sempre, em seu bojo o enfoque político-partidário. Fosse por um teor mais irônico “[...] na Amazônia a mata é destruída pela moto serra. Aqui em Sergipe é o Machado quem deseja o fim da Serra de Itabaiana” (ECOLOGIA, 2005b, p. A), ou acusatório (João Alves Filho, JOÃO..., 2006, nr. 10.178).

Nesta notícia o governador João Alves Filho acusava o IBAMA de retaliação ao inviabilizar o projeto Nova Califórnia do governo

do estado. Ainda segundo o governador, a criação foi um interesse político ideológico do PT e condenou o órgão. A homologia do campo político, então, passou a interferir no campo socioambiental da Serra de Itabaiana.

As diversas manchetes mostravam como a institucionalização estava repercutindo no estado: “Desemprego na Serra de Itabaiana”; “Criação do Parque está sendo um fantasma na vida dos trabalhadores na região do agreste”; “Projeto do Governo Federal vai gerar 46 mil desempregos em Sergipe” (DESEMPREGO..., 2005, p. A-5). “Machado trata sobre Parque Nacional” (MACHADO..., 2006, p. C-4).

A institucionalização do PARNASI sob a ótica dos atores sociais

Para melhor contextualizar o momento da institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana, foi considerada a percepção dos atores sociais envolvidos diretamente neste processo.

Assim, os primeiros atores sociais que relataram suas percepções foram os analistas ambientais do IBAMA, Marleno Costa e Valdineide Barbosa de Santana. De acordo com eles, o Parque Nacional foi institucionalizado de forma pacífica e democrática. Para eles, o Parque Nacional ocorreu, exatamente, como determina o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). E a decisão da categoria de Parque Nacional teria sido respaldada nos estudos técnicos da biota, do meio físico e do meio socioeconômico e da percepção dos moradores e dos diversos usuários da Serra sobre a proposta de consolidação da Unidade de Conservação.

Para os analistas, a criação do Parque Nacional foi a concretização de um projeto inicial de muitos anos. O processo de institucionalização não foi para eles uma decisão imposta, vinda de Brasília, mas construída com a participação de todos os envolvidos para levantar alternativas.

Sobre a força decisória na implantação do Parque Nacional em Itabaiana, a analista atribuiu à soma dos diversos atores sociais entre representantes do poder local, do órgão do estado, da universidade e da comunidade local.

Durante os relatos orais dos analistas ambientais, uma esfera em particular bastante citada no processo de implantação foi a acadêmica. Para eles, a participação da universidade foi fundamental, uma vez que seus estudos possibilitaram que a categoria da Unidade de Conservação fosse escolhida como Parque Nacional.

A universidade foi representada pelo relato oral da professora e pesquisadora, Laura Jane Gomes, que participou na época do processo de criação do PARNASI. De acordo com a pesquisadora, a universidade participou do processo como promotora de pesquisas científicas realizadas na região.

A professora e pesquisadora avalia negativamente a política de criação de Unidade de Conservação no estado sem gerenciamento.

Bom, hoje, a atuação para criação de Unidades de Conservação está mais ampla, mas considero que estão criando muita unidade em áreas que, em minha opinião, não é prioritária para conservação. E outros são louváveis, mas ainda que o critério político tenha sido superior ao critério ambiental. Tem mais áreas importantes em Sergipe que deveria ter virado Unidade de Conservação, como a Serra da Miaba do que a Mata do Junco. Então, eu vejo que a atuação é mais política. Não existe um critério técnico ecológico que levasse de fato se está ou não conservando a biodiversidade. Daí alguns técnicos acabam agindo assim: “Ah, então se é assim vamos criar Unidades de Conservação onde o político quer e não onde deveria ser, mas pelo menos estamos criando uma Unidade de Conservação”. Eu não concordo com isso. Acho que deveria ter uma discussão mais profunda para de fato criar uma Unidade de Conservação em Sergipe (Entrevista, 2010).

Sobre o processo de institucionalização do PARNASI, Maria Mendonça, prefeita de Itabaiana na época, na posição de represen-

tante do poder local, relatou que a criação do parque foi importante para todos no município.

O Parque foi um sonho de todos os itabaianenses. Foi uma junção de forças que levaram a uma decisão do nosso presidente Lula em transformar a Serra de Itabaiana num Parque Nacional. Graças a Deus, que nós conseguimos, com muita luta, nós conquistamos esse sonho. Eu acho que a Serra transformada em Parque Nacional, ela vai ser muito mais bem cuidada do que como estava. Até que todos sejam indenizados e que este processo passe, não acontece num toque de mágica, mas eu tenho certeza que só o decreto de transformação do Parque Nacional já mudou muita coisa e isso é muito bom, muito importante, o nosso ambiente preservado, nós vamos ter o nosso oxigênio, toda a nossa condição de qualidade de vida na nossa área (Entrevista, 2010).

Apesar do processo de institucionalização do PARNASI não ter sido consolidado na época, o líder comunitário do Rio das Pedras, o “Seu Niciinho”, disse só observar pontos positivos. Apesar de declarar que não houve pontos negativos, nota-se outra perspectiva quando o entrevistado é questionado sobre uma mudança efetiva com o Parque Nacional. “Para mim não houve mudança não, ficou do mesmo jeito, porque não veio o que eles disseram que vinha que é o plano de manejo” (Seu Niciinho, 2010).

Ainda quando questionado sobre qual representação prevaleceu no processo decisório da implantação do parque, Verenilson Mesquita atribuiu ao governo Federal, por meio do IBAMA: “acho que ao pessoal do governo Federal. O IBAMA achou que devia preservar. A preservação não só da Serra, mas inclui também a Serra Comprida, Serra da Miaba e tem outra serra [...]”.

Outros atores entrevistados na etapa da pesquisa foram: Augusto César Santos, representante de cerâmica e olarias, e o gerente administrativo da cerâmica Santo Antônio (Noel), Luiz Carlos Silva.

Com base nas respostas cedidas à pesquisa pelos atores sociais que trabalham no ramo da cerâmica, percebe-se um nível de conhe-

cimento mais aprofundado nas questões ambientais e nas políticas públicas ambientais, que o líder comunitário do Rio das Pedras, Verenilson Mesquita, devido ao capital escolar e cultural que eles acumularam em sua trajetória de vida. Ainda, os dois entrevistados compartilham de opiniões semelhantes quanto ao processo de institucionalização do PARNASI.

Para eles, não houve discussão com a comunidade, tampouco mudança significativa para a região com a criação do PARNASI.

Analises dos discursos no processo de institucionalização do PARNASI

Todo campo político é formado por agentes detentores de poder, de uma ideologia e de uma crença. De acordo com Bourdieu (1997) o homem político tende a ser levado a investir no jogo por um interesse motivador chamado de *illusion*. Neste sentido, Silva (2005) coloca que quando o político luta por alguma causa o faz pelo poder ou com o poder. Ainda segundo ele, é por meio da ideologia que os homens constroem escolas, hospitais, mas também realizam atrocidades. Para Silva (2005), a ideologia que constrói é a mesma que desconstrói. Inevitavelmente, a ideologia toma parte nas discussões sobre o campo político.

A ideologia e suas formas de reprodução devem ser entendidas aqui pela visão de Bourdieu como “sistemas ideológicos”, “sistemas simbólicos”, “representações do mundo social”, “visões de mundo”, “discursos”; “história reificada”, deixando de lado as noções defendidas por Tracy ou Napoleão (SILVA, 2005).

Silva (2005) coloca que Bourdieu em sua noção de ideologia adota duas singularidades, a das ideias e a das representações, interiorizadas na noção de *habitus*. Este *habitus* funcionaria como uma mediação entre estrutura e prática. Silva (2005) acrescenta que, segundo o sociólogo Bourdieu, os *habitus* possibilitariam a elaboração

de estratégias pelos atores sociais. Para Bourdieu (SILVA, 2005), o *habitus* é o produto de toda experiência biográfica.

Assim, considerando que a produção ideológica para Bourdieu se relaciona à ideia e à representação, e que estas são construídas dentro da noção de *habitus*, sendo este, por sua vez, produto da trajetória social dos agentes dentro de determinado campo, pode-se dizer que os discursos que prevaleceram na institucionalização do PARNASI foram orientados pelas ações dos indivíduos ao longo de suas experiências biográficas. O discurso político enquanto ideologia seria a história acumulada ao longo dos anos nas coisas (SILVA, 2005).

Aos indivíduos as experiências lhe rendem saber, pensar e agir dentro do jogo, possibilitando prever as jogadas. As ações mobilizatórias poderiam ser entendidas como mecanismos estratégicos de convencimento para adesão a determinada ideologia.

Acredita-se que, percorrendo a linha de pensamento de que o discurso enquanto ideologia representa a visão de mundo do agente, é possível entender as representações políticas do PARNASI e os discursos que ali prevaleceram.

Assim, a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana deve ser compreendida como uma forma de atuação política. A política ambiental de implementação de Unidades de Conservação é o resultado das intervenções políticas. Sabe-se que todo campo político possui lutas simbólicas, posições distintas e interesses distintos. Toda ação política requer o domínio da articulação política, seja pela legitimidade das redes sociais, competência técnica ou por um prestígio já conquistado nas lutas simbólicas.

A criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana só foi possível mediante uma forte articulação político-partidária. O empenho de instituições detentoras do saber por si só não levariam a concretizar a mudança de escolha de Estação Ecológica para Parque Nacional,

mas o interesse político-partidário em conquistar esta mudança foi decisivo para aquela realidade.

Os agentes político-partidários motivados por um interesse procuraram fazer com que estes fossem realizados usando de recursos sociais e simbólicos. Na publicação jornalística do Jornal da Cidade de 24 de novembro de 2004, nº 9.720, p. A, a então prefeita de Itabaiana, Maria Mendonça, utiliza do seu recurso social e simbólico para mobilizar políticos para junto a ela lutarem pela criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARQUE I; PARQUE II, 2004, p. A).

Sobre o discurso proferido por Maria Mendonça, segundo Bourdieu, este só foi legitimado, pois os ouvintes levaram em consideração o prestígio social de quem estava reproduzindo-o. Assim, se fosse um agente de outra esfera, este correria o risco de não ser legitimado (BOURDIEU, 2007b, p. 15).

O discurso político para a criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana foi hegemônico devido ao efeito da “autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1998, p. 82).

A linguagem autorizada dos agentes político-partidários do PARNASI não foi legitimada somente pelo poder das palavras, mas pelo poder de quem a pronunciava. O agente que é legitimado possui um volume global de capital, dentre eles o simbólico, que o distingue dos demais. Assim, o porta-voz autorizado no contexto da criação do PARNASI pode ser representado por um agente superior aos outros agentes, mesmo que estes tenham participado das articulações político-partidárias de implementação de Unidades de Conservação. O perfil desse porta-voz é confirmado por Pierre Bourdieu:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (BOURDIEU, 1998, p.89)

Neste sentido, pode-se entender que o discurso hegemônico, ou seja, que prevaleceu na criação do PARNASI esteve na figura do superintendente do IBAMA, Márcio Macedo, sendo representado como o porta-voz autorizado mediante ao reconhecimento dos agentes inseridos no campo socioambiental do PARNASI. “Marcio foi uma figura determinante. Ele, com toda determinação se dispôs a nos ajudar [...]” (MENDONÇA, 2010).

Assim, entende-se nesta análise sobre o discurso que sua propriedade está na criação do PARNASI; a propriedade de quem pronuncia é representada por Márcio Macedo e a instituição que o autoriza a pronunciá-lo é o IBAMA.

O discurso legítimo, apesar de estar exercendo sua influência sobre a pessoa-alvo, mostra-se como se não estivesse ali. Assim, o discurso por vezes oculta seus reais interesses, tomando uma causa para justificar outra. No caso da criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, o discurso legitimado possuía um interesse político-partidário, mas foi entendido como um discurso ambientalista, sendo aceito pelos participantes. Dessa forma, o discurso que prevaleceu na criação do PARNASI foi duplamente magistral, pois foi professor no tom de evidência e esteve relacionado à autoridade universitária e política respaldada no volume de capital global, uma vez que Marcio Macedo possuía a retórica de ambientalista da linha do desenvolvimento sustentável e de militante petista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões sobre as relações de poder e conflitos socioambientais no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana - PARNASI, considera-se que ele foi estruturado de posições determinadas pela distribuição de diferentes tipos de recursos ou capital.

Através da análise das relações de poder no processo de institucionalização do PARNASI pelo acervo jornalístico impresso da época, foi possível reconstruir o momento histórico e constatar que a linguagem foi um dos principais instrumentos do poder simbólico, uma vez que através dela os interesses dos grupos dominantes foram transmitidos. Ainda que as lutas simbólicas tenham sido movidas no campo do interesse como teoriza o autor Pierre Bourdieu.

O trabalho de reconstrução histórica foi dividido em duas fases: a pré-institucionalização e pós-institucionalização. A primeira fase mostra um grupo dominante formado por agentes atuantes na carreira política-partidária, burocrática da administração pública e acadêmica, possuidores de capital político e escolar. Já na segunda fase, é possível observar a centralização dos discursos político-partidários dos atores sociais envolvidos. Nesta, dois aspectos chamavam a atenção da mídia impressa local: 1- especulação de desemprego em massa e fechamento de cerâmicas e olarias e 2- manifestações acusatórias de cunho político-partidário pelo Governo do Estado.

Após a pesquisa em jornais e análise do campo de forças, o trabalho partiu para as análises do processo pela ótica dos atores sociais. Nessa etapa da pesquisa, foram coletadas entrevistas com agentes atuantes na carreira político-partidária, burocrática da administração pública e acadêmica; representantes de cerâmicas e olarias e liderança comunitária. Com base nos relatos orais, todos manifestaram concordância na institucionalização do PARNASI e insatisfação com a não consolidação do parque com a não implementação do plano de manejo, previsto no SNUC.

Por fim, a última parte do trabalho considerou o contexto histórico da institucionalização e os relatos orais dos atores sociais envolvidos, traçando um paralelo com os conceitos teorizados por Pierre Bourdieu sobre a ideologia e as suas formas de reprodução, entendidas como: “sistemas ideológicos”, “sistemas simbólicos”,

“representações do mundo social”, “visões de mundo”, “discursos” e “história reificada”.

Assim, conclui-se que o discurso político para a criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana foi hegemônico. A linguagem autorizada dos agentes político-partidários do PARNASI não foi legitimada somente pelo poder das palavras, mas pelo poder de quem as pronunciava. Dessa forma, o trabalho alcançou seu principal objetivo: analisar a participação dos atores sociais envolvidos no processo de institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana - PARNASI, pela ótica da mídia local e percepção deles dentro do processo.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Lisboa: Difel. 2007b.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997.

IBAMA diz que reserva não vai prejudicar cerâmicas. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXIV, n. 9.987, 14 out. 2005, p. B-12.

IHLEN, Y. The Power of Social capital: adapting Bourdieu to the study of public relation. Norway: **Public Relation Review** - Elsevier, tradução nossa, 15 ago, 2005.

JOÃO acusa Ibama de promover retaliação. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXV, n. 10.178, 6 jun. 2006, p. s/n.

LEE, E. Rethinking power in public relations. Reino Unido: **Public Relation Review** - Elsevier, tradução nossa, 27 maio 2006.

MACHADO trata sobre Parque Nacional. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXV, n. 10.057, 7 jan. 2006, p. C-4.

MORALES, S. P. D. **Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE-Brasil**. São Cristóvão, 2011. 164 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós-graduação e Estudos do semi-árido. Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

ZANELLI, L. OLARIA terá que sair da Serra de Itabaiana. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXIV, n. 9.995, 23 e 24 out. 2005, p. B-3.

PARQUE I; PARQUE II. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXIII, n. 9.720, 24 nov. 2004, p. A.

SERRA de Itabaiana agora é Parque Nacional. **Correio de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 1.336, 10 e 11 jul. 2005, p. A-9.

SERRA de Itabaiana vira reserva; PARQUE; PARQUE da Serra de Itabaiana é criado. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXXIV, n. 9.889, 17 jun. 2005, p. A; B-1.

SILVA, J. O. da S. A produção de discursos políticos na visão de Pierre. **Revista Tempo da Ciência**, Paraná: UNIOESTE, v.12, n.23, p. 187-200, 2005.

SILVA, E. F. G. da; SANTOS, S. E. de B. **O Impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**. XV Encontro Nacional da ABRAPSO. Mídia, Comunicação, Linguagem e objetivações artísticas. Faculdade Integrada Tiradentes - FITS, ISSN: 1981-4321, Maceió, 2009.

OS OLEIROS E SEUS INTERLOCUTORES PRÓXIMOS: A PERCEPÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O TRABALHO NAS OLARIAS E NAS CERÂMICAS.

Gregorio Cerqueira Schettino

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fragmento da discussão desenvolvida na dissertação de mestrado em sociologia, cujo título é: “*Processos Identitários e a Recriação de Desigualdades Sociais no Entorno de uma Unidade de Conservação*”. O estudo se ocupou em entender como a criação da Unidade de Conservação (UC) “*Parque Nacional Serra de Itabaiana*” (PARNASI) alterou o trabalho de oleiros do Povoado Rio das Pedras, que se localiza no seu entorno e, mais precisamente, como essas alterações influenciam na dinâmica de formação das identidades desses trabalhadores.

Seu objeto empírico, portanto, foram as representações e valores sobre o trabalho de oleiros do povoado Rio das Pedras que fazem parte do processo de identificação desse grupo.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) foi criado por decreto presidencial em junho de 2005 e engloba as Serra de Itabaiana, Serra do Bauzinho, Serra de Cajaíba e Serra Comprida. A área se estende pelos limites municipais de Areia Branca, Itabaiana, La-

ranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Campo do Brito e Malhador (MMA, 2011), no interior do estado de Sergipe.

No entorno do PARNASI se encontram diversas residências, fazendas e povoados. Com a criação do Parque, foi introduzida na localidade uma nova regulação aos usos dos recursos naturais da área, o que alterou algumas das atividades laborais e a relação da população do entorno com a natureza.

A criação do PARNASI foi marcada por conflitos e tensões na região, entre os órgãos públicos envolvidos na sua implementação e as comunidades de seu entorno, sobretudo as indústrias cerâmicas. Essa tensão aparece nos trabalhos de Ennes (2010), Schettino *et al* (2009) e Ennes *et al* (2009)¹, que teve como um dos temas de investigação os impactos simbólicos causados pelo Parque nas comunidades do entorno.

A escolha do povoado Rio das Pedras como recorte empírico do estudo se deu por dois motivos. Primeiro, por ser uma região que concentra a maior parte de olarias e cerâmicas do entorno do Parque, grupos estes que se manifestaram contra a criação da unidade em 2005. Segundo, por este povoado já ser estudado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa: Processos Identitários e Poder (GEPPIP) desde 2007, havendo estudos e levantamento de dados anteriores sobre a comunidade.

Neste capítulo, as identidades são entendidas como elementos inacabados que produzem pertencimentos e alteridade entre indivíduos e grupos sociais, orientando-os dentro da organização social. São compreendidas como relacionais por serem produtos das relações sociais, suscetíveis a mudanças a depender dos seus contextos. Desse modo, é utilizado neste trabalho o conceito de processos

1 Todos produzidos pelo grupo de pesquisa “Processos Identitários e Poder” (GEPPIP), Grupo vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS) Coordenado pelo Professor Dr. Marcelo A. Ennes.

identitários, por conseguir sintetizar e operacionalizar autores que trabalham a identidade como processos inacabados e como expressão de relações de poder (ENNES & MARCON, 2014).

Há quatro pontos recorrentes referentes ao estudo de identidades na perspectiva dos processos identitários que são indispensáveis à sua compreensão segundo Ennes & Marcon (2014). O primeiro são os atores envolvidos, no caso, os oleiros, como os demais atores com quem se relacionam, tais como membros da comunidade, agentes do estado, donos de cerâmicas; o segundo corresponde às leis e às normas oficiais ou não que regulam as relações entre esses atores sociais; o terceiro ponto a ser destacado seriam as relações de poder, sempre assimétricas, inseridas nas relações sociais e, por fim, o contexto ou meio social em que o grupo social estudado se encontra (ENNES & MARCON, 2014).

Para que fosse possível analisar a relação de trabalho no povoado Rio das Pedras conciliando com a perspectiva de identidade como processo, foi necessária a utilização de uma literatura contemporânea acerca da discussão de identidades e trabalho. Para tal, além do conceito de processos identitários, foram movidos teóricos como Claude Dubar, Richard Sennett e Ricardo Antunes, que tratam a relação identidades e trabalho na contemporaneidade.

Assim, primeiramente, foram utilizados os conceitos de processos identitários em diálogos com os conceitos de hibridismo, interculturalidade e trabalho. Em seguida, buscou-se apreender os quatro pontos apontados por Ennes & Marcon (2014).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram usados métodos qualitativos, pois são os mais apropriados para responder perguntas sobre “o como” e/ou entender o processo pelo qual tal fenômeno ocorre (CAMPBELL & KATONA, 1978). Entretanto, o estudo qualitativo não exclui o uso de dados quantitativos, o estudo qualitativo pode mesclar dados probabilísticos e não probabilísticos.

Os instrumentos de coletas de dados primários foram as entrevistas e a observação direta (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992) por meio da participação nas reuniões promovidas pelo GEPIIP com as associações de moradores dos povoados do entorno do Parque. Foi também empreendida a coleta de dados secundários em órgãos públicos.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas seguindo um roteiro com algumas questões de partida sobre os temas de interesse do pesquisador. Foi deixado que o entrevistado falasse à vontade, sem grandes intervenções do entrevistador, apenas para que o assunto chegasse aos temas de interesse (KANDEL, 1980).

O trabalho se justificou por poder corroborar para melhor entender os conflitos entre o PARNASI e a comunidade local e, de certa forma, conflitos nas demais UC's de outras regiões do país e suas respectivas comunidades locais. Além de que muitas pesquisas abarcam a perspectiva de impactos ocasionados nas UC's pelas comunidades, mas ainda são escassas as pesquisas que verifiquem a influência das UC's no processo de identificação das comunidades. O estudo das relações envolvendo comunidades do entorno de UC's e suas implicações no mundo simbólico contribuem para formar um conjunto de dados que podem alimentar as discussões acerca dos efeitos de UC's na sociedade.

O TRABALHO NAS OLARIAS NO POVOADO RIO DAS PEDRAS.

A atividade de oleiro é considerada a manufatura mais antiga, cuja origem remonta a aproximadamente 10 a 15 mil anos. Vários são os impactos ambientais no processo de fabricação, os principais são a retirada de argila nas margens dos rios causando erosão, assoreamento, desmatamento da mata ciliar, retirada de madeira para alimentar os fornos e a fumaça (PERNANBUÇO, 2010).

As olarias da região do PARNASI produzem tijolos e telhas em pequena escala através de uma produção manufatureira. Concentram-se principalmente no povoado Rio das Pedras. O estabelecimento no local se deu na década de 1950, essas foram atraídas pelos recursos naturais abundantes na região, em especial madeira e argila (MENDONÇA, 2012), ou seja, é uma atividade relativamente nova na área.

Atualmente, atendem, na maioria das vezes, demanda das proximidades, pois segundo um dos oleiros, em entrevista, a baixa qualidade dos seus produtos e a pequena quantidade de produção são impedimentos para comercialização com empresas de construção civil.

Os trabalhadores em geral são os proprietários e seus familiares, apenas algumas olarias maiores usam mão de obra externa. Existem olarias que funcionam apenas com o trabalho do proprietário, sendo próximas à residência da família do proprietário ou no quintal das mesmas. Geralmente o barro usado na mistura é tirado do próprio terreno onde se localiza a olaria e a residência. As casas são residências simples e os oleiros possuem apenas os níveis iniciais de escolaridade.

Não possuem registros de funcionamento junto a órgãos públicos e nenhum trabalhador tem sua carteira registrada, tampouco equipamentos de proteção individual (EPI) ou qualquer medida de segurança contra acidentes, apesar da insalubridade do local. Destaca-se, ainda, que as olarias funcionam na informalidade e seus trabalhadores são desprovidos do amparo das leis trabalhistas.

Com o quadro de exclusão e de informalidade, os oleiros passaram a ter seu trabalho visto como ilegal por órgãos ambientais, fato esse acentuando ainda mais a desvalorização e exclusão da atividade.

Para Mendonça (2012), as olarias não possuem recursos suficientes para se posicionar diante dos novos cenários, como as restrições ambientais, existindo inclusive uma saída de olarias da região.

No trabalho de Schettino *et al* (2009), foram catalogadas 20 olarias em Rio das Pedras; já em Mendonça (2012), contam-se apenas 16 olarias na mesma localidade. Uma das entrevistas com *Seu Tomás*, oleiro da região, afirmou que o futuro das olarias é acabar e que muitas delas fecharam nos últimos anos.

Essa diminuição não pode ser vista como uma consequência exclusivamente relacionada à criação do Parque, mesmo que este tenha mudado a forma como as olarias buscam seus insumos. No entanto, a pesquisa que deu origem a esse artigo aponta que um conjunto de alterações produz empecilhos para as atividades de oleiro, mas tais atividades não desaparecem por completo devido a um único motivo: as olarias geram trabalho e renda para uma população sem qualificação formal e marginalizada.

Descrição do Processo Produtivo das Olarias

Este tópico é uma descrição do funcionamento e do trabalho nas olarias do povoado de Rio das Pedras. A descrição é realizada pela fala dos oleiros e se torna importante para revelar em que consistem os processos envolvidos no trabalho nas olarias discutidos nesse estudo, como essa narrativa já aparece certos valores e conflitos dos oleiros ao descrever sua atividade e dificuldades. O que os oleiros entendem pelo que eles fazem também perpassa seus pensamentos sobre o que eles são.

Na região, existem dois tipos de olarias com produtos e consecutivamente com características de produção diferentes. Um tipo de olaria é a que produz telhas e possui um processo mais complexo; já o segundo se destina à produção de tijolos ou também chamados de “tijolinhos” e geralmente é realizado com apenas um trabalhador.

Olarias de telhas

As olarias de telhas produzem exclusivamente telhas que são comercializadas na região de Itabaiana - e proximidades - e na zona metropolitana de Aracaju. O processo de produção tem início com a preparação da argila, que é colocada dentro de uma máquina para ser triturada. Essa atividade denominada por eles de “*marombando*” é considerada pesada pelos entrevistados, daí justificaram a presença predominantemente masculina.

Da argila triturada, é feita uma massa que será colocada por um trabalhador (com uma pá ou enxada) em uma segunda máquina, conhecida por alope, de onde sai no formato de telha. Um segundo trabalhador corta a telha e as defeituosas voltam para a massa. Esse trabalho também é feito por homens mais velhos, mas segundo a *Dona Simone*, que trabalha nas olarias da família, já existe uma mulher na região que atua nessas atividades, consideradas mais pesadas ou masculinas, em outra olaria.

Quando a telha é cortada, um terceiro trabalhador a retira com uma espátula apropriada e a coloca nas “estantes”, onde deve ficar para secar. A atividade de tirar a telha da máquina é realizada por aproximadamente sete trabalhadores. Há predominância de mulheres nesta atividade, mas também homens jovens com menos de vinte anos. Este trabalho é visto como mais leve pelos interlocutores, ganham em torno de sete reais pelo dia de trabalho, que vai das sete horas da manhã até meio-dia. Depois de secarem as telhas, seguem para a fornalha, onde são postas para a “queima”. Depois são retiradas e armazenadas para a venda ou vão direto para os caminhões.

A atividade de colocar as telhas nas estantes era realizada por menores, mulheres e parentes dos oleiros, mas, com a fiscalização contra o trabalho infantil, os oleiros tiveram que buscar outras fontes de mão de obra. Basicamente a mão de obra das olarias é composta por familiares dos oleiros como filhos, primos, tios, es-

posa, nora, genro ou vizinhos. Devido ao caráter familiar das olarias, sempre houve trabalho de mulheres parentes dos oleiros nas olarias. Entretanto, existe um aumento da participação de mulheres não parentes dos oleiros na produção de telha. Desde atividades de colocar telhas, mas, também existe o avanço do trabalho feminino nas atividades consideradas mais pesadas, que eram exclusivamente masculinas como, por exemplo, “*a maromba*”.

O trabalho familiar aparece nas entrevistas como característica das olarias, fazendo parte de seu imaginário tanto na fala dos moradores do povoado, dos ceramistas, como dos próprios oleiros. A imagem da olaria é de trabalho em família para o sustento da mesma e a presença de amigos também marca a fala dos oleiros, inclusive, como um ponto positivo deste trabalho. Tanto é que aparece como desejo de continuidade dos filhos a atividade, pelo menos em um depoimento, o de *Dona Simone*.

Nos depoimentos dos oleiros, um dos principais problemas levantados se refere à dificuldade de encontrar mão de obra interessada no trabalho das olarias. O desinteresse por esse tipo de atividade para os oleiros se explica pelos baixos salários, não poderem assinar a carteira como as cerâmicas e porque o homem jovem não tem interesse nesse tipo de trabalho, “só querem beber e farrear”. A mulher jovem é vista, por alguns entrevistados, como mais interessada em trabalho nas olarias, mesmo quando solteiras e sem filhos. Para os interlocutores, isso explicaria o porquê das mulheres ocuparem atualmente funções na localidade que era exclusivamente masculina.

Entretanto, podemos entender que a ocupação das mulheres se deve não somente pelo desinteresse do homem, como também pela possibilidade de fuga do homem ao trabalho mais precarizado. O desinteresse do homem é, assim, consequência e não causa. O trabalho do homem na localidade acaba por ser mais valorizado, além de não possuir restrições quanto ao tipo de trabalho, por exemplo, ser motorista de caminhão é uma alternativa exclusivamente mas-

culina na localidade. Deste modo, possibilita ao homem melhores meios de escapar da precarização do trabalho. Então o crescimento da atuação da mulher nas olarias pode ser visto como sinal da desvalorização do trabalho nas olarias. Ricardo Antunes (2009) já coloca que o crescimento da atuação feminina no trabalho operário é uma característica de uma busca por mão de obra mais barata.

Olarias de tijolos

As olarias de tijolos produzem, exclusivamente, tijolos e, em geral, funcionam com poucos funcionários (de um a três trabalhadores), sendo, muitas vezes, um deles o próprio proprietário. É um processo produtivo que envolve poucas etapas e produz em volume menor do que nas olarias de telhas. Como as olarias de tijolos se encontram fora do PARNASI, não sofrem complicações por uso de barro da vizinhança. Muitas olarias utilizam do barro do próprio sítio onde se localizam como parte dos insumos para a fabricação das telhas ou tijolos. A residência vizinha da olaria também é outra característica recorrente

Um exemplo de olarias que trabalham com tijolos é a Olaria que *Seu Carlos* toma conta, além dele mais duas pessoas trabalham lá, um senhor e uma moça, o proprietário não trabalha na olaria e possui outra olaria, ambas deixadas sob os cuidados de *Seu Carlos*. Essa olaria extrai barro do próprio sítio em que funciona e se localiza fora dos limites do PARNASI, logo não sofre interferência do ICMBio quanto a extração de argila.

Dividir o espaço de residência com o do trabalho, com vizinhos e familiares, mostra a relação estreita entre o tempo e local do trabalho e o tempo livre e local de residência. Sennett (2010) lembra que um dos primeiros rompimentos da modernidade com as formas de produção tradicionais foi a separação do local de trabalho do local de residência. A união dos locais de trabalho e de residência pode ser vista como um resquício do mundo tradicional, que é muito

comum nas atividades agrícolas de sítios, que também são atividades comuns no povoado Rio das Pedras.

O primeiro passo do processo produtivo é preparar a massa, que é feita com o barro, água e o “celão”, nome dado à argila própria para essas atividades. Depois, a massa é colocada em uma fôrma e pressionada. Os oleiros chamam esse processo de “bate tijolo”, em que é prensado um ou dois tijolos por vez. No momento seguinte, o tijolo deve secar na sombra. Quando secos, são postos na fornalha para o que eles chamam de “queima”.

As duas primeiras olarias de tijolos onde foram realizadas entrevistas funcionavam no fundo da casa dos proprietários e contavam exclusivamente com o trabalho de seus proprietários, ou seja, não envolviam nenhuma outra pessoa na fabricação, nem parentes. Entretanto, na última olaria de tijolos havia três funcionários, uma mulher e um senhor na produção e um terceiro que tomava conta dessa olaria e de mais uma, sendo todas elas pertencentes ao mesmo proprietário.

Essa última olaria tinha como clientes principais as cerâmicas da região de Maceió e Arapiraca, que usam os tijolinhos para construir e aumentar os fornos industriais para a “queima” dos blocos. A demanda de tijolos era de mais de 300 mil para essas indústrias. As cerâmicas da região de Rio das Pedras que foram entrevistadas fazem seus próprios tijolos para construir suas fornalhas.

A primeira cerâmica que usamos para entrevista, era de propriedade de um senhor por volta de 30 anos de idade, antes da cerâmica possuía uma olaria de tijolos e, há apenas dois anos, transformou a olaria de tijolos em uma cerâmica para produção de blocos.

Existem duas realidades as duas primeiras olarias de tijolos, onde os proprietários trabalham sozinhos e para se sustentarem, dos casos seguintes onde um oleiro é dono de duas olarias e o segundo que transformou sua olaria em cerâmica há dois anos. Ape-

sar de estarem/estiveram na mesma atividade em condições semelhantes, possuem atualmente situações econômicas diferentes. O que pode apontar que a criação do Parque isoladamente não foi um impedimento para o crescimento de olarias na região. Existem outras relações de ordem econômica e mercadológica, desigualdade e desconectividade, além de elementos particulares que explicariam as alterações e desigualdades entre as olarias.

As Cerâmicas

As cerâmicas são indústrias que produzem exclusivamente bloco e não competem diretamente com as olarias, já que produzem telhas e tijolos. Algumas contam apenas com seis funcionários e outras com aproximadamente 60 pessoas. Funcionam em espaço muito maior que os das olarias, pagam impostos e assinam as carteiras de trabalho de todos os funcionários, diferentemente das olarias, que não possuem registros e o trabalho ocorre na informalidade. Esta diferenciação aparece na fala dos ceramistas, oleiros e dos moradores.

O processo produtivo se assemelha ao das olarias de telhas, mas em escala industrial. Primeiro, é feita a massa com um barro preto (que não serve para telhas) e o celão. No segundo momento, a massa é colocada na máquina, por onde sai na forma do bloco, sendo que a máquina corta a massa já no tamanho do bloco. Na terceira etapa, os trabalhadores verificam se o bloco está sem defeitos. Caso estejam danificados, retornam à máquina por uma esteira; caso estejam sem defeitos, são tirados pelos trabalhadores e colocados em carrinhos que são empurrados manualmente até o local adequado para secarem e serem empilhados. Depois de secos, vão para um grande forno industrial feito também de tijolos.

A estrutura industrial já é um marco de diferenciação entre as cerâmicas e as olarias, que possuem estrutura rudimentar. O ambiente onde é realizado o trabalho funciona como um demarcador identitário, que vai se somando a outras demarcações identitárias.

O principal atrativo para o trabalho nas cerâmicas é a possibilidade de ter a carteira assinada. Entretanto, na entrevista com *Seu Henrique*, gestor de uma delas, verificou-se que há dificuldade para conseguir trabalhadores “interessados de verdade no trabalho”. Segundo o gerente, muitos trabalhadores só trabalham seis meses para pegar os benefícios, depois começariam a trabalhar mal para serem demitidos e ficarem com o seguro desemprego depois procuraram emprego em outras cerâmicas. Uma alternativa apontada por *Seu Henrique* é buscar mão de obra no campo, pessoas que já trabalharam com lavoura, pois dão mais valor já que vêm de um trabalho mais difícil. Para ele, muitos só querem saber de “farra” depoimento semelhante ao de *Dona Simone*, que fala sobre a dificuldade de conseguir trabalhador nas olarias, pois acredita que muitos jovens só querem saber de beber e “ficar à toa”.

O trabalho das cerâmicas também apresenta desvantagens. O depoimento de *Seu Carlos*, um rapaz que já trabalhou nas cerâmicas, mas voltou para as olarias, afirma que, por ser um trabalho muito puxado, deixou as cerâmicas, pois tinha que ir meia noite no caminhão até Maceió descarregar os blocos e voltar antes do meio dia, tendo que voltar a trabalhar às duas horas da tarde, além de trabalhar aos sábados e domingos.

Podemos, a partir de relatos de *Seu Carlos*, colocar que o trabalho da cerâmica pode ser tão ou mais exaustivo que o da olaria. Assim, não se pode atribuir à desistência do trabalhador de cerâmicas a simples má vontade citada por demais entrevistados. Outros fatores também interferem na relação trabalhadores e cerâmicas, como possíveis desgastes e/ou outras desmotivações, mesmo que as cerâmicas assinem a carteira. As cerâmicas também acabam tendo necessidades de buscar trabalhadores interessados e, para isso, voltam-se àqueles da lavoura que vivem em uma situação de trabalho mais pesado, segundo os moradores da localidade nas entrevistas.

VISÃO DOS INTERLOCUTORES MAIS PRÓXIMOS

Nessa pesquisa, entendemos por interlocutores mais próximos os moradores e ceramistas do povoado Rio das Pedras, além dos representantes dos órgãos ambientais envolvidos na fiscalização das atividades dos oleiros que, no caso, são: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

A diferença percebida pelos grupos envolvidos entre o trabalho irregular nas olarias e o regular nas cerâmicas é de extrema importância para se pensar a dinâmica identitária, que é feita constantemente a partir da alteridade. Muito das falas dos interlocutores sobre representações e valores envolvendo o trabalho nas olarias passa pela situação de irregularidade e de marginalidade vinculados à imagem do trabalho das olarias.

Na visão dos moradores, as olarias e as cerâmicas são importantes para o povoado porque trazem trabalho e renda para a população da região, em especial para aqueles que não possuem capacitação (inclusive acreditam ser esse o motivo de existir migração local). Alguns depoimentos revelam essa forma de pensar. *Dona Carla*, moradora do povoado, quando perguntada sobre o que acha do trabalho na olaria, respondeu que *“Pra mim não é bom, mas é um meio de vida principalmente aqui no povoado. [...] se acabar as cerâmicas acaba com o trabalho, inclusive meu marido que é caminhoneiro nas cerâmicas”*.

Essa visão aparece também em outras entrevistas como a de *Dona Catarina*, outra moradora, quando falou o que achava do trabalho nas olarias *“É bom, importante, pra quem não estudou é bom, sou contra não falar a verdade”*. Ou no depoimento de *Dona Mercedes*, moradora do povoado, *“dá emprego, é bom se você não tem estudo para um serviço bom, é o único que tem”* e *“a sorte da popu-*

lação são as olarias e cerâmicas. Se fechar as cerâmicas e as olarias, vai muita gente morrer de fome. Porque ninguém sabe trabalhar de outra coisa” ou de *Dona Anna*, mais uma moradora, *“As cerâmicas e olarias são uma maravilha”*. De forma semelhante, *Seu Cláudio*, outro morador, afirmou que o trabalho das olarias é positivo *“Eu acho bom porque é o desenvolvimento aqui da região de Rio das Pedras... é uma sobrevivência daqui... quase todo mundo por aqui trabalha com isso”*.

Os moradores entrevistados estão sempre ligando o desenvolvimento local e oportunidades para pessoas menos favorecidas socioeconomicamente às olarias e cerâmicas. O trabalho na olaria não é visto como um ótimo emprego, como apareceu na fala de *Dona Carla* quando diz que *“não é bom pra mim, mas para a comunidade”* ou na fala de *Dona Mercedes*, ao dizer que *“é bom para quem não tem como conseguir um emprego bom não ficar sem renda”*. O trabalho da olaria se aproxima com o da lavoura, só que pequenos avanços ou vantagens, como uma ação de subsistência para pessoas sem capacitação e sem alternativa, um dos valores do trabalho na olaria e da lavoura para os interlocutores é uma forma de gerar sustento para os mais marginalizados socioeconomicamente.

As olarias e cerâmicas são entendidas pelos interlocutores - tanto moradores quanto por ceramistas - como diferentes. As cerâmicas são indústrias e as olarias são atividades de subsistência, esse é o principal marco diferenciador/identitário entre os dois grupos, é um pensamento compartilhado pelos moradores, ceramistas e os órgãos governamentais. Exatamente pelo caráter industrial, são cobradas pelos órgãos públicos medidas trabalhistas, ambientais e fiscais. As olarias são tidas como atividades de subsistência pela gestão pública. A prefeitura não cobra impostos destes e a ADEMA e o ICMBio não interdita suas atividades mesmo que não possuam documentação comprovando origem dos insumos.

Em entrevista, o Sr. Marleno, gestor da unidade, afirma que as olarias causam baixo impacto nas regiões fora do Parque ou no en-

torno, e que os carroceiros que exploravam a argila dentro do Parque praticamente sumiram. Não existiriam maiores conflitos entre o Parque e os oleiros e até mesmo ceramistas. Por ser uma ação de subsistência, entende-se pelos interlocutores que o impacto ambiental produzido pelas olarias é baixo ou nulo, o que justificaria a ausência de penalidades.

Sr. Leão, coordenador de fiscalização da ADEMA, afirmou também saber da situação de irregularidade das olarias tanto de usos de materiais sem procedências quanto da poluição ocasionada pelas chaminés das fornalhas, mas para ele *“as olarias são do tempo do índio”* e que *“olaria não tem jeito”*, ou seja, o Sr. Leão vê às olarias como uma atividade familiar ligada à pobreza ao afirmar que *“bate tijolo para comer”*. De modo que, para ele, não há como elas se regularizarem *“não tem solução ambiental, l ou fecha ou deixa do jeito que está”*, pois a regularização exigiria tecnologia cara, logo a ADEMA não impede o funcionamento das olarias por se tratar de uma atividade de subsistência.

A prefeitura de Itabaiana, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público não exigem das olarias registro, pagamento de impostos e direitos trabalhistas pelos mesmos motivos que o Sr. Leão colocou, por se tratar de uma atividade de subsistência. Na visão dos representantes do ICMBio e da ADEMA, as olarias não são grandes causadoras de impactos ambientais, mas principalmente são grupos de trabalhadores de subsistência dos quais o estado não tem como cobrar uma adequação de suas atividades, o que se aplica também aos outros órgãos de fiscalização pública.

VISÃO DOS OLEIROS

A partir das entrevistas com os oleiros, podemos perceber um duplo movimento nas relações de valor que orientam o trabalho dos oleiros. Primeiro compartilham da visão dos demais interlocutores

sobre seu trabalho. Um trabalho de subsistência informal realizado por necessidade, ligado à ideia de pobreza, analfabetismo e exclusão que, no entanto, não ocasiona impactos relevantes à região protegida das serras. O segundo movimento vê o trabalho como seguro, valorizando “o saber fazer” que compõe sua atividade. Existe o risco do desemprego, mas o conhecimento daquela atividade lhes permite escapar do desemprego.

Na fala dos oleiros, a ideia de exclusão aparece em vários relatos nos quais afirmam que gostariam de fazer alguma outra coisa, mas acreditam que não teriam condições, como diz *Seu Nestor*: “*Não vão me dá um trabalho de carteira assinada*” “*Agora não dá mais é só esperar para me aposentar*”; ou de *Seu Ricardo*: “*tenho vontade de mudar, mas fazer o quê*” ou ainda de *Seu Tomás* “*Trabalho, pois não tem outro jeito de comer*”, “*não tem outro trabalho*”.

Segundo os oleiros, existem vantagens e valores positivos no trabalho das olarias. O primeiro ponto é a estabilidade, como no relato de *Seu Carlos*, que afirmou não ter dificuldade para achar comprador e de *Seu Nestor*, ao afirmar que gosta do seu trabalho porque não falta serviço. Assim, apesar dos pesares, foi o domínio da técnica de olaria que lhes proporcionou a estabilidade diante do risco de ficar desempregado.

Trabalhar com amigos e parentes de forma descontraída e informal também aparece como positivo nos depoimentos. *Dona Simone*, por exemplo, relata que gosta do trabalho por poder se reunir com os amigos e conversar. Para *Seu Carlos*, um dos motivos pelos quais não gostava do tempo de trabalhar nas cerâmicas foi a pressão que o gerente fazia. Para ele era “[...] *um enjoo, o gerente toda hora no pé querendo que faça coisa[...]*”. O modo de produção informal acaba sendo mais um ponto positivo no trabalho da olaria.

Outro ponto positivo que aparece nas entrevistas é o trabalho na olaria como mais “leve” que o trabalho do campo ou nas cerâmicas. Como diz *Dona Simone*, que trabalha na olaria “*O trabalho não*

é *pesado pra mim*” ou *Dona Mercedes*, que diz preferir o trabalho na olaria ao campo. Um dos discursos dos interlocutores justifica a ausência do trabalho de mulheres na linha de produção exatamente por esse trabalho ser visto como mais pesado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi apresentado de forma parcial o trabalho de oleiro que ocorre dentro do povoado, as diferenças entre olarias de telha e de tijolo, bem como entre estas e as cerâmicas, além do discurso de diferenciação e similaridades que aparece nas falas dos diferentes interlocutores. Tais discursos e falas ilustraram e contribuíram para entender o jogo de relações entre as ideias que orientam os processos identitários.

O trabalho na olaria aparece com o das cerâmicas nos relatos dos moradores do povoado como um dos causadores do seu desenvolvimento em relação a outras localidades. Logo, para os moradores, o trabalho nas olarias é visto como de atividade de subsistência, que gera renda à população carente e ajuda a desenvolver o povoado.

Entretanto, é um trabalho que não é visto como o ideal, uma vez que as pessoas almejam trabalhar em ofícios com maior remuneração. Os principais fatores da desvalorização são o baixo retorno financeiro e a impossibilidade de acesso à carteira de trabalho. A questão ambiental não aparece como elemento central que desvalorize o ofício diante dos moradores.

A imagem que os oleiros possuem do seu trabalho também não alterou consideravelmente em relação a visão dos demais interlocutores possuem sobre o trabalho na olaria. Percebem como sendo um trabalho de subsistência informal realizado por necessidade, ligado à ideia de pobreza e exclusão que, no entanto, não ocasiona impactos relevantes à região protegida das serras. Entretanto, os

oleiros reconhecem o trabalho como seguro, pois sempre conseguem clientela, apesar de todas as dificuldades.

A diferença apontada entre olarias e cerâmicas pelos interlocutores é anterior à criação do parque. Podemos dizer que existe uma acentuação dessa diferenciação ao se acrescentarem as regras em conformidade com a legislação ambiental, mas o PARNASI não pode ser visto como único causador da situação de marginalidade que os indivíduos vinculam ao trabalho do oleiro. O PARNASI alterou o trabalho das olarias, mas não criou a marginalização, aprofundou-a enquanto parte de um processo da modernidade, acentuando uma marginalização já existente.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negociação do Trabalho**. 2º ed. 10º reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009, SP.
- CAMPBELL, A. & KATONA, G. La Encuesta por Muestreo: Una Técnica para La Investigación en Ciencias Sociales. In: FESTINGER & KATZ. (org). **Los Métodos de investigación en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires. 1978, Cap. 1, 31 - 66.
- ENNES, M. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. **Cadernos CERU**. São Paulo, v. 21, p. 129-143, 2010.
- ENNES, M. A & MARCON, F. N. Das Identidades aos Processos Identitários: Repensando Conexões entre Cultura e Poder. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr, p. 274-305, 2014.
- ENNES, M. A.; NASCIMENTO, L. M. B.; OLIVEIRA, M. S. “Arrancar Inhame”: Entre a Ilegalidade e a resistência. **Ciência Plena**. v. 5, p. 2-8, 2009.
- KANDEL, L. Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião. In: THIOLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Poli, 1980, Cap. 3, p. 169- 189, SP.
- MENDONÇA, M, M. (DES/RE) **Territorialização e Questão Ambiental Olarias e Cerâmicas no Contexto da Criação do Parque Nacional “Serra de Itabaiana/SE”**. Aracaju, SE, 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRO-DEMA), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Relatório consulta unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Disponível: < <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119&idConteudo=9677&idMenu=11809>> Acessado em março de 2011.

PERNANBUCO. **O Setor Ceramista e o Meio Ambiente: Guia Prático de Licenciamento Ambiental**. Recife: SECTMA, 2010.

QUIVY, R. & VAM CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais..** Lisboa: Gradiva, 1992.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, RJ.

SCHETTINO, S. C.; ENNES, M. A.; BASTOS, I. A. H. **A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade no Povoado Mundés**. Anais do Congresso Brasileiro de Ecologia. São Lourenço, set 2009.

MUSEU DA GENTE SERGIPANA CONSUMO CULTURAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Mirtes Rose Menezes da Conceição

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma parte do trabalho dissertativo exigido para a obtenção do título de mestre em Sociologia e intitulado “*Construindo uma identidade: um download no Museu da Gente Sergipana*”. O objetivo do trabalho, de uma forma geral, foi analisar a construção de uma identidade a partir da concepção do acervo de um museu e, dentre outros: compreender como o acervo do museu está disposto e foi concebido; analisar a representatividade do museu para seus visitantes e verificar o consumo cultural produzido com a visita aos ambientes no museu, sendo este último elemento principal deste trabalho.

O objeto de pesquisa é o Museu da Gente Sergipana, criado a partir de um discurso que serviria de instrumento para elevar a autoestima do sergipano. O referido museu foi inaugurado no dia 26 de novembro de 2011 e aberto ao público no dia 06 de dezembro do mesmo ano. Seus mantenedores são o Banco do Estado de Sergipe (BANESE), Banese Seguros (seguradora) e Banese Card (cartão de crédito). A princípio, chamar-se-ia Centro Cultural Banese, e as informações a respeito do seu acervo foram extraídas depois da realização do I Fórum da Sergipanidade, que teve como tema “Cons-

truindo a Sergipanidade” e foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2010. Foi instalado no prédio que pertenceu ao colégio Atheneu Pedro II, no centro de Aracaju/SE.

A realização desta pesquisa se justifica por tentar compreender os motivos que levaram à construção de um museu que tivesse como temática a identidade de um povo. Além disso, é efetivada em um momento em que as Ciências Sociais já discutem a crise dessas identidades. A esse respeito, questiona Hall (2011): quem precisa delas? Para que e para quem servem? Ou estão a serviço do quê? E, no caso do nosso objeto, por que foi representada de forma tão “perfeita”?

Durante um ano e meio, e por ter contato e considerar relevantes os comentários dos visitantes, pôde-se com tranquilidade levantar dados e colher informações e depoimentos que foram sendo desenvolvidos ao longo da pesquisa. Dessa maneira, *“Construindo uma identidade: um download no Museu da Gente Sergipana”* sugere análises sobre as identidades, principalmente as identidades legitimadas a partir de instituições que reforçam as relações de poder advindas, principalmente, das políticas de afirmação de identidades criadas pelo poder público.

A escolha do objeto “Museu da Gente” não se deu de forma aleatória, mas por se tratar de uma instituição formulada para lidar com a temática sobre identidade. Posto isso, para a operacionalização desta pesquisa, adotou-se o método de análise qualitativo. Em um universo de milhares de visitantes, fizemos escolha pela participação observante (ou seria observação participante?), uma vez que a autora deste trabalho fazia parte do corpo funcional da instituição. Para este trabalho, exclusivamente, foi feita a análise documental através do livro de registros do museu, o que possibilitou a coleta de depoimentos que contribuíram para a análise da construção de identidades. Ressaltamos ainda que, para alcançarmos melhor desempenho e resultados, fizemos um exercício de afastamento do objeto a partir do desenvolvimento, ao longo da realização desta

pesquisa, da neutralidade, quando foi possível evitar que fatores externos influenciassem no alcance dos objetivos com as nossas considerações pessoais.

Nesse trabalho, estamos trazendo uma discussão sobre o consumo cultural e construção de uma identidade. Essa discussão é realizada a partir da análise do consumo cultural que acontece no museu e contribui para a construção de identidades, e passamos por uma breve análise sobre o consumo e a sociedade de consumo (ou consumidores) e uma breve explanação sobre o consumo cultural. Em seguida, faz-se uma análise a partir de depoimentos deixados no livro de registros e a relação com a construção de identidades proveniente da visita ao acervo do museu. Finalizando, vamos mais além e investigamos que a construção de identidades não seria apenas para o povo sergipano, mas para o lugar - Sergipe - como parte de uma estratégia para o desenvolvimento frente a essa sociedade de consumo que cria uma marca, no nosso caso denominada “*sergipanidade*”.

Ressaltamos que o presente trabalho não tem o objetivo de enaltecer tampouco denegrir o acervo da instituição, mas à luz da ciência sociológica interpretá-lo como uma alternativa de tantas outras possibilidades que poderão vir a existir.

Como aprisionar a identidade em um museu? Como demonstrá-la? Partindo do pressuposto de que a identidade seja algo abstrato, que pode ser concretizado no nível de demonstração através do patrimônio que é algo concreto, palpável, alcançável, visível. Insistimos em questionar: identidade é tão simples que pode ser “energado”? A identidade é tão subjetiva e complexa que precisa se materializar, tornar-se visível?

Tomando o consumo que tem ocorrido nos últimos tempos e que tem sido utilizado como significado restrito de aquisição (compra) de bens, em nosso trabalho estamos tratando de consumo como parte integrante de um sistema transmissor de crenças, valores e práticas sociais capazes de contribuir com a construção de

identidades. Refletido nessa perspectiva, pretendemos ir um pouco mais além do significado de compra, ampliando, de acordo com o nosso objeto, para troca, pois compreendemos que o consumo se dá a partir de trocas simbólicas. Além disso, utilizaremos para fechamento das nossas análises termos da administração e marketing (como *branding* = marca ou *place branding* = marca do lugar) na tentativa de elucidar o que vem ocorrendo no estado de Sergipe.

CONSUMO E SOCIEDADE

Nestor Garcia Canclini formulou uma definição que parece ser abrangente e cabível com relação à categoria consumo na atualidade, sugere o autor que “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” e que, segundo ele, essa definição ajudaria a compreender e ampliar que o consumo vai além de uma simples compra, desejo de adquirir algo ou mesmo a concessão de um capricho (2010, p. 60).

Consumir não se trata de um ato novo, pois “todas as criaturas vivas “consomem” desde tempos imemoriais” (Bauman, 1999, p. 75). Para Bauman (2007) “o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos”. (p. 37). Acompanhando o raciocínio do autor, a nossa sociedade é uma “sociedade de consumo” (Baudrillard, 1995) e como ele menciona “sociedade de consumidores” (Bauman, 2007) e diferencia a sociedade atual da sociedade que a antecedeu (sociedade moderna):

[...] o que temos em mente é que a nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores” (...) A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor (BAUMAN, 2007, p. 75-76).

Certamente, essas características que distinguem uma sociedade da outra não determinam que um papel deixe de existir por causa da existência do outro, mas permite refletir: para que haja consumo tem que haver produção. E, esclarece o autor que, em uma sociedade de consumidores, *“todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação (...) é um direito e um dever humano universal que não conhece exceção”* (Bauman, 2007, p. 73). Em outras palavras:

[...] representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estreitamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível - e uma condição de afiliação. (BAUMAN, 2007, p. 71).

Portanto,

[...] o consumo é um investimento em tudo que serve para o “valor social” e a auto-estima do indivíduo (...) e seu objetivo crucial não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou remodelação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis. (BAUMAN, 2007, p. 76),

Ou seja:

Consumir”, significa “investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já se possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar sendo criada” (Bauman, 2007, p. 75).

CONSUMO CULTURAL

Uma definição sobre o tema foi elaborada por Nestor Garcia Canclini (2006) quando discute uma proposta teórica para a inves-

tigação com a temática. Segundo o autor, o consumo cultural seria *“el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica”* (CANCLINI, 2006, p. 89)¹. Daniel Mato (2008) sugere que haja uma diferenciação entre consumo cultural e indústria cultural e os produtos produzidos por esta, pois segundo o autor o conceito deve ser ampliado:

De manera um tanto diferenciada, la idea de “consumo cultural” suele aplicarse no solo al consumo de los productos de las industrias llamadas “culturales”, sino también a otros tipos de consumo, como, por ejemplo, visitas a museos históricos, arqueológicos, de ciencia y de arte, de artesanías y “cultura popular”; visitas a galerías de arte; asistencia a conciertos y obras de teatro, visitas a sitios arqueológicos, históricos y de valoración similar, entre otros. Em otras palabras, la Idea de “consumo cultural” suele tener um âmbito de aplicación más amplio. (MATO, 2008, p. 135).²

Em contrapartida, Canclini analisa que os produtos conhecidos como culturais possuem valor de uso e de troca, onde são representados pelas práticas sociais e, portanto, agregam valores simbólicos:

Los productos denominados culturales tienen valores de uso y de cambio, contribuyen a la reproducción de la sociedad y a veces a la expansión del capital, pero en ellos los valores simbólicos prevalecen sobre los utilitarios e mercantiles. Um automóvil usado para transportarse incluye aspectos culturales; sin embargo, se inscribe em registro distinto que el automóvil que esa

- 1 O conjunto de processos de apropriação e usos de produtos nos quais o valor simbólico prevalece sobre os valores de uso e de troca, ou onde ao menos estes últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica.
- 2 De maneira um tanto diferenciada, a ideia de “consumo cultural” pode aplicar-se não somente ao consumo dos produtos das indústrias chamadas “culturais”, como também a outros tipos de consumo, como, por exemplo, visitas a museus históricos, arqueológicos de ciência e de arte, de artesanato e “cultura popular”; visitas a galerias de arte; assistência a concerto de obras de teatro; visitas a sítios arqueológicos, históricos e de valorização similar, entre outros. Em outras palavras, a ideia de “consumo cultural” pode ter um âmbito de aplicação mais amplo.

misma persona-supongamos que es un artista- coloca em uma exposición o usa em um performace: em este segundo caso, los aspectos culturales, simbólicos, estéticos, predominan sobre los utilitários y mercantiles. (CANCLINI, 2006, p. 88).³

Contudo, os estudos sobre o consumo cultural têm crescido principalmente na América Latina, onde autores como o Garcia Canclini têm dado contribuições para o desenvolvimento de aportes teóricos e de um objeto delimitado com relação à temática.

A VISITA É UMA OPERAÇÃO DE CONSUMO SIMBÓLICO

A construção do museu é justificada pelo argumento de salvaguarda. As salvaguardas do patrimônio são baseadas na preservação da memória. Para que se tenha melhor entendimento sobre as suas origens (raízes) e sobre a sua história, e, neste caso específico, sobre a identidade. Esse é um ponto de análise entre os consumidores (visitantes) do museu. Nesse primeiro momento, conhecer como os visitantes que fazem o percurso desse espaço e as suas opiniões a respeito dele (se gostaram, se desfrutaram, se interagiram) se faz de suma importância, uma vez que permite avaliar se a salvaguarda do patrimônio está de acordo com os objetivos que a geraram. A forma de consumir o patrimônio depende não só da sua preservação, mas, também, da apropriação que se faz dele. Por que desta e não de outra forma?

3 Os produtos denominados culturais têm valor de uso e de troca, contribuem para a reprodução da sociedade e às vezes para a expansão do capital, porém, nele os valores simbólicos prevalecem sobre os utilitários e mercantis. Um automóvel usado por alguém para transportar-se inclui aspectos culturais; no entanto, se inscreve em registro distinto que o automóvel que essa mesma pessoa - suponhamos que é um artista - coloca em uma exposição ou usa em uma performance: neste segundo caso, os aspectos culturais, simbólicos, estéticos, predominam sobre os utilitários e mercantis. Tradução realizada por Alan dos Santos Silva, estudante do curso de Licenciatura Plena em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe.

Aqui vamos apresentar como os visitantes consomem e interagem com o acervo, observamos que os nascidos em Sergipe não se consideram turistas, mesmo aqueles que vêm de outros municípios, inclusive ao encontro de lazer - o discurso está sempre baseado no sentimento de pertencimento: “eu sou daqui” e de conhecimento do acervo - estamos reproduzindo o discurso com essa fronteira entre o “eu” e os “outros”, e em seguida faremos uma discussão de como este consumo tem uma relação com a forma como esse patrimônio é exposto⁴.

Este trabalho apresenta três tipos de visitantes que fazem o consumo do patrimônio de forma diferenciada. Grupo 1: este grupo ouve atentamente todas as explicações. Está preocupado com a parte arquitetônica e a história, inclusive do prédio.

Este grupo faz perguntas ao educador sobre a parte arquitetônica, pois está bem em frente a uma maquete do prédio. A qual estilo se remete este prédio? É um grupo muito interessado, muito atento a todas as informações. Sempre buscando a História em primeiro lugar. (*Diário de campo: acompanhamento de um grupo de turistas de vários estados brasileiros e estrangeiros*).

Estão nesse grupo estrangeiros e brasileiros com alto poder aquisitivo (geralmente estão hospedados nos melhores hotéis, localizados na praia da Atalaia), de idade média em torno dos 50 anos e com ampla experiência na bagagem. Ficam por volta de uma semana e percorrem várias capitais do país. Viajam para outros lugares considerados turísticos no estado, sempre estão muito bem preparados e/ou até com tradutores que conduzem a visita em língua oficial. No interior do museu, os interesses são pelas obras de arte espalhadas pelo hall de entrada, fachada (parte arquitetônica) e o período do prédio e da instalação do museu. Fazem poucas fotos, raramente entram na loja ou no restaurante. As informações são ex-

4 A pesquisa de campo teve seu início em dezembro de 2012 (quando a instituição fazia um ano). A partir de então, mantive o contato com visitantes. Acompanhei as visitas, anotei e conversei com os frequentadores do museu.

tremamente detalhadas. Alguns até anotam, para que os detalhes não sejam esquecidos posteriormente. Querem interagir com todos os ambientes e saber o significado de cada um.

Chegam a levar os educadores (monitores/estagiários do museu de vários cursos) a exaustão. Com a entrada de forma gratuita, ter uma aula com profissionais qualificados é uma oportunidade. Verificamos que este tipo de atividade traz problemas, como, por exemplo: esquecem que o espaço é presente, é cotidiano, é vivo. Só estão interessados em saber de datas, estilo, personagens históricos. Assim, o museu mais tecnológico do norte/nordeste é consumido como um museu tradicional pela rotulação e conceitos pré-estabelecidos dos visitantes. Estes estão interessados e consumindo um lugar que pertence ao passado. Mas quando questionados acerca de outros lugares que frequentaram, colocam como representação do patrimônio os mercados de artesanato e o de hortifrutigranjeiros, onde podem experimentar frutas que consideram exóticas. Porém, no museu da gente ficam interessados somente no material, concreto e palpável.

Grupo 2: os visitantes não estão nem um pouco interessados na história nem na arquitetura. Querem mesmo é estar no lugar mais “famoso” da cidade no momento. Fotografam muito (como prova de que: “eu estive!”):

Olha que lugar lindo. Tira foto bem centralizada. Olha essa vai para o face (referência à rede social). E perguntam: tem fanpage o museu? Vou curtir! Cadê o prêmio que o museu ganhou, quero ver! (*Diário de campo: acompanhando turistas brasileiros do estado da Bahia*)

É visível que este tipo de turista tenha menos de 30 anos e que acompanham as notícias do museu via internet, são até capazes de citar que o espaço ganhou prêmios e indicações de revistas de turismo. Através destes e de outros aparatos da mídia (publicidade), o Museu da Gente ficou famoso e associado ao banco do estado

que o mantém. Percebe-se que muitos deste grupo são trazidos por familiares e amigos.

São oriundos do sul e sudeste do país, predominantemente, seguidos por nordestinos de estados vizinhos, como é o caso da Bahia. São eufóricos, cheios de energia e geralmente estão em grupos. Chamam a visita de passeio, vão à loja e ao restaurante. Por vezes, também exigem detalhes, que quase não são ouvidos por conta dos diálogos paralelos. Na maioria das vezes, saem encantados (satisfeitos) com a visita. Integram com os ambientes. Compram presentes (que chamam de lembranças), comem e bebem principalmente comidas típicas. Aliás, gostam muito dessa palavra típica e tiram foto de tudo que é carregado deste adjetivo. Sabem bem o que encontrarão, pois a pesquisa já foi feita ou foram avisados pelos parentes e amigos. Vêm em busca de sensações que foram narradas anteriormente. Assim, consome o espaço a partir das imagens. Não fazem muitos questionamentos e o patrimônio perde o sentido, se transformam em ambientes cenográficos, esvaziados de significados (conteúdo).

Grupo 3: é formado tanto por estrangeiros como por brasileiros, com idades diferenciadas. Estão sempre apressados por conta de compromissos com a viagem, geralmente saem do hotel e vêm fazer uma visita rápida, pois logo seguirão pra o aeroporto.

Vimos fazer uma visita rapidinha, pois nosso voo sai daqui a pouco e não poderíamos ir sem passar por aqui. (Diário de campo: acompanhando turistas brasileiros do Distrito Federal)

Estão sempre a sós. Por vezes, não possuem um olhar mais profundo do local e tampouco senso crítico, mas esboçam um sentimento de arrependimento por não terem indo antes e terem feito outras visitas que, diante dessa, tornaram-se inúteis e se apresentaram como perda de tempo.

Grupo diferente composto por casais de amigos. Eu bem que avisei que ao invés de irmos ao zoológico, deveríamos ter vindo aqui foi perda de tempo. Fomos ao mercado três vezes e deixa-

mos pra vir aqui agora, se arrependimento matasse... (*Diário de campo: acompanhando turistas brasileiros do Espírito Santo*)

Estão ligados principalmente à natureza e tudo que está ao seu redor. Preocupados com o conjunto da obra e quem a mantém, além de perguntarem pela população. Aparentemente, gostam da cidade e de tudo que a envolve: o clima, a alegria das pessoas (ora narrado como hospitalidade), a magia, o cheiro, as cores, as músicas... Em suma, vêm viver a cidade, e essa é uma das razões por não terem indo fazer a visita anteriormente, produzindo assim uma passagem rápida.

Fazendo uma análise dos grupos de turistas percebemos que eles são distintos e a forma como consomem o patrimônio também é. No primeiro, encontramos “intelectuais”, ou pessoas que ao longo da vida adquiriram um prazer por arte e seus elementos, em diálogo vão inclusive além do que está exposto. Expressam-se como verdadeiros conhecedores. Não estão buscando nada além do que a apreensão de conhecimento. Os segundos estão preocupados com as imagens deles no lugar, se o ângulo está ou não favorável para que não sejam percebidas as imperfeições, são capazes de integrar a paisagem (ambiente museográfico), estão simplesmente preocupados com as suas imagens. E o terceiro grupo é sucinto nas suas visitas, por vezes não fazem todo o circuito apresentado, mas se mostram arrependidos por não terem feito a visita com antecedência.

OS NASCIDOS EM SERGIPE

Esse grupo é composto pelos nascidos no estado, os ditos sergipanos, e pode ser agrupado em dois subgrupos distintos:

Grupo 1: incluídos nesse grupo os professores que trazem seus alunos sem algum preparo pedagógico; os ex-alunos de quando o prédio era escola e os visitantes que fazem questão de trazer todos os outros parentes e amigos.

Eu estudei aqui... Que emoção! Nunca vi algo tão lindo, estamos de parabéns! Eu já vim três vezes, mas não me canso e se chega alguém lá em casa, trago logo aqui. (*Diário de campo: acompanhando sergipanos*)

Sentem-se parte do acervo, arquitetos da história. Suas memórias são expostas sem o menor problema, íntimas ou não. Fazem um resgate em todos os ambientes, ficam emocionados se encontram com a identidade cara a cara. Consomem o local como se estivessem consumindo uma parte de si ou da vida dos seus familiares.

Eu chupei muito pirulito de mel. Minha infância tempo bom. Esse engenho pertence aos meus avós (Engenho Cajuhipe). Cadê o meu município? (*Diário de campo: acompanhando sergipanos*)

Grupo 2: neste grupo, estão os que não possuem conhecimento pelo patrimônio; os estudantes que são forçados a fazerem a visita e os artistas/artesões que não veem seu fazer como arte, mas como cotidiano.

Eu acho esse lugar chato! Pra que eu quero saber disso? Basta saber que eu sou sergipano. (*Diário de campo: acompanhando sergipanos*)

Neste grupo, estão situados aqueles que não se sentem inseridos na realidade do estado, muito menos do patrimônio, aparentemente vivem um mundo à parte de tudo que está sendo apresentado. O patrimônio não tem significado, as emoções não afloram. E a identidade parece que foi encontrada naquele momento. Os estudantes vão ao intuito de participarem da parte interativa, mas para eles os ambientes não demonstram mais nada, a não ser jogos, inclusive reconhecem o maquinário logo de primeira. Classificam alguns elementos do patrimônio como sendo “coisa de velhos”. Os artesões que tratam sua arte como meio de sobrevivência também não sentem emoções acerca do que veem, pois conhecem bem a labuta e faz parte do seu cotidiano.

Depois da prática do consumo cultural, um exercício simbólico, os consumidores ou visitantes experimentam sensações (como men-

ciona Bauman) e a partir delas se “familiarizam” (identificam) ou “estranham”. Essas sensações contribuem para o fortalecimento, a (re) construção e a afirmação de identidades. Analisaremos os registros (escritos) e a relação da construção de identidades, a seguir.

MDGS: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE (CONTRIBUIÇÃO DO LIVRO DE REGISTROS - UMA ANÁLISE)

O discurso que deu ênfase à criação do museu baseava-se no fortalecimento do sentimento de pertencimento, na tentativa de elevar a autoestima dos sergipanos, que, segundo essa narrativa, encontrava-se em baixa. A seguir, faremos uma análise do “livro de registros”⁵ que fica na entrada (foyer) do museu, onde são registradas as sugestões, as críticas e colocados em forma escrita os sentimentos dos visitantes.

Através dos registros dos visitantes será possível a nossa análise da contribuição do museu na construção dessa identidade sergipana (*sergipanidade*). A maioria dos escritos parabeniza a atuação do museu, a valorização do patrimônio cultural de Sergipe e do Brasil, além de expressar orgulho dos visitantes em serem sergipanos, nordestinos e brasileiros, porém alguns destes se destacaram em suas colocações, que se apresentaram de forma diferenciada por sugerirem e solicitarem elementos que, na visão destes visitantes, “faltaram”. Com base nesses registros, tentamos agrupar esses elementos de acordo com algumas temáticas expostas a seguir.

Grupos

Perfeito, tudo lindo, grande, porém falta mais da cultura afro-brasileira”. Yasmin (estudante da 8ª série - não informou a escola nem a cidade) Livro de registros I pág. 7 08/12/2011 - dois dias depois de aberto ao público

5 Existem outros escritos no livro, mas estamos utilizando alguns desses registros para nossa análise.

Apesar de o Museu da Gente tratar de forma ampla da cultura sergipana o mesmo ainda peca em abordar de fato a cultura das etnias que historicamente sempre foram degradados pela lógica da expansão das grandes metrópoles, no caso portuguesa. Eu, Pedro Alexandre, cidadão negro de Sergipe não me senti representado enquanto descendente de africano. Pedro Alexandre, livro II, p. 03 08/02/2012.

Festas

O museu está muito além do esperado. Parabéns! Contudo, no vídeo de apresentação estão faltando dois ícones sergipanos: os parafusos e a silibrina, ambos da cidade Lagarto. Sugiro que sejam acrescentados para maior enriquecimento”. Marco Aurélio Livro I p. 12 10/12/2011

Faltaram festas: Cabacinhas (Japaratuba), Carnaval (Neopolis), Bom Jesus (Propriá/Neopolis)” Paulo Silva livro I p. 35 18/12/2011

Turismo

Não há palavras para expressar a alegria e o orgulho de visitar belas e modernas instalações deste museu. Além de beleza ímpar, o Museu da Gente Sergipana conta com uma fantástica equipe de guias e atendentes, disponíveis e sempre sorridentes. Parabéns para todos nós, sergipanos de nascença ou de “adoção” pela nova opção de turismo”. Marcos Nazareno Pacheco Bastos livro I p. 27 16/12/2011

Profissionais

Está divino, agora gostaria de colocar trabalhos meus no museu para a população do mundo, tipo poemas, pôster poema, livros, assim ficaria realmente da gente sergipana, abrir para todos sem distinção”. Mário Cesar Resende livro I p. 41 21/12/2011

Sugiro incluir na exibição de vídeos, a divulgação de artistas da terra (compositores, cantores, artesãos, etc). Telma Costa Livro I p. 75 03/01/ 2012

Pessoas

Gostaria de sugerir a inclusão do “personagem” seu João do cachorro-quente da praça da Teófilo Dantas (Parque ou praça

da Catedral), pois se trata de uma personalidade muito viva na memória de muitas gerações de sergipanos. Gardênia Carmelo (Aracaju- Se) Livro I p. 62 29/12/2011

(...) Senti falta do Zé Peixe, por muito um verdadeiro herói sergipano. Rafaela da Cunha Oliveira. Livro III p. 69 29/09/2012

Cidades

Fazer mais propaganda de Pirambu (Rubrica) p. 37 Livro I 20/11/2011.

Faltou: no vídeo a Matriz de Nossa Senhora do Socorro - Tomar do Geru/Se - referência do Barroco sec. XVII no Estado de Sergipe. Faltou a festa do carro de bois - Tomar de Geru. Joilson Oliveira (Coordenador Geral de Ensino e Pesquisa - Tomar de Geru/Se) Livro I p. 51 27/12/2011

Religião

Senti falta de referencias à cultura sergipana na região do baixo São Francisco (Propriá). Na projeção inicial faltou referência a 1ª Igreja Presbiteriana em Laranjeiras... Livro III p. 26 (verso) 28/07/2012

Vocabulário

(...) No quadro muitas palavras da terra, senti muita falta da palavra “pão Jacó”. Rafaela da Cunha Oliveira. Livro III p. 69 29/09/2012

(...) Faltaram as seguintes palavras típicas: “Fido Cabrunco”, “Fido Canso Mariano”. Carlos Déda e família. Livro II, p. 43 04/03/2012

Culinária

Gostei, mas na parte minhas coisinhas poderiam botar quebra-queixo. Nadine e Nadir Livro III, p. 58 09/09/2012

(...) Faltam os amendoins cozidos (na parte das caixinhas para encontrar os pares) Sem assinatura. Livro II, p.08 11/02/2012

Monumentos

Colocar o nome do Hotel Beira Mar - fundado em 17-02-1974. Sem assinatura. Livro II, p. 42 (verso) 03/03/2012

Analisando os registros, buscamos compreender de acordo com o discurso que impulsionou a criação do museu alguns questionamentos: Como elevar a autoestima sergipana se a representação exposta em forma de acervo não apresenta todos os municípios e seus respectivos patrimônios, uma vez que se basearam neste para fazer a construção? Que identidade sergipana (*sergipanidade*) é essa que apresenta tantas “faltas”? Algumas respostas para essas questões serão dadas a seguir, pois as reflexões nos levaram além.

INDO UM POUCO ALÉM...

O processo de *sergipanização*⁶ ao qual os habitantes de Sergipe e o próprio estado tem sido expostos pelo discurso neste momento oficial dos gestores públicos não é novidade. Essa tentativa de elevar a baixa autoestima e fortalecer os laços de pertencimento já ocorreu de forma nacional e regional. Analisando a forma que acontece no museu, é ensinar o sergipano a ser sergipano e quem assim não é, foi encontrada uma maneira de transformá-lo sergipano por alguns instantes, vestindo-o com a *sergipanidade* dos anfitriões.

Sergipanidade! Nunca foi tão pronunciada como nos últimos tempos. Esse radical Sergip, acrescido desse sufixo – *dade* - aferiu o significado de identidade sergipana, tem se transformado em uma marca e acabou transpondo até mesmo o orgulho em ser dessa terra. Mas o que está havendo afinal?

Bauman (2007) e Baudrillard (1995), além de outros autores, já mencionaram que estamos vivendo em uma sociedade de consumidores ou na sociedade de consumo. Onde tudo se torna mercadoria e para tratar de mercadoria é necessário que “os lugares devam ser geridos como produtos que actuam em mercados cada vez mais

6 Estamos chamando de *sergipanização* o processo que consiste na tentativa de fixar a identidade ao lugar/território (Sergipe) pela gestão estadual, mencionando raízes a partir do patrimônio cultural, criando assim um modelo de sergipano ideal frente ao processo de globalização.

competitivos” (Guerreiro, 2008, p. 3) e essa é uma das razões pelas quais “os princípios de gestão da marca têm recebido grande atenção e despertado interesse no domínio dos lugares” (Guerreiro, 2008, p. 3). A respeito dessa transferência de estratégias do marketing para os lugares, reforça Guerreiro,

tradicionalmente ligado aos bens de grande consumo, e num acto de simplificação extrema, poderíamos pensar que o marketing de lugares se resume a uma transferência das técnicas, métodos e perspectivas do marketing de produtos (bens e serviços) para os lugares (2008, p. 3).

Não seria diferente com a *sergipanidade*, que imagina celebrar uma comunidade através da invenção das tradições e acaba se tornando uma marca. Uma marca para ser reconhecida fora dos limites do estado de Sergipe, porém legitimada, selada, autenticada pelos sergipanos.

Estamos comparando o termo *sergipanidade* à marca (branding) pela transformação do natural, nesse caso, a cultura do lugar em elementos consumíveis. Isso porque as marcas exercem uma função sobre a formação identitária dos indivíduos e dos grupos. Elas são capazes de “normatizar” comportamentos, criar um elo coletivo em uma sociedade plural, suscitar o desejo de pertencimento, além de fazer (re)surgir (ou inventar) tradições perdidas ao longo do tempo. As marcas constroem a comunidade (Bauman, 1999) que também é construída por ela.

Segundo Maria Manuela Guerreiro, no trabalho intitulado “O papel da Cultura na Gestão da Marca das Cidades”, é cada vez mais comum às gestões públicas adotarem práticas advindas da administração e marketing, visando o desenvolvimento dos lugares, suscitando o orgulho ao lugar: “A necessidade de atrair turistas, empresas, pessoas e novos clientes” (Place Branding, 2004: 107), “de estimular nos residentes orgulho no lugar onde vivem e a crescente mobilidade de pessoas e de recursos em busca de lugares (países, regiões ou cidades) que ofereçam oportunidades mais atractivas” (Philip Kotler,

2004) “são as principais razões apontadas para justificar a pertinência em adoptar técnicas de gestão da marca no domínio dos lugares”. (Guerreiro, 2008, p. 3). Os consumidores (visitantes, turistas, frequentadores) são conduzidos pela marca resultado da publicidade oficial ou pelas sensações (que povoam o imaginário) que outros experienciaram do lugar e que se constituem em publicidade também (extra-oficial), o que garante o sucesso de consumo da marca, atraindo mais consumidores e permitindo que o ciclo não se feche.

Assim, por conta da exibição da cultura, o lugar se torna “de-sejado para viver, trabalhar e visitar” (GUERREIRO, 2008, p. 7), pois é passada uma imagem de lugar harmônico-homogênea e, dessa maneira, “a cultura constitui um vector estratégico essencial na medida em que reúne, ao lado da geografia do lugar, os atributos diferenciadores, tradutores da personalidade da cidade”, ou seja, do lugar (GUERREIRO, 2008p. 7). Diante do exposto, percebemos que o Museu da Gente Sergipana foi desenvolvido para contribuir com a construção não somente de um povo, mas para a identidade de um lugar - o estado de Sergipe, desenvolvendo ações baseadas na estratégia de marketing, onde foi criada uma marca: a *sergipanidade*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as nossas reflexões, deduzimos que “sergipanidade” pode até ser identidade sergipana, mas também representa um produto elaborado para servir à sociedade de consumo. Identidade (se podemos assim definir) trata-se de algo abstrato, incompleto, mutável (flexível), não se trata de um objeto para se ter ou não, e não está ligado ao território onde nascemos. Trata-se, mesmo, de um discurso que singulariza o plural através de alguns elementos eleitos pelos guardiões (profissionais).

O consumo que existe no Museu da Gente Sergipana seria uma espécie de *léche-vitrines* (lambe-vitrines) que consomem sem consumir, apenas olham e experimentam sensações (BAUMAN, 1999). O

que acontece no referido museu é que temos um sergipano “real”, somado a um espaço onde temos uma idealização que pretende fixar uma marca e gerar um modelo de sergipano ideal.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70. Tradução: Artur Morão, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____. **Globalização as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. El consumo cultural: una propuesta teórica. P.72-95. In SUNKEL, Guillermo (coord.). **El consumo cultural en America Latina: Construcción teórica y líneas de investigación**. 2 ed. Bogotá: Convênio Andrés Bello, 2006.

GUERREIRO, Maria M. O papel da cultura na gestão da marca das cidades. **VI Congresso Português de Sociologia; Mundo sociais: saberes e práticas**, Lisboa, 1-12, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

MATO, Daniel. Los “Estúdios de Cultura” pueden y deben salir del ghetto. In: RUBIM, L. & MIRANDA, N. (orgs). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO DE SUA PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus

Povo Novo

*“A minha dor está na rua
Ainda crua
Em ato um tanto beato, mas
Calar a boca, nunca mais!
O povo novo quer muito mais
Do que desfile pela paz
Mas
Quer muito mais
Quero gritar na
Próxima esquina
Olha a menina
O que gritar ah, o
Olha menino, que a direita
Já se azeita,
Querendo entrar na receita, mas
De gororoba, nunca mais
Já me deu azia, me deu gastura
Essa politicaradura
Dura,
Que rapa-dura!”*

(Tom Zé, Manifestações Povo Novo) ¹

1 É uma das recentes composições do cantor baiano Tom Zé do ano de 2013. O músico aproveitou o momento histórico do Brasil e lançou uma música que fala

INTRODUÇÃO

Falar em movimentos sociais e de sua trajetória histórica de participação sociopolítica remete-me a algumas reflexões a respeito do contexto social de surgimento e de atuação, e debater também sobre concepção de Democracia e de Estado (neoliberal). O objetivo desse artigo é o de refletir a respeito dos movimentos sociais latino-americanos, sobretudo, no tocante aos seus paradigmas de análises e à sua trajetória histórica de participação sociopolítica, bem como situá-los no debate de Democracia e Neoliberalismo. Ademais, o trabalho também traz alguns apontamentos a despeito dos desafios interpretativo-teóricos para a análise desse fenômeno social. Para tanto, recorro à metodologia qualitativa, mais precisamente de natureza bibliográfica. A discussão acerca dos movimentos sociais feita no decorrer deste artigo, envolvendo-os com sua abordagem teórica e o resgate histórico de seu protagonismo e participação sociopolítica, permitiu algumas considerações: i) relacionadas à pertinência do contexto sociopolítico, como cruciais caminhos de análise da ambivalência nos movimentos sociais; ii) e que esses movimentos são ressignificados por uma juventude transgressora que emergiu nos anos 60 e 70 do século passado, sobretudo o Maio de 68, e que inaugurou um novo estilo de ação coletiva e de fazer política. Nesse sentido, inicio o texto com um breve histórico dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil, trazendo à luz o debate sobre paradigma latino-americano, participação e neoliberalismo, as categorias analíticas deste trabalho. Em seguida, apresento o percurso da participação sociopolítica dos movimentos sociais no Brasil, dando destaque ao surgimento dos Conselhos Gestores, resultantes dos processos de engajamento da sociedade civil organizada. E, por fim, procuro tecer algumas reflexões a respeito dos “novíssimos” movi-

sobre as recentes manifestações. O baiano afirma ainda que buscou ideias em um texto da socióloga Marília Moscou. (Disponível em:<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/musica/mus276230.shtm>). Acesso em: 02 set. 2013.

mentos sociais que, desde o ano de 2011, vêm emergindo como protesto à exclusão social provocada pela crise mundial. Ademais, algumas manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, denominadas por muitos de “as Jornadas de Junho” ou “a Primavera Junina”, e que põem na ordem do dia a relevância e atualidade do estudo dos paradigmas e teorias dos movimentos sociais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS E SEU PARADIGMA

No âmbito da análise dos movimentos sociais feita pelas ciências sociais, percebemos uma significativa produção de paradigmas e teorias sobre esse fenômeno social. Há, de acordo com GOHN (1997), três matrizes principais de análise: a primeira, uma abordagem *norte-americana* sobre a ação coletiva, em que se destacam as teorias clássicas: a teoria da Mobilização de Recursos e teorias sobre a Mobilização Política contemporânea. A segunda aborda a produção teórica *européia* das teorias marxistas clássicas à teoria dos Novos Movimentos Sociais. E, por fim, a terceira diz respeito ao paradigma *latino-americano*, o qual sobressai à análise a respeito dos movimentos populares latinos de esfera urbana e rural, bem como os estudos sobre os movimentos identitários (gênero, etnia, ambientalistas, direitos humanos etc.) (GOHN, 1997). Este último paradigma ainda possibilita, a meu ver, lentes analíticas para compreender a leva de protestos coletivos, em que novos atores entraram em cena e tomaram as ruas brasileiras, em 2013.

Vale destacar que, de acordo com Gohn (1997), o paradigma teórico dos movimentos sociais latino-americanos surgiu tardiamente na produção das ciências sociais na década de 60 do século passado mediante dois fatores determinantes: o cenário político da época e o processo de construção e consolidação do *ethos* das ciências

sociais². Nesse sentido, podemos afirmar que não é um paradigma teórico propriamente dito, mas sim ainda um paradigma a ser construído em sua plenitude, logo, tem sido um dos principais papéis das ciências sociais latina na contemporaneidade³.

Pensar nas categorias históricas do paradigma latino-americano dos movimentos sociais é levar em consideração não somente as diferenças históricas da realidade latino-americana, isto é, considerar as diferenças econômicas e culturais de cada país latino e o tipo de Estado Nacional e suas características, bem como de suas conjunturas políticas, mas, sobretudo, considerar os elementos que correspondem a este paradigma, como a diversidade dos movimentos mediante sua heterogeneidade; a relação dos movimentos sociais com o Estado; a institucionalização dos conflitos sociais; a sua ideologia e estratégias de ação; os seus repertórios políticos expressados tanto no discurso como nas práticas, dentre outros elementos que compõem o universo de cada movimento social.

Essas categorias e elementos aludidos anteriormente são de fundamental importância na composição do paradigma teórico latino-americano dos movimentos sociais, uma vez que se expressa na proposta teórico-metodológica, esboçada pela Gohn (1997), como base referencial de análise dos movimentos sociais. Por levar em consideração a heterogeneidade e as particularidades, a autora

- 2 Segundo José Maurício Domingues (2006), esse processo foi marcado pela fase da institucionalização do ensino das ciências sociais no Brasil, em seguida pelas criações de grupos de pesquisas nos quais buscava-se “a construção de quadros teóricos que deem conta conceitualmente da compreensão mais ampla da América Latina” (DOMINGUES, 2006, p. 09).
- 3 É importante ressaltar que os estudos anteriores aos dos movimentos latinos estavam voltados às teorias da modernização, uma abordagem proliferada nos anos 50 e 60 do século XX, sob a perspectiva evolucionista, etapista e dualista da realidade social. Além dessa teoria, também pairava as influências da teoria da marginalidade (condicionante do capitalismo) e da dependência (que se restringiu ao determinismo econômico).

parte da recusa da concepção padronizada e universal sobre movimentos sociais. Nesse sentido, Gohn estabelece parâmetros para sua conceituação: a) diferenciação entre movimento social e grupo de interesses (este último se caracteriza somente por interesse comum e não possui uma identidade coletiva, como é de um movimento social); b) pressupor movimento social como a ação histórica de grupos sociais, portanto, fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais; c) diferenciação entre ação coletiva e movimento social. (um movimento propriamente dito possui componente organizacional permanente, ao contrário de ações espontâneas); d) o movimento social tem como campo de atuação política a esfera não institucional. A partir desses parâmetros, a autora define seu conceito de movimento social:

Refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de procedimentos - e um pensar - por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto. (GOHN, 1997, p. 24).

Portanto, movimento social é um fenômeno histórico de processos de lutas sociais e que possui uma dinâmica dialética⁴.

Para fundamentar o conceito de movimento social para além das evidências empíricas, a autora fez uso da categoria *luta social* (e não mais luta de classes) por considerar que na contemporaneidade as bandeiras dos movimentos não dizem respeito ao conflito de classe, mas sim a conflitos entre os atores da sociedade. Outro elemento empregado por Gohn é o de *força social*, que corresponde à capacidade de transformar demandas em reivindicações, logo, em

4 Vale ressaltar que essa conceituação da Maria da Glória Gohn é uma mescla de premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana com a micro presente na teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) como de identidade; solidariedade. Em suma, busca uma articulação da análise de estrutura e de indivíduo fazendo assim um movimento relacional e fugindo da clássica dicotomia das ciências sociais: sociedade versus ator social.

ação coletiva, mediante fatores de carências: cenário conjuntural e cultura política de grupo.

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E SEU CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO: (1960- 1990)

A partir dos anos 60 do século XX, os movimentos sociais ganharam visibilidade tanto para a sociedade de um modo geral como para a comunidade científica, passando assim a serem vistos como fenômenos históricos concretos. Para uma melhor contextualização do processo histórico de luta dos movimentos sociais, destaco o trabalho de José Domingues (2007) por valorizar o cenário político como condicionante para a emergência e multiplicação dos movimentos sociais ao longo das últimas décadas.

Segundo Domingues (2007), para compreender os movimentos sociais não basta se debruçar apenas sobre eles, mas também considerar o contexto sociopolítico. Nesse sentido, esse autor trabalha com três fases da modernidade como baliza de análise do histórico dos movimentos sociais latino-americanos. A primeira fase da modernidade correspondeu à era da primeira Revolução Industrial (século XIX), em que o mercado passa a ser o centro da ordem social.

É também nesse período que ocorre o movimento migratório campo-cidade, onde muitos camponeses expropriados de suas terras se tornam operários, desencadeando conflitos no processo de desocupação de terras⁵. Foi também nessa fase da modernidade que emergiram pela primeira vez o movimento proletário e as primeiras

5 Acerca dessas transformações no Brasil, é importante destacar o contundente trabalho de Ianni (2004), quando o mesmo descreveu as alterações objetivas dos sujeitos pertencentes ao mundo do trabalho rural, de acordo com as metamorfoses vividas pela própria economia capitalista e dos perfis que o trabalhador rural assumiu, assim como as suas lutas políticas. E essas mudanças significativas, conforme Ianni expôs sobre a cena política do trabalhador e do aspecto de sua organização política, foi (e ainda é) importante no conflito de classes. Nesse cenário,

greves, sendo fecundadas pelas contribuições da teoria marxista⁶. É importante lembrar que nessa mesma época começaram a surgir os movimentos reivindicatórios e revolucionários por parte das mulheres sob a influência da perspectiva anarquista e, sobretudo, comunista. Além disso, foi um cenário de importantes greves operárias, em que as mulheres foram as principais protagonistas, bem como as vítimas da repressão, justificando assim a origem do dia 08 de Março como sendo o Dia Internacional da Mulher (MARIÁTEGUI, 2011).

A segunda fase da modernidade corresponde a de consolidação do mercado e da era iniciada pela segunda Revolução Industrial, onde se destaca o modelo Fordista de Produção (racionalização da produção capitalista e sistema de produção em massa). Essa fase também se caracteriza, no continente europeu, como a era do Estado de Bem Estar Social cujos traços, segundo Offe (1991), eram de fórmula de paz para as democracias capitalistas, abrandamento do conflito de classe (negociações coletivas entre o capital e o trabalho) e de obrigação explícita do mecanismo estatal de proporcionar assistência e apoio aos cidadãos, sob a influência das políticas keynesianas, a exemplo da intervenção do Estado na economia, assegurar direitos políticos e sociais, entre outros. Em suma, “durante todo o período de pós-guerra, o Estado do Bem Estar Social foi celebrado como a solução política para as contradições sociais” (OFFE, 1991, p. 114).

Já na América Latina, nesse mesmo período, destacaram-se o movimento camponês e os movimentos comunitários ligados ao mercado informal de trabalho e as precárias condições de vida das populações migratórias para as cidades. Deve-se observar que a distribuição dos movimentos sociais em terras se dava mediante as próprias condições econômicas das minorias. Por exemplo, no México, Peru, Bolívia, Venezuela, Nicarágua e Cuba apresentaram-se muitos

lutas pela reforma agrária, direitos trabalhistas e previdenciários, como a da livre organização sindical, deram a tônica para as reivindicações populares.

6 Sobre esse aspecto ver Singer (1988).

movimentos populares sob o lema reivindicatório da concentração latifundiária, ao contrário dos da Argentina e Chile que eram mais urbanos pautados pelas reivindicações dos direitos humanos, a exemplo dos movimentos negros, de mulheres e LGBT's.

Do ponto de vista da produção acadêmica, foi nessa época, a partir dos anos 80 do século passado, década de maior produção acadêmica sobre o tema, que emergiram análises mais aprofundadas sobre os movimentos sociais populares urbanos. Além disso, houve incorporações de noções vindas da antropologia e da educação popular nestes estudos e mudanças no foco de análise das pesquisas, pois, o olhar não estava mais nas determinações estruturais da economia sobre ações coletivas, mas sim na identidade, nas falas e nas práticas cotidianas dos movimentos. Isto se deu em razão da influência recebida de estudiosos europeus, como os de Thompson (1987), Foucault (1984) e Offe (1991) (Não está nas referências). No final da década de 1980, os estudos sobre os movimentos sociais começam a ser consolidados, teorias começaram a de fato estarem sintonizadas com os dados empíricos. Ademais, as diferenças entre os movimentos sociais começam a ser demarcadas, destacando-se as especificidades dos mesmos. Por fim, o esgotamento dessa segunda fase da modernidade se dá na emergência da crise capitalista que se iniciou nos anos de 1970, provocada pela do petróleo e se estendeu até 1990.

Com base em Domingues (2007), a (atual) terceira fase da modernidade tem início com a emergência do Neoliberalismo. É a fase do processo de reestruturação produtiva, da crescente globalização econômica e cultural, tornando assim a sociedade mais complexa e plural mediante os desdobramentos da (pós) modernidade. O início dessa fase também é marcado pelo movimento transitório do regime autoritário para o regime político democrático em toda a América Latina. Essa fase corresponde à fase crucial na compreensão das características e potencialidades dos novos

movimentos sociais latino-americanos haja vista que encontramos de um lado os condicionamentos sociais, nestes a fragmentação da classe trabalhadora e do outro as questões e possibilidades institucionais, a exemplo da luta pela democracia e pela participação popular e controle social por parte da sociedade civil. Esse cenário propiciou, em certa medida, o surgimento de novas reivindicações, bem como o surgimento de novos movimentos sociais pautados por uma nova cultura política.

O NEOLIBERALISMO E OS (NOVOS) MOVIMENTOS SOCIAIS

O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. Com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós- guerra, quase todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão. A partir daí, as principais ideias neoliberais, como o reordenamento de prioridades das despesas públicas; liberalização do comércio e do investimento estrangeiro direto; desregulamentação de direitos sociais e a privatização passaram a ganhar terreno. No Brasil, as duas formas mais diretas de ataque aos interesses da sociedade pelo modelo neoliberal ocorrem através da flexibilização de direitos e das privatizações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). (ANDERSON, 1995). Daí, o balanço que fazem é de que, economicamente, o Neoliberalismo fracassou, já socialmente, ao contrário, conseguiu criar sociedades mais desiguais e no âmbito político-ideológico o balanço é de êxito, uma vez que conseguiram disseminar a ideia de que não há mais alternativas, logo, é preciso adaptar-se à realidade capitalista. Ademais, o Neoliberalismo à brasileira “destrói o princípio de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não tem memória” (OLIVEIRA, 2012, p. 27).

As principais características do modelo de desenvolvimento brasileiro na década de 1990, como a ênfase no setor informal, nas

lutas por emprego, na integração da exclusão social, as mudanças nas relações de trabalho; possibilitaram a legitimidade política do Estado tendo como principal efeito a redefinição dos atores socio-políticos, isto porque os sindicatos e movimentos sociais perderam suas forças e quem ganhou espaço foram as Organizações Não Governamentais (ONGs) na esfera pública. Assim, houve uma ressignificação de Sociedade Civil, enquanto participação social e mediadora. O cenário das lutas dos movimentos sociais na década de 90 foi marcado por novas práticas, haja vista os efeitos na mudança conjuntural do país. Nisso se destacou o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)⁷ e outros movimentos reivindicatórios por sobrevivência física, como o Contra a Fome e a Miséria e de ordem moral, a exemplo do “Fora Collor”. Percebe-se que naquela época as ações coletivas tinham mais cunho de campanha do que propriamente de movimento social.

Duas outras novidades dos anos 90 do século XX, destacadas por Gohn (1997), no cenário das ações coletivas foram: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimento sociais (do tipo Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais-ABONG e Central Única dos Trabalhadores-CUT) e o surgimento e/ou desenvolvimento de movimentos internacionais (GREENPEACE,

7 O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu na região Centro-Sul do Brasil no período de 1984-1985. O movimento só teve contorno e repercussão nacional a partir dos anos 90 do século passado, devido às vitórias e emblemas dos processos de ocupações de terra da época, a exemplo da ocupação na fazenda Macali. De acordo com Stedile e Fernandes (2012), as raízes do surgimento desse movimento foram determinadas por diversos fatores, dentre os principais: a) o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970; b) modernização e industrialização no campo; c) e a era da colonização da região Norte do país. Portanto, o nascimento do MST tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura, logo, “o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país” (STEDILE & FERNANDES, 2012, p. 24).

Via Campesina). Outro destaque na década de 1990 é que as políticas sociais passaram a ser formuladas para segmentos sociais e não mais para os movimentos sociais. Além disso, a correlação de forças sociais entre o Estado e os movimentos sociais mudou, pois desde a década de 1970 até os meados da década de 1980 era um consenso entre o movimento de construir um contrapoder popular para enfrentar o regime militar. Com o passar da transição democrática, os movimentos que sobreviveram às crises internas e externas passaram a ser interlocutores do Estado. Acrescenta-se também que os movimentos que permaneceram nos anos 1990 tornaram-se mais qualificados, mediante a presença das ONGs (que cumpriu um papel crucial nas ações coletivas da época).

Segundo Gohn (1997), foi também nesse período que se materializou uma das principais reivindicações dos movimentos sociais nos anos 1980, que foi a participação da população nas estruturas de conselhos e colegiados, a fim de descentralizar o Estado, o controle social e uma nova relação entre a sociedade civil e as instituições públicas. Essa nova dinâmica redefiniu o conceito de espaço público e privado, bem como a concepção de Estado, agora visto como parceiro e não mais como inimigo. Em síntese, as principais contribuições dos movimentos sociais (nas décadas de 1970 a 1990) foram na reconstrução do processo de democratização do país, de uma nova cultura política que fundamentou a ação social, bem como a construção da sociedade política no Brasil. Essa participação popular era uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, principalmente a de descentralização do poder público.

A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

No que diz respeito à inserção da sociedade civil no processo de participação junto aos poderes públicos, percebe-se que estes processos ocorreram durante as décadas de 1980 e 1990, período

de redemocratização brasileira. É a partir daí que vários debates emergiram na sociedade brasileira, bem como produções teóricas (AMMANN, 1977; MARTORANO, 2011) que foram surgindo com o intuito de esboçar um quadro teórico da participação social e seus diferentes campos de atuação.

A palavra participação historicamente foi associada a outros termos como democracia, representação, organização, cidadania. Para os fins propostos neste texto, compreende-se o termo participação como um nível político de integração social de indivíduos em grupos políticos. (GOHN, 2003).

No universo da política, a participação dos indivíduos na sociedade civil se tornou parte do vocabulário não só dos dicionários da ciência política, mas também nos “gritos de ordem” das reivindicações populares. Foi na década de 1980 que se assistiu uma maior integração dos indivíduos nos processos de elaboração e tomadas de decisão, além do controle sobre os recursos e as instituições que controlavam o “andamento do social” na sociedade. Foi, também, nesse período que se intensificou a necessidade de criação de mecanismos que garantissem uma maior participação dos segmentos organizados da sociedade civil, por exemplo, representações comunitárias e profissionais, sindicatos, movimentos populares.

A PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS GESTORES

Os Conselhos Gestores surgiram em todo país nos anos de 1990 em cumprimento às leis orgânicas que regulamentaram a Constituição Federal de 1988. Tais dispositivos legais resultaram de um processo histórico de lutas e reivindicações da sociedade civil (organizada), ocorridas no contexto dos anos 1970 e 1980, enquanto expressão da crise da ditadura militar implantada desde 1964. Os movimentos sociais, sindicatos, associações de profissionais, de bairro, dentre tantas, contestavam a centralização do poder e exigiam a democratização do Estado, com participação da sociedade

civil nas decisões sobre as políticas públicas, num amplo movimento pela redemocratização do país, fato que culminou com o fim do regime militar em 1985 após 21 anos de ditadura.

Foi assim que na década de 1990, vários conselhos foram implantados nos diferentes níveis de administração pública (federal, estadual e municipal), com, em geral, composição paritária entre poder público e sociedade civil, de caráter deliberativo ou consultivo, e, na maioria dos casos, sendo condição para o repasse de recursos dos fundos públicos.

Em síntese, os Conselhos Gestores são mecanismos de articulação entre a participação de representantes da sociedade civil e membros do poder público local, a fim de gerir as políticas públicas. Sobre essa relação, Gohn elucida:

De fato, os conselhos gestores foram a grande novidade nas políticas públicas ao longo dos anos. Com caráter interinstitucional, eles têm o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação da população. (2003, p. 83).

De tal modo, possibilitam a reorganização das políticas públicas brasileiras, através de uma maior interação entre o governo e a população, a fim de criar formas de governança democráticas, resultando em políticas sociais de controle social.

É claro que os Conselhos não deixaram de ter limites, vícios de antigas tradições políticas, a partir, inclusive, de cooptação de integrantes da sociedade civil a favor dos interesses dos grupos que estavam nos Governos: municipal, estadual ou federal. No entanto, apesar de alguns limites, tornaram-se locais importantes de experiências, de processos de pedagogia democrática.

Entretanto, nesse mesmo período, o Estado inicia uma série de reformas de caráter neoliberal, num amplo processo de regressão dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Nesse

sentido, políticas de flexibilização das leis trabalhistas, informalidade da mão de obra, desemprego, encolhimento e privatização do Poder Público e intensificação do controle do capital financeiro, ofertaram a tônica dos anos de 1990 (ANTUNES, 2005).

OS “NOVÍSSIMOS” MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos últimos anos estamos vivenciando, no âmbito mundial, a retomada de manifestações de rua por parte de “novíssimos” movimentos sociais⁸, os quais são assim denominados por especialistas na área (exemplo de Gohn (2012); Saflate (2012); Zizek (2011)).

Esses “novíssimos” movimentos sociais estão emergindo em meio a um cenário de crise financeira global desencadeada desde os meandros de 2008 com o aparecimento de grupos como: *Occupy*, nos Estados Unidos, em 2011; os Indignados, na Europa, e os movimentos étnicos e multiculturais na América Latina. Todos esses movimentos possuem suas características específicas, no entanto, ambos se assemelham no aspecto de suas pautas reivindicatórias. Eles estão se rebelando por demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana – emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia etc. (GOHN, 2013). Além disso, esses “novíssimos” movimentos sociais representam uma ressignificação tanto das lutas sociais emergidas nas décadas de 1970 a 1990 como de protagonismo de um movimento social. Isto porque, esses “novíssimos” movimentos sociais estão repolitizando as demandas

8 Há controvérsia a respeito dessa nomenclatura: *novíssimos movimentos sociais*, pois, segundo o sociólogo Mauro Iasi, “as autoridades, os especialistas, sociólogos, politólogos e jornalistas estão perdidos dando razão a dissertativa atribuída à Marx segundo a qual “*a história só surpreende quem de história nada entende*”. Declamam seu espanto querendo acreditar na extrema novidade, pois só isto explicaria sua brutal ignorância. No terreno da história nada é absolutamente novo” Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/mauro-iasi/>. Acesso: 27 jun. 2013. Diante de tal impasse a respeito desse termo prefiro usá-lo sobre aspas, pois não há um consenso do mesmo.

socioeconômicas, bem como inovando o movimento no tocante à mobilização, haja vista o uso das redes sociais⁹ como canal determinante de mobilização dos ativistas.

No tocante das leituras a respeito dos “novos” movimentos sociais, presenciemos também uma forte penetração da teorização de Laclau e Mouffe¹⁰ da categoria *Lutas Articulatórias*, que corresponde à unidade entre grupos em detrimento de um elo em comum. O emprego dessa categoria é recorrente nas análises dos recentes movimentos sociais no mundo ocidental (a exemplo do Os Indignados; Occupy; os movimentos étnicos e multiculturais na América Latina), pois explica as suas atuações frente à crise financeira que os aflige. O referente desses movimentos é a ação coletiva: trazem novas formas de ação na luta contra a pobreza e a desigualdade, mas tem linguagem e direção diferentes, pois fazem uso das novas tecnologias gerando o protesto online e se destacam pela busca da autonomia das estruturas partidárias e realizam assembleias populares como espaços de decisão do movimento. Ademais, há novidades nas identidades, nos repertórios e no perfil dos participantes, logo, proliferaram movimentos multi e pluriclassistas (GOHN, 2012).

Portanto, outra compreensão que podemos ter sobre os “novos” movimentos sociais, conforme Laclau (2008), é de que constituem o resultado de construções políticas complexas, baseadas na totalidade das relações sociais, e não podem decorrer unilate-

9 É o que a socióloga Gohn chama de **ciberativismo**, isto é, o uso de ferramentas das redes sociais como o facebook; twitter; groupon; youtube, entre outros, como meio de mobilização dos ativistas e divulgação e propagação da ação coletiva dos mesmos.

10 O argentino Ernesto Laclau é um dos importantes filósofos da política contemporânea, sobretudo, nas análises da América Latina. Sua teoria, com a contribuição de Chantal Mouffe, se apresenta em uma perspectiva pós-estruturalista, cujos conceitos centrais são: democracia radical, discurso, participação articulatória e hegemonia. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1619&secao=250. Acesso: 10 de Nov. 2011.

ralmente das relações de produção, logo, “não existe uma posição identitária prioritária e o movimento de articulação é resultado de práticas hegemônicas que são contingentes” (LACLAU, 2008, p. 06). Em suma, é inegável a relevante contribuição do filósofo Laclau, em parceria de Mouffe¹¹, das novas interpretações da sociedade contemporânea, superando concepções até então predominantes na filosofia e ciência política. Ademais, seus conceitos teóricos se fazem presentes nas variadas compreensões no campo educacional, religioso e até dos “novos” movimentos sociais.

Há outro aspecto marcante dessas novas manifestações que é o anti-partidarismo. Essa nova denominação por parte dos integrantes de movimentos está sendo algo de interesse de cientistas políticos, pois é um elemento importante de alteração nas relações que se estabelecem e estruturam os movimentos sociais. De acordo com o filósofo Saflate (2012), esse fenômeno está associado ao descontentamento da população frente à política representativa, sobretudo, face a mais de uma década de governo do Partido dos Trabalhadores. Ademais, Saflate destaca que o modo de organização desses “novíssimos” movimentos sociais é resultante dessa concepção anti-partidária, pois:

A organização como frente é uma resposta embrionária ao fato de vivermos em uma época que presencia o colapso da forma-partido. A política agora se desloca para além dos partidos [...] essa nova organização de frente permite o acordo de várias sensibilidades de esquerda (trotskistas, comunistas, ecologistas, social-democratas radicais, autonomistas, etc.) diante de um projeto de pontos comuns: a defesa radical do igualitarismo, juntamente com a defesa da Soberania Popular. (SAFLATE, 2012, p.37- 38).

11 Onde a autora segue também a mesma perspectiva da existência de conflitos decorrentes de múltiplas particularidades que estão no bojo das construções identitárias dos atores sociais em dada sociedade. Portanto, “a prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável” (MOUFFE, 2003, p. 15).

Isto nos remete às manifestações populares no Brasil, principalmente as mobilizações de ruas em 2013, as quais foram motivadas pela reivindicação contra o aumento da passagem do transporte público, cuja frente de organização era a do Movimento Passe Livre (MPL), e, assim, desencadeou uma série de protestos diante das condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer essa curta apresentação da trajetória dos movimentos sociais ao longo dos períodos históricos foi, pois, por considerar que as condições sócio-históricas corroboram na dinâmica dos movimentos sociais. Isto porque o objetivo deste artigo é contribuir na reflexão a respeito dos movimentos sociais latino-americanos, sobretudo, no tocante ao seu paradigma e à sua trajetória histórica de participação e trazer alguns apontamentos de reflexão a despeito dos desafios interpretativos-teóricos para analisar esse fenômeno social e seus desdobramentos provocados por novos atores que entraram em cena e tomaram as ruas brasileiras em 2013.

A discussão acerca dos movimentos sociais, feita no decorrer deste trabalho, envolvendo-os com sua abordagem teórica e o resgate histórico de seu protagonismo e participação sociopolítica permite algumas reflexões. Primeiro, torna-se necessário considerar, nas análises dos “novíssimos” movimentos sociais em voga tanto no Brasil como na Europa, o contexto social, político, econômico e cultural. Segundo, fa-se necessário considerar, mesmo que em certa medida, que esses movimentos são ressignificados por uma juventude transgressora que emergiu nos anos 60 e 70 do século passado, sobretudo o Maio de 68. Nesse sentido, vale situar esses “novíssimos” movimentos em um tempo histórico marcado por uma juventude desviante e que inaugurou um novo estilo de ação coletiva e de fazer política. E, por fim, considerar que, em meio a essa retomada das manifestações, põe-se na ordem do dia questões

mais gerais do ponto de vista político, principalmente, com o tema da Democracia. Como o intuito deste texto não é o de fazer uma discussão aprofundada dessa relevante e complexa temática, vale destacar então que o mesmo se faz bastante recorrente nos discursos das manifestações dos “novíssimos” movimentos sociais. Isto porque há uma desejabilidade pela Democracia.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2005.

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. In: **Análise de conjuntura OPSA**, nº02, Brasil (fevereiro de 2007). Rio de Janeiro: OPSA- IESP- UERJ.

DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria (org.). **América Latina Hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez 2003.

_____. “A revolução será tuitada”. **Revista CULT: “A esquerda na Encruzilhada”**. (dossiê especial) Ano 15; Nº 165, junho de 2012.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro. **Pode ser a gota d’água: enfrentar a direita avançando a luta socialista**. In: blog da Editora Boitempo. Disponível em: <http://blogda->

boitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/ Acesso em: 27 jul. 2013.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defesa do marxismo**: polêmica revolucionária e outros escritos. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia**: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo, política e sociedade. **Revista de sociologia** política. UFSC- Programa de pós-graduação em sociologia política, Florianópolis, v.1, nº3, Ed. Cidade Futura, 2003.

OFFE, Clauss. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir (Org.). **Pós- Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SINGER, Paul. **A formação da Classe Operária**. São Paulo: UNICAMP, 1988.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2 ed. , São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

SAFLATE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Estrelas, 2012

_____. “Ensaio de Orquestra”. **Revista CULT**: “A esquerda na Encruzilhada”. (Dossiê especial) Ano 15; Nº 165, junho de 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Allisson Gomes dos Santos Goes

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (DGE-UFS), Mestre e Doutorando em Sociologia (PPGS-UFS) pela mesma instituição. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: processos identitários, imigração, imigração chinesa, modernização e estrangeiro no estado de Sergipe. No mestrado trabalhou com a questão dos processos identitários e a produção da presença chinesa em Aracaju, tendo como recorte empírico a inserção desses imigrantes no campo econômico. Atualmente é bolsista FAPITEC e desenvolve trabalhos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” (CNPq/UFS).

Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus

Professora Substituta pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Sociologia (2015) pelo Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/ UFS). Foi Bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em ciências sociais- bacharelado (2012) e licenciatura (2014), ambas pela UFS. Participou do Programa de Bolsa de Iniciação à Extensão (PIBIX), vinculado à área temática de direitos humanos, com ênfase em direitos sociais, grupo focal e qualidade de vida em determinados assentamentos de reforma agrária. Integrante do

Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP. Tem publicações sobre conselhos gestores, extensão universitária, movimentos sociais no campo, participação política, processos identitários. Publicou recentemente “*O revelar das vozes da boca da mata: a experiência da extensão universitária nos assentamentos de reforma agrária em Nossa Senhora da Glória- SE*” pela Revista ELO- Diálogos em Extensão, UFV (edição n. 2, 2015).

Claydivan Wesley dos Santos Souza

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS) Professor de Sociologia do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Edivânia Cristina dos Santos Reis

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Prof. Alberto Carvalho/Itabaiana. Participou como voluntária do projeto de iniciação científica “Relação entre estresse, apoio social e bem-estar psicológico em professores” (2009-2010). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Extensão (PIBIX/UFS) e bolsista do CNPq pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFS). Trabalhou como alfabetizadora do Programa Sergipe Alfabetizado da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe. **edivaniacristina@hotmail.com**.

Eduardo Alves Neto

Atualmente é Professor efetivo pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SEED/SE. É Mestre em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe - PPGS/UFS. Possui Especialização (lato sensu) em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano e graduação em Geografia pela Universidade

Tiradentes - UNIT. É bacharelado em Ciências Sociais pela UFS e atua como aluno pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder - GEPIIP. Tem experiência na área de Sociologia das migrações, fluxos populacionais contemporâneos e trabalhadores migrantes, atuando principalmente com os seguintes conceitos: Processos identitários e poder, trabalho, campo social e trajetórias.

Gregorio Cerqueira Schettino

Bacharel em Administração de Empresas (2011) e licenciado em Ciências Sociais (2016), ambos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui mestrado em Sociologia (2014), pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na área de sociologia do trabalho. É aluno de pós-graduação em Educação à Distância pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Tem experiência na área de gestão de empreendimentos solidários, sociologia do trabalho, ensino de sociologia e ensino de administração. Membro do Grupo de pesquisas Processos Identitários e Poder (GEPIIP) desde 2012. Atua principalmente nos seguintes temas: Trabalho, Processos identitários, relação de poder, ensino de administração e sociologia, educação à distância e empreendimentos solidários.

Jailma dos Santos

Pedagoga pela Universidade Federal de Sergipe, professora da rede municipal de Moita Bonita-SE. E-mail: jailmarsantos@gmail.com.

Lívia de Rezende Cardoso

Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Científica (GEPEC) da referida instituição. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social - na Linha de Pesquisa Educação Escolar: Instituições, Sujeitos e Currículos (2012) - e Pesquisado-

ra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Currículos e Culturas (GECC) na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Ciências Biológicas (2006) e Mestre em Educação (2009) pela Universidade Federal de Sergipe. Possui experiência na área de Educação e tem investigado infância, gênero, sexualidade, corpo e dispositivo em currículos de ciências sob olhares pós-críticos. Tem publicado suas pesquisas em periódicos como Educação em Revista, Currículo sem Fronteiras e Estudos Feministas.

Luciane Rodrigues

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Foi professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus de Itabaiana. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP. E-mail: luciane.rodrigues.ufsita@gmail.com.

Mirtos Rose Menezes da Conceição

Mestre em Sociologia, licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Educação e Patrimônio Cultural do estado de Sergipe pela Faculdade Atlântico. Membro do GEPPIP/UFS e LEGEC (Laboratório de Estudos em Geografia Cultural) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, onde cursa atualmente o doutorado. Seus estudos versam sobre o patrimônio cultural, identidades e políticas culturais principalmente. Seus escritos: “A mesa está posta”: a representação de alimentos tradicionais no Museu da Gente Sergipana; Materialização de Políticas Culturais: o Museu da Gente Sergipana e a construção de identidades; Que “GENTE” é essa do museu da Gente Sergipana? Um estudo sobre as representações; Museu da Gente Sergipana: Memórias, imaginários e representações; O Bloco Rasgadinho e a costura de uma política cultural em Aracaju (Se); “Samba nego, branco não vem cá/se vier, pau há de levar”: memórias e representações na festa de Lambe-Sujos e Caboclinhos entre outros, compõem seu currículo no

campo de trabalhos apresentados e publicados nos anais dos eventos internacionais e nacionais. Foi professora das redes pública e privada a nível básico nos estados de Sergipe e Bahia.

Sheyla P. Díaz Morales

Possui pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduação em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela Universidade Tiradentes (UNIT) e apresenta carreira em evolução na área de Assessoria de Imprensa, com experiência na estruturação do setor para a nova Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju, mediante a elaboração e divulgação de projetos, relacionamento e definição de canais de mídias, criação e produção de textos e material em geral, gerenciamento de redes sociais, organização de campanhas e eventos, desenvolvimento do plano de comunicação e monitoramento da imagem institucional. Os trabalhos mais relevantes foram na Prefeitura Municipal de Aracaju, como Chefe do Departamento de Assessoria de Comunicação e TV Aperipê de Jornalismo, como Editora-executiva.

Marcelo Alario Ennes

Pós-doutor e pesquisador colaborador do Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais – CEMRI/UAb/Portugal. Doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara/Brasil. Docente da Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Ciências Sociais. Vice Coordenador, docente e orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP. Autor e organizador de livros e de vários artigos publicados em revistas especializadas. **prof.marcelo.ennes@gmail.com.**

COLOFÃO

Formato	15 x 21 cm
Tipologia	Candara regular, Museo 300
Páginas	207

ISBN: 978-05-7822-545-2



9 788578 225452